



Instituto Histórico e Geográfico do  
Rio Grande do Norte - IHGRN

# REVISTA

Nº XCI – ANO 2015



# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE



FUNDAÇÃO EM 29 DE MARÇO DE 1902

Nº 91  
2015



## REGULAMENTO PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO IHGRN

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN, visando organizar o material destinado à impressão da sua Revista, decidiu adotar o segundo regulamento para a extensão dos trabalhos:

1. Temário pertinente a fatos históricos ou pessoas ilustres vinculadas a esses fatos ou pesquisas de reconhecida importância.
2. O conteúdo deverá ter, no mínimo:  
Para **artigos** - 01 (uma) lauda e no máximo 03 (três) laudas e devem ser:
  - escritos em língua portuguesa, com a ortografia vigente;
  - digitados em papel formato A4, fonte Times New Roman, corpo 12;
  - espaçamento entrelinhas 1,5 cm; 3 cm de margens superior e esquerda; e 2 cm de margens inferior e direita.
  - a) Para **ensaios e biografias** – até o máximo de 05 (cinco) laudas, nas condições anteriores.
  - b) Para **teses** - até o máximo de 10 (dez) laudas, nas mesmas condições formais anteriores.
3. O texto será enviado exclusivamente pela via eletrônica, através do e-mail: [ihgrn1902@gmail.com](mailto:ihgrn1902@gmail.com)
4. Deverão acompanhar o texto, os dados do autor: nome completo, endereço e pequeno currículo. Se estudante, qual a instituição de ensino; se profissional, a profissão ou atividade que exerce.
5. Não serão permitidas retificação de autoria, alterações, acréscimos e revisões no conteúdo do texto depois de efetuada a inscrição.
6. Os textos inscritos neste projeto serão analisados pelo Conselho Editorial da Revista do IHGRN.
7. São critérios de avaliação das propostas:
  - qualidade literária, criatividade e inovação;
  - coerência e coesão do texto;
  - correção linguística.
8. Os selecionados concordam, permitem e autorizam a publicação dos textos inscritos, mediante as condições deste regulamento, sem nenhuma ressalva.
9. As propostas submetidas **não poderão** possuir conteúdo que:
  - a) possa causar danos a terceiros, seja por meio de difamação, injúria ou calúnia, danos materiais e/ou danos morais;
  - b) se constitua em ofensa à liberdade de crença, ideologia e religiosa;
  - c) contenha dado ou informação racista ou discriminatória;d) versem sobre temas polêmicos de ordem política, religiosa, desportiva ou social, salvo se natureza histórica de fatos já ocorridos.
10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial da Revista do IHGRN.

Natal, 27 de julho de 2015.

**Conselho Editorial da Revista do IHGRN**

## FICHA TÉCNICA

**Editor:** Nelson Patriota  
**Diagramação:** Diolene Machado  
**Capa:** Waldelino Duarte  
**Revisão:** Andreia Braz  
**Tiragem:** 1000  
**Gráfica:** Unigráfica

## CONSELHO EDITORIAL

EDGAR RAMALHO  
JURANDYR NAVARRO  
NELSON PATRIOTA  
JOÃO FELIPE  
RACINE SANTOS  
CRLOS GOMES

## DIRETORIA

**Presidente:** VALÉRIO ALFREDO MESQUITA  
**Assessor da Presidência:** JANSEN LEIROS  
**Vice-Presidente:** ORMUZ BARBALHO SIMONETTI  
**Secretário-Geral:** CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES  
**Secretário-Adjunto:** ODÚLIO BOTELHO MEDEIROS  
**Diretor Financeiro:** EDUARDO ANTÔNIO GOSSON  
**Diretor Financeiro Adjunto:** AUGUSTO COÊLHO LEAL  
**Orador:** JOSÉ ADALBERTO TARGINO ARAÚJO  
**Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu:** EDGARD RAMALHO DANTAS

## CONSELHO FISCAL

EIDER FURTADO DE MENDONÇA E MENEZES  
TOMISLAV RODRIGUES FEMENICK  
PAULO PEREIRA DOS SANTOS  
LÚCIA HELENA PEREIRA

## CATALOGACÃO NA FONTE

---

R **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN – volume 91 – ano 2015 – Natal (RN):** Nome da gráfica, apoio da Lei Câmara Cascudo (patrocínio da COSERN),

152 p. :il/

1. Rio Grande do Norte – Genealogia – História – Geografia
2. Periódico.

2015

CDD .....  
CDU .....

---

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

<b>Valério Alfredo Mesquita</b> .....	07
---------------------------------------	----

## ARTIGOS

<b>Auricéia Antunes de Lima</b> - Celso Dantas da Silveira.....	09
<b>Benedito Vasconcelos Mendes</b> - Queijaria.....	13
<b>Carlos Roberto de Miranda Gomes</b> - América Futebol Clube: um século de existência.....	15
<b>Ciro Tavares</b> - O Pescador de Palavras.....	29
<b>Claudionor Barroso Barbalho</b> - A Vila Arez na estatística dos séculos XIX E XX.....	33
<b>Francisco Honório de Medeiros Filho</b> - Discurso de Agradecimento - Posse de novos sócios.....	37
<b>Jahyr Navarro</b> - Lembrando o “Grande Ponto” do meu tempo.....	41
<b>Jansen Leiros</b> - Trabalhar em equipe!.....	43
<b>João Felipe da Trindade</b> - João de Barros, familiares e capitania.....	45
<b>João Medeiros Filho</b> - Discurso de posse na Academia Mossoroense de Letras – AMOL.....	49
<b>José Eduardo Vilar Cunha</b> - A Nau Victoria em Rochefort.....	57
<b>Jurandy Navarro</b> - IHGRN, 113 ANOS.....	63
<b>Jurandy Navarro</b> - A Pátria.....	67
<b>Nelson Patriota</b> - Livro de Luís Carlos Guimarães resgata uma Natal onírica.....	71
<b>Odúlio Botelho Medeiros</b> - Floriano Cavalcanti de Albuquerque: uma vida, um destino, uma consagração.....	75
<b>Ormuz Barbalho Simonetti</b> - Giacomo Palumbo: um esquecimento imperdoável.....	79
<b>Paulo Pereira dos Santos</b> - Santo Agostinho.....	87
<b>Pedro Guilherme Cavalcanti</b> - Governo Colaço: a fundação e povoamento da cidade de Natal (1599-1602).....	89
<b>Thiago do Nascimento Torres de Paula e Saul Estevam Fernandes</b> - Europa, Brasil, Rio Grande do Norte: um pequeno balanço historiográfico sobre o abandono de crianças recém-nascidas (1960-2005).....	115

<b>Thiago Gonzaga</b> - A arte literária de Valério Mesquita.....	121
<b>Tomislav R. Femenick</b> - Padre Mota, o homem, o religioso e o prefeito...	123
<b>Valério Mesquita</b> - Lavô e os reumáticos do RN.....	145
<b>Zelma Bezerra Furtado</b> - Inácio Magalhães de Sena: perfil e trajetória....	149



# APRESENTAÇÃO

*Valério Alfredo Mesquita*

Esta é a 2ª edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGN, neste ano de 2015, graças ao apoio da Cosern, sob os auspícios da Lei Câmara Cascudo. A atual gestão resgata de modo primoroso a tradição da Casa da Memória como veículo de ideias, pensamentos, pesquisas e reflexões da sua confraria. Temos a missão de investigar e comunicar o passado e o presente. Outras edições com o mesmo patrocínio irão ocorrer. O IHGRN sente-se honrado em cumprir os seus compromissos, não obstante a gama de obstáculos de toda ordem, mas sempre com a solidariedade e a compreensão dos nobres confrades.

O último número circulou em março deste ano, como edição comemorativa dos 113 anos da instituição. Novamente estabelecemos um novo contato de forma aberta e ampla com a comunidade intelectual potiguar. São autores, ideias e estilos na busca iterativa de alicerçar as bases da cultura e da nossa história.

Com esta nova publicação, a diretoria do IHGRN saúda a todos os sócios e leitores.

Natal, 30 de setembro de 2015.

Valério Alfredo Mesquita

Presidente





# CELSO DANTAS DA SILVEIRA

*Auricéia Antunes de Lima<sup>1</sup>*

Celso Dantas da Silveira nasceu em Assu/RN, a 25 de outubro de 1929. Era filho do advogado, jornalista e poeta João Celso Filho e de Maria Leocádia Furtado da Silveira. Estudou no Educandário Nossa Senhora das Vitórias, em Assu, e em Fortaleza/CE. Desde jovem, por seu talento, inteligência e desempenho profissional, logo se destacou no segmento político, cultural e intelectual desta cidade. Foi eleito vereador para a Câmara Municipal do Assu.

Fundou, dirigiu e editou o *Semanário Advertência*, que circulava no Vale do Assu. Como ator amador, integrou o elenco de atores do Grupo de Teatro Assuense de Estudantes. E autor de uma peça denominada “Também os Monstros Amam”, cujo teor fazia crítica ao Movimento de Arte Moderna de 1922, especialmente à pintura moderna, estrategicamente, direcionada à produção dos artistas estrangeiros. Participou de várias montagens de peças na cidade do Assu.

Atuou nos Grêmios Assuense de Representação e Coronel Wanderley de Representações. Ainda adolescente, desempenhou em uma peça teatral o papel de um palhaço denominado “Cruzado Impagável”, com severas críticas à economia e à política de então. Encenou a primeira peça, entre os nove e dez anos de idade, sob a direção da irmã Josefina, do Educandário Nossa Senhora das Vitórias da cidade de Assu. Dirigiu o Museu de Arte Popular do Assu (MAPA).

Em 1950, Celso se muda para Natal, cheio de sonhos, como todo jovem que deixa o “seu chão” para seguir pelas estradas da vida. Na bagagem, levava tudo que educa e eleva o homem: o que aprendeu com a família na Terra de São João Batista. Convidado, aceita integrar o grupo de teatro fundado por Sandoval Wanderley, teatrólogo assuense, que já residia em Natal, uma das maiores expressões do teatro amador do Estado e do Brasil.

Celso foi premiado, em 1956, como melhor ator no II Festival Nortista de Teatro, no Teatro Santa Isabel, Recife/PE. Como ator convidado, esteve no II Festival Nacional de Teatro Amador, no Rio de Janeiro/RJ, oportunidade em que divulgava seu trabalho, o nome do Assu e do Estado. Visitou várias instituições culturais e de imprensa. Nos estúdios da Rádio Nacional, Rio de Janeiro, recitou com brilhantismo, encantando a todos, poemas de Renato Caldas, entre eles “O Remexedor”.

---

<sup>1</sup> Jornalista (UFRN). Especialista em História do Brasil República (UERN), em História da Arte (UFRN) e em Gestão Cultural (UFRPE). Mestranda em Ciências da Educação (Universidade Livre do Brasil – ULB/Florida Christian University). Sócio efetivo do IHGRN e da Academia Feminina de Letras do RN.

Paralelamente às atividades teatrais, atua como jornalista na imprensa natalense e retoma seus estudos. É graduado em Jornalismo pela Faculdade de Jornalismo Elói de Souza, que funcionava na Fundação José Augusto. As duas instituições foram criadas pelo governador Aluizio Alves. Na faculdade, também foi professor. Tempos depois, essa instituição é incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde Celso também lecionou no curso de Jornalismo. Um dos mais expressivos jornalistas, passou por inúmeros veículos de comunicação do Estado. Assumiu diversos cargos: repórter, redator, revisor, editor e diretor dos jornais Tribuna do Norte, Diário de Natal, A República e outros. Foi gestor da TV Universitária e Rádio Cabugi de Natal. No seu tempo, do seu jeito, Celso sempre enalteceu os valores humanos, a liberdade, a igualdade, zelando por todos, sem distinção de sexo, raça ou cor, e que todos deviam ser tratados com igualdade perante a lei.

Dizia da necessidade de uma lei universal e justa que a todos respeitasse, e que os direitos fossem garantidos sem nenhum caráter discriminatório. Como cristão, professava a fé católica, sendo devoto e afilhado de Maria, a Mãe de Jesus. Ressaltava que, entre todos os valores fundamentais, está a defesa da vida com dignidade, em todas as instâncias. Tinha como parâmetro a democracia, por isso, afirmava, com veemência, que a toda pessoa humana é reconhecido o direito e o dever de participar na vida pública e cultural.

Celso da Silveira foi o primeiro assessor de imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. O cargo foi criado em 1961, pelo governador Aluizio Alves e confiado a Celso, que o exerceu com honradez. Também, por um período, foi assessor de imprensa do governador Monsenhor Walfredo Gurgel. Participou da equipe de assessores de imprensa de vários prefeitos de Natal. Integrou a equipe de comunicação do Sistema FIERN, sendo assessor de imprensa do SENAI por mais de dez anos.

Aposentado da UFRN, era um educador em tempo integral. Na sala de imprensa da FIERN, onde atuavam vários jornalistas e estagiários, Celso ensinou técnicas de comunicação, a pedido dos próprios jornalistas e estagiários. Era um profundo conhecedor da literatura portuguesa. Aos jornalistas assuenses, o aviso: “somos os mais cobrados, porque nascemos em uma cidade com tradição nas Letras e nas Artes, portanto, vamos primar pelo bom texto”.

Sua obra literária tem início com a publicação do livro *26 poemas do Menino Grande*, lançado em 1952. Deixou expressivas publicações, entre as quais, *Imagens Virtuais*, poemas que escreveu com a poetisa, jornalista e escritora Myriam Coeli; *Poesia Agora*; *Glosa Glosarium*; *No Reino da Arisia*; *Versicanto*; *Assú – Gente, Natureza e História*; *Giros, Girolas, Geringonças – A Fala Criativa do Povo*; e *O Homem ri de Graça*.

Sobre o livro *26 Poemas do Menino Grande*, disse o jornalista e escritor Luís da Camara Cascudo: “Não há nada igual na bibliografia do Rio Grande do Norte”. Afirmção que leva a várias interpretações. O livro foi alvo de severas críticas e acirradas polêmicas. Assim é o início da vida literária dessa figura humana maravilhosa que foi, e sempre será, Celso da Silveira, que sabia a hora de fazer acontecer.

Para Celso, o poeta assuense João Lins Caldas foi o maior do universo. Enquanto que a sua própria poesia era bissexta e que só escrevia sob inspiração, razão pela qual se considerava um poeta à moda antiga, mas ao mesmo tempo se considerava um poeta moderno.

Celso foi um dos pioneiros no Estado, ao lado de Oswaldo Lamartine, no gênero literário das poesias fesceninas. Com essa faceta humorística, trouxe controvérsias. Nenhuma novidade na literatura mundial. No Brasil, o poeta Carlos Drummond de Andrade também enveredou por essa linha com um soneto. Celso fundou a editora “Boágua” e nesta publicou importantes livros de renomados autores do Estado, praticamente a custo zero. Celso era um pesquisador da cultura popular e apaixonado pela vida.

Ao completar 50 anos de vida literária e de atuação profissional, Celso realizou exposição comemorativa no Salão Nobre da Capitania das Artes em Natal. Um dos eventos dos mais prestigiados que tinha como tema: “50 anos de vida literária de Celso da Silveira”, aberto no dia 19 de abril de 2002. No Rio Grande do Norte, o ano de 2002 foi a ele dedicado. Era o tempo das celebrações de uma vida plena.

Foi o reconhecimento da sociedade norte-rio-grandense ao jornalista Celso por honrar a profissão, contribuir para a cultura nas suas diversas linguagens, ser um cidadão de bem, e ter conduzido sua vida nos princípios da ética e da moral. A exposição também foi realizada em Assu, sendo bem prestigiada com a presença de muitas escolas. Na solenidade de abertura, eu o representei (uma distinção que sempre agradecerei) porque Celso estava com problemas de saúde. Ele foi eleito para o Instituto Histórico e Geográfico do RN no dia 25 de março de 1997 e empossado no dia 11 de junho do mesmo ano, na gestão do escritor e saudoso Enélio Lima Petrovich.

Celso faleceu a 2 de janeiro de 2005, aos 75 anos, em Natal, e foi sepultado no Cemitério Parque de Nova Descoberta. A Missa de Sétimo Dia, em 8 de janeiro de 2005, celebrada na intenção da sua boa alma, foi oficiada pela sacerdote assuense, Pe. José Nazareno, na Igreja Matriz de São João Batista, no bairro de Lagoa Seca em Natal. No mesmo dia e horário, foi celebrada Missa na Igreja Matriz de São João Batista do Assu, presidida pelo Pároco Pe. Francisco Canindé dos Santos.

Celso foi casado com a escritora e poetisa Myriam Coeli de Araújo Dantas da Silveira, com quem teve dois filhos: Eli Celso de Araújo Dantas da Silveira e Cristiana Coeli de Araújo Dantas da Silveira. Viúvo, casou-se com Maria de Lourdes da Silveira e teve um filho, João Brasil Radam da Silveira.

Finalizamos lembrando que, certa vez, o acadêmico da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Professor Manoel Onofre Júnior, perguntou a Celso por que ele não se candidatava a uma cadeira na Academia. Celso desconversou. Então, disse o professor Onofre: “A modéstia é um dos traços principais da sua personalidade. De qualquer modo, você vale por uma Academia, embora não se dê conta disso”.



Este é Celso, o Patrono da Cadeira nº 2 que assumo na Academia Assuense de Letras, com honradez e alegria por seus grandes feitos que enchem de orgulho seus conterrâneos. Por seu contributo notável, obrigada!

**NOTA:** Elogio ao patrono da Cadeira nº 2 da Academia Assuense de Letras, proferido pela acadêmica Auricéia Antunes de Lima. A solenidade de posse dos sócios fundadores e efetivos ocorreu no dia 30 de julho de 2015, a partir das 19h30, no Teatro Dr. Pedro Amorim, em Assu/RN. Na ocasião, tomaram assento os acadêmicos: cadeira nº 1 – Patrono: Palmério Augusto Soares de Amorim Filho, titular: Antonio Alderi Dantas; cadeira nº 2 – Celso Dantas da Silveira, titular: Auricéia Antunes de Lima; cadeira nº 3 – Francisco Augusto Caldas de Amorim (Chisquito), titular: Francisco de Assis Medeiros; cadeira nº 4 – Francisco Agripino de Alcaniz (Chico Traíra), titular: Francisco José Costa dos Santos; cadeira nº 5 – Renato Caldas, titular: Ivan Pinheiro Bezerra; cadeira nº 6 – João Lins Caldas, titular: Fernando Antonio Caldas; cadeira nº 7 – Silvia Filgueira de Sá Leitão, titular: Fernando Antonio de Sá Leitão Moraes. As demais cadeiras terão como Patronos os nomes a seguir e seus titulares serão escolhidos paulatinamente: cadeira nº 8 – Alfredo Vespúcio Simonetti; cadeira nº 9 – Eufrosina Fernandes; cadeira nº 10 – João Carlos Wanderley; cadeira nº 11 – Maria Carolina Wanderley Caldas (Sinhazinha Wanderley); cadeira nº 12 – Ezequiel Epaminondas da Fonseca Filho; cadeira nº 13 – João Natanael Soares de Macedo; cadeira nº 14 – Luiz Carlos Lins Wanderley; cadeira nº 15 – Maria Eugênia Maceira Montenegro; cadeira nº 16 – Francisco Angelo da Costa (Chico Daniel); cadeira nº 17 – Ezequiel Lins Wanderley; cadeira nº 18 – Francisco Elion Caldas Nobre (Chico Elion); cadeira nº 19 – Pedro Soares de Araújo Amorim; cadeira nº 20 – Samuel Sandoval da Fonseca. A Academia terá quarenta cadeiras. Composição da diretoria: presidente – Ivan Pinheiro Bezerra; vice-presidente – Auricéia Antunes de Lima; primeiro-secretário – Francisco José Costa dos Santos; segundo-secretário – Fernando Antonio Caldas; primeiro-tesoureiro – Fernando Antonio de Sá Leitão Moraes; segundo-tesoureiro – Francisco de Assis Medeiros; e secretário de comunicação – Antonio Alderi Dantas.

# QUEIJARIA

*Benedito Vasconcelos Mendes<sup>2</sup>*

De um modo geral, toda fazenda do Semi-Árido nordestino tinha sua queijaria ou cozinha de queijo, onde se preparavam a manteiga de garrafa – também chamada de manteiga da terra, a nata salgada e os dois tipos de queijo regionais: o queijo de coalho e o queijo de manteiga. No Piauí e no Ceará, o mais comum era o queijo de coalho, enquanto nos outros estados nordestinos, sobretudo no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, o queijo de manteiga também era muito apreciado. A nata salgada e a manteiga da terra eram manufaturadas a partir da nata do leite cozido, para o consumo diário da fazenda. A nata era tirada diariamente, salgada, batida e acumulada até completar uma quantidade satisfatória, pelo período de quatro a cinco dias, quando então a nata salgada e batida era cozida até atingir o ponto de manteiga líquida, com a consistência adequada e a coloração amarelada. Depois da fervura, a manteiga era coada em um pano de algodão limpo e seco, em seguida acondicionada em garrafas escuras. As garrafas deviam estar totalmente limpas e secas, possibilitando o armazenamento do produto por muitos meses, às vezes, por mais de um ano, à temperatura ambiente, sem se deteriorar. Da mesma forma, as tampas das garrafas, geralmente confeccionadas de sabugo de milho, deviam também estar secas e limpas.

Normalmente a queijaria ocupava uma parte da ampla cozinha sertaneja, onde os apetrechos para a fabricação do queijo, da nata e da manteiga eram guardados pendurados na parede, ao lado da prensa de queijo e do grande fogão a lenha. Na parte de fora da casa, ao lado da janela da cozinha, sobre um grande jirau de varas de marmeleiro, ficavam os volumosos alguidares e as enormes panelas de barro usadas na fabricação de queijo. Usavam-se também urupemas, colheres de pau, cuias, funis de zinco, ferro de engomar queijo de manteiga (ferro de engomar roupa desprovido de depósito de brasa), panos de cincho, panos de coar leite, coalhos de mocó (*Kerodonrupestris*) ou de ruminantes (parte do estômago – abomaso – de bovino, caprino ou ovino), conchas de quenga de coco e outros objetos usados na cozinha da fazenda.

O queijo de coalho deve esse nome ao processo de coagulação do leite (leite talhado), sob a ação do coalho, que é a parte do estômago de roedores ou ruminantes. Depois de preparados e ferrados com o “ferro” da fazenda, os queijos de coalho e de manteiga eram armazenados na tábua de queijo, que era uma tábua pendurada por relhos, nos caibros da casa, onde os queijos eram curados. Quando secavam eram transferidos para dentro do grande caixão de farinha, onde ficavam mergulhados na farinha de mandioca. O queijo de coalho também podia ser armazenado no interior de porrões (grandes potes de barro), entre camadas de sal. Por ser extremamente higroscópico, o sal sugava toda a umidade do queijo, que ficando duro, só servia para tempero de feijão.

---

<sup>2</sup> Sócio das seguintes academias de letras: Academia Cearense de Letras (Sócio Correspondente), Academia Norte-rio-grandense de Letras e Academia Mossoroense de Letras.







## América Futebol Clube: um século de existência

*Carlos Roberto de Miranda Gomes*

A Cidade Alta foi o berço da povoação da terra de Poty. Ainda província, suportou as agruras decorrentes do Primeiro Grande Conflito Mundial, onde o cenário emocional que prevalecia era o das sequelas decorrentes da guerra iniciada em 1914 e só terminada em 1918, caracterizada pela falta de suprimentos, dificuldade de crédito e incerteza política.

Nessa contingência histórica pouco havia em que se ocupar, e o esporte passou a ser motivação da nossa juventude, já acostumada ao remo no Potengi.

E foi no corredor histórico da cidade que surgiu o primeiro movimento visando à concretização da vida esportiva em nova modalidade – o futebol. Diria que para isso teve um incentivo a mais, o conhecimento de um artefato de couro chamado “bola” quando, em 1872, aqui aportaram marinheiros do navio Crimeia. Posteriormente, houve a introdução no Brasil do jogo de futebol, por inspiração a Charles Muller, em 1894, que trouxe modelos de regulamentos do velho continente. Aqui em Natal ela chegou pelas mãos dos estudantes que vinham da Europa, integrantes da família Pedroza, que criou o Sport Club Natalense (ou Natal Sport Club), em 1907, através de Fabrício Pedroza Filho.

Por conseguinte, havia na cidade um verdadeiro clamor pela formação de equipes e a concretização começou com o ABC, por iniciativa de jovens atletas residentes nos bairros da Ribeira e Rocas, conhecidos como “canguleiros”, em 29 de março, na parte baixa da avenida Rio Branco, aos fundos do Teatro Carlos Gomes, hoje Alberto Maranhão, na residência do coronel Avelino Alves Freire –respeitado comerciante e presidente da Associação Comercial do RN.

Seguindo idealismo semelhante e sem nenhum espírito de dissidência, jovens atletas do bairro da Cidade Alta e cercanias fizeram uma reunião preparatória no dia 11 de julho de 1915, coincidentemente também na Rua Nova (atualmente Av. Rio Branco), porém na parte alta (centro da cidade), na residência do Senhor Manoel Coelho de Souza (Inspetor da Alfândega), local que corresponde à proximidade do prédio onde funcionou, por muito tempo, a Livraria Universitária, apazando-se a reunião oficial para fundação do novo clube no dia 14 de julho de 1915, feriado nacional comemorativo da “Queda da Bastilha”, na França, fato ocorrido na residência do Desembargador Joaquim Homem de Siqueira Cavalcanti, situada na Rua Vigário Bartolomeu, possivelmente nº 565,

antiga Rua da Palha na Cidade Alta, precisamente em uma dependência onde ocupavam os irmãos Carlos e Oscar, que dava para o Beco da Lama, depois Rua Vaz Gondim e hoje Rua Professor José Ivo, que recebeu inicialmente o nome de América Foot Ball Club, expressão inglesa muito em voga, quinze dias depois da fundação do ABC que, no futuro, tornar-se-ia o seu principal adversário.

Numa sequência cronológica, a mesma intenção ocorreu com um grupo de rapazes atletas, formado por Lauro Medeiros, Pedro Dantas, Cel. Solon Andrade, José Firmino, Café Filho (ex-goleiro do Alecrim em 1918 e 1919), que foi Presidente da República, e ainda: Lauro e Humberto Medeiros, Gentil de Oliveira, José Tinoco, Juvenal Pimentel e Miguel Firmino, que em reunião realizada na casa do Cel. Solon Andrade, no dia 15 de agosto de 1915 fundaram, no então longínquo bairro do Alecrim o clube piriquito (cor verde), então denominado ALECRIM F.C., com um objetivo a mais – ajudar de forma filantrópica as crianças pobres do bairro que lhe deu origem.

Sobre o Mecão centenário existem informações que, antes de se pensar sejam conflitantes, em verdade se completam num raciocínio lógico, uma vez que a cada reunião compareciam os rapazes, não necessariamente todos numa mesma sessão, mas numas e noutras. Inicialmente foram 15, depois 27, ainda 36. Enfim, após pesquisas e informações adicionais, chegamos ao número de 38 (versões comparadas de Gil Soares, Oscar Siqueira, José Rodrigues de Oliveira, Miguel Leandro, Carlos Barros, Lauro Lustosa, Fernando Nesi e Luiz G. M. Bezerra):

- 1 – ABEL VIANA, estudante e foi proprietário de uma das mais tradicionais padarias de Natal;
- 2 – AGUINALDO CÂMARA, conhecido por “Barba Azul”, irmão da Profa. Belém Câmara;
- 3 – AGUINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA, filho do Des. Luiz Fernandes;
- 4 – AGUINALDO TINOCO, filho do Cel. João Juvenal Pedrosa Tinoco, chefe da firma Pedrosa & Tinoco & Cia.;
- 5 – ANIBAL ATALIBA, filho do velho Ataliba, da Estrada de Ferro Central /RN e grande amigo do trovador João Carlos de Vasconcelos;
- 6 – ANTONIO BRAGA FILHO, empregado da “Casa Lotérica”, de Cussy de Almeida;
- 7 – ANTONIO DA ROCHA SILVA (Bidó), cunhado do falecido Aurélio Machado França, funcionário federal;
- 8 – ANTONIO TRIGUEIRO, empregado da Loja “O Amigo do Povo”, de Felinto Manso, na Praça do Mercado, Cidade Alta;
- 9 - ARARY DA SILVA BRITO, funcionário do Ministério da Fazenda, Oficial Administrativo da Alfândega/Natal e de Tributos Federais da Alfândega/RJ;
- 10 - ARMANDO DA CUNHA PINHEIRO, filho do Prof. João Tibúrcio e falecido como tenente do Exército;
- 11 – AUGUSTO SERVITA PEREIRA DE BRITO (Pigusto), funcionário do

Departamento de Segurança Pública do Estado;

12 – CAETANO SOARES FERREIRA, amazonense e irmão do 2º Presidente Getúlio Soares Ferreira;

13 – CARLOS DE LAET, filho de João Antonio, da Brigada do Exército;

14 – CARLOS FERNANDES BARROS, fiscal de Consumo, aposentado;

15 – CARLOS HOMEM DE SIQUEIRA, funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil/RN;

16 – CLINIO BENFICA, estudante, nascido em Baixa Verde (hoje João Câmara);

17 – CLOVIS FERNANDES BARROS, comerciário, passou a residir em Recife/PE;

18 – CLODOALDO BAKKER, estudante e funcionário federal;

19 - EDGAR BRITO;

20 - EUCLIDES OLIVEIRA, nome acrescentado pelo tabelião Miguel Leandro;

21 - FRANCISCO LOPES DE FREITAS, chefe do expediente da Prefeitura de Natal e do Dep. de Finanças e campeão de bilhar em Natal, amante do remo e apontado como 1º Presidente do América no período de 14/7 a 14/12/1915. Assinala-se o nome de FRANCISCO LOPES TEIXEIRA também apontado como 1º Presidente. Contudo, pela similitude do nome, cremos que se trate da mesma pessoa;

22 – FRANCISCO PEREIRA DE PAULA (Canela de Ferro), estudante e funcionário público;

23 – FRANCISCO REIS LISBÔA, estudante falecido ainda jovem;

24 – GETULIO SOARES FERREIRA, 2º Presidente do América por eleição direta por aclamação (15/12/15 a 14/12/16). Era campeão de Natação pelo Centro Náutico Potengi, tendo treinado para uma das Olimpíadas. Amazonense, ingressou no Banco do Brasil e serviu em Natal;

25 - JOAQUIM REVOREDO, nome apontado pelo tabelião Miguel Leandro;

26 – JOÃO BATISTA FOSTER GOMES SILVA (Padaria), funcionário de “A República” e responsável pela cobrança/América;

27 – JOSÉ ARAGÃO, estudante e funcionário público;

28 – JOSÉ ARTUR DOS REIS LISBÔA, estudante, irmão de Francisco, ambos filhos do Capitão do Porto, Reis Lisboa, intelectual, foi Delegado de Polícia em Recife;

29 – JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA (Lélio), estudante. A família residia no “chalet” da av. Rio Branco, onde morou o Dr. Solon Galvão, esquina com a rua Apodi;

30 – JOSÉ LOPES TEIXEIRA, comerciário e irmão de Francisco Lopes Teixeira (de Freitas), 1º Presidente eleito, por aclamação, na reunião de fundação;

31 – LAURO DE ANDRADE LUSTOSA, empregado da firma Olimpio Tavares & Cia.;

32 – LUCIANO GARCIA, estudante, posteriormente funcionário público;

- 33 MANOEL COELHO DE SOUZA FILHO, estudante, que muito se esforçou para as atividades do clube. Faleceu no Rio de Janeiro;
- 34 – MARIO MONTEIRO, irmão do falecido telegrafista Orlando Monteiro. Trabalhava no semáforo da torre da Catedral;
- 35 – NAPOLEÃO SOARES FERREIRA, irmão de Getúlio e Caetano Soares Ferreira;
- 36 – OSCAR HOMEM DE SIQUEIRA, estudante, atleta e Presidente do América, que alcançou o alto posto de Desembargador, como seu pai Joaquim Homem de Siqueira;
- 37 – SIDRACK CALDAS, irmão de Abdenego Caldas, figura ilustre da cidade;
- 38 – VITAL BARROCA, eleito vice-presidente para a segunda gestão, iniciada em 15/12/1915.

## **DIRIGENTES:**

### **GALERIA DE PRESIDENTES**

14/7 a 14/12/1915 - **Francisco Lopes de Freitas**

15/12/1915 a 1928 - **Getúlio Soares**, com circunstanciais convocações dos auxiliares **Vital Barroca, Aníbal Barata, Oscar Homem de Siqueira, Aníbal Ataliba, Clidenor Lago, Carlos Fernandes Barros, Afonso Joffily, Zélio Perouse Pontes, Oswaldo da Costa Pereira e Clóvis Fernandes Barros;**

1928 a 1930 - **José Gomes da Costa;**

1931 a 1932 - **Edgar Homem de Siqueira e Álvaro Pires;**

1933 a 1934 - **Osório Bezerra Dantas;**

1934 a 1935 - **João Tinoco Filho**, com eventuais convocações de **Humberto de Oliveira, João Bezerra de Melo, José Otoch e Oscar Homem de Siqueira;**

1935 a 1936 **Afonso Ligório Pinheiro;**

1937 a 1938 **Clóvis Fernandes Barros;**

1938 a 1941 **Rui Moreira Paiva;**

1942 a 1943 **Humberto de Oliveira Fernandes;**

1944 a 1945 **Humberto Nesi;**

1945 a 1947 **Rui Barreto de Paiva;**

1947 a 1950 **José Rodrigues de Oliveira;**

1951 a 1953 **Miguel Carrilho de Oliveira;**

1953 a 1956 **Jeremias Pinheiro da C. Filho;**

1956 – 1958 **Murilo Tinoco Carvalho;**

1958 a 1961 **Heriberto Ferreira Bezerra;**

1961 a 1964 **Ulisses Cavalcanti;**

1965 a 1970 **Humberto Pignataro**;  
1970 a 1972 **Hugo Manso**;  
1972 a 1974 **Dilermando Machado**;  
1974 a 1976 **José Vasconcelos da Rocha**;  
1976 a 1978 **Carlos Jussier Trindade Santos**  
1979 a 1980 **Dilermano Machado**;  
1980 a 1984 **Henrique Arnaldo Gaspar**;  
1985 **Amando Homem de Siqueira**, falecido no curso do mandato e sucedido por **Adroaldo Fonseca** até o final do mandato;  
1985 a 1992 **Carlos Jussier Trindade Santos**  
1993 a 1994 **Fernando José de Resende Nesi**, que renunciou em 23/02/94 (dia do seu aniversário), sucedido de fev. a dez. 1994 por uma **Junta Governativa formada por Cláudio Bezerra, Rogério Vilar, Walter Nunes da Silva, Zacheu Santos e Marcos Antônio B. Cavalcanti**;  
1994 (01/12) a (01.04.1996) **Marcos Antônio B. Cavalcanti**, sucedido, por sua renúncia, por **José Maria Barreto de Figueiredo**;  
1997 a 1998 **Eduardo Serrano da Rocha**;  
1998 a 1999 **Roberto Bezerra** (dez. 98 a maio de 99), sucedido por **Cláudio Negreiros Bezerra e Carlos Jussier Santos** (60 dias);  
1999 e 2000 **Pio Marinheiro**, renunciou com 45 dias, assumindo **Jerônimo Câmara Ferreira de Melo**;  
2001 a 2003 **José Vasconcelos da Rocha**;  
2003 a 2005 **Francisco Soares de Melo, Roberto Bezerra Fernandes**, a partir de janeiro de 2005 e por 45 dias, e depois **José Vasconcelos da Rocha**;  
2006 a 2007 **Gustavo Henrique Lima de Carvalho**;  
2008 a 2009 **José Vasconcelos da Rocha**;  
2010 a 2011 **José Maria Barreto de Figueiredo** (12/01/2010 a 20/10/2010), com sua renúncia assume **Clóvis Antônio Tavares Emídio** (21/10/2010 a 10/5/2011) e a partir de maio de 2011, assume **Hermano da Costa Moraes**;  
2012 a 08/01/2014 **Alex Sandro Ferreira de Melo (Padang)**;  
2014 a 2015 **Gustavo Henrique Lima de Carvalho**, licenciado em 19/5/2015 e **Hermano da Costa Moraes**, em exercício.



Nos primitivos registros verbais obtidos dos mais antigos, a **Primeira Diretoria Provisória** para o período de 14/7 a 14/12/1915 contava com **Francisco Lopes de Freitas** na Presidência; Vice-Presidente Oscar Homem de Siqueira, Orador **Getúlio Soares Ferreira**, depois escolhido por aclamação como novo Presidente (período 15/12/15 a 14/12/16), e mais Manoel Coelho – Secretário, Napoleão Soares Ferreira – 2º Secretário, José Fernandes de Oliveira (Lélio) – Diretor de Esportes, José Lopes Teixeira – Tesoureiro e João Batista Foster Gomes da Silva (Padaria) como Cobrador. Na gestão do 2º Presidente, foram escolhidos outros dirigentes nas pessoas de Vital Barroca. Vice-Presidente (este não consta em nenhuma das versões entre os fundadores); Mário Monteiro. Secretário; Clóvis Fernandes Barros. Tesoureiro; Francisco Lopes de Freitas. Diretor Técnico e Manoel Coelho Filho. Guardião de Materiais.

Sob o **prisma legal**, no entanto, o América é o clube mais antigo do Rio Grande do Norte, haja vista que a publicação do seu primeiro estatuto ocorreu no dia 02 de julho de 1918 no jornal A República de nº 144, 2ª página, e o seu registro em cartório aconteceu no dia 03 de julho de 1918, enquanto nosso maior e respeitável rival só providenciou o seu registro em 13 de dezembro de 1927.

O fato de ordem legal que gerou a oficialização do clube, narrada pelo velho americano Lauro Lustosa, diz que foi em razão de um acontecimento inusitado, quando num treino no campo da praça onde hoje é a Catedral:

[...] o então Coronel Júlio Canavarro de Negreiros Melo, Comandante do 40º Batalhão de Caçadores, que ali passava no dia 3 de junho de 1918, foi atingido por um chute, o que motivou a determinação dada ao seu ordenança armado com um sabre, para furar a única bola que o clube tinha para treinar e jogar, tendo sido o América obrigado a buscar sua personalidade jurídica para poder entrar com uma ação indenizatória, através do advogado Bruno Pereira em nome do então Presidente Oswaldo da Costa Pereira. Para tanto, os estatutos foram registrados pela primeira vez no dia 3 de julho de 1919, no Primeiro Ofício de Notas, em documento assinado pelo então presidente Oswaldo da Costa Pereira.

Nessa narrativa há o equívoco do ano do registro, que deve ser considerado como 1918, isto é, no dia que se seguiu ao da publicação do estatuto. Essa ação intentada não chegou a ser julgada porque o Governador Ferreira Chaves resolveu indenizar o clube, evitando maiores consequências do incidente em razão do que foi adquirida nova bola, marca “olimpic”, e uma sobra ficou para as comemorações. Mas, de qualquer forma, o América ganhou existência legal.

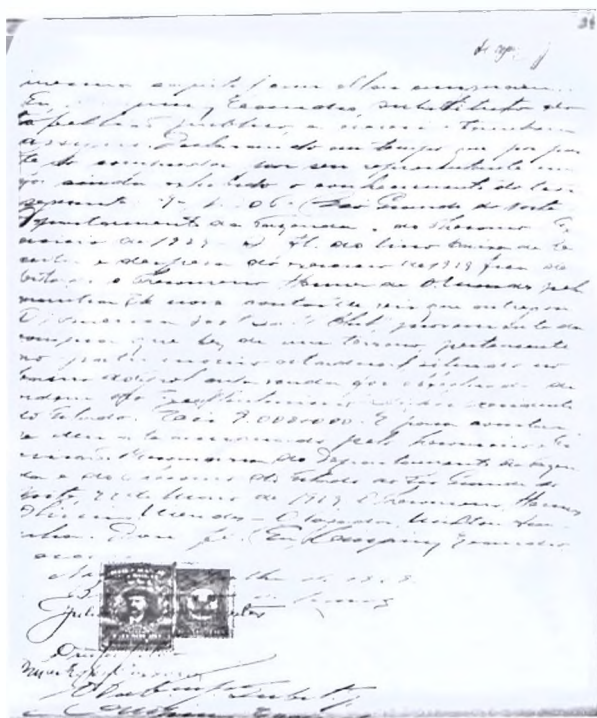
Seu uniforme, inicialmente ao tempo da fundação era **azul** (camisa) e **branco** (calção), porquanto existia um antigo clube denominado Sport Club Natalense (Natal Sport Club), onde alguns dos fundadores nele atuavam e já

usava as cores branca e vermelha. Com a extinção deste, o América trocou as suas cores, que eram as preferidas desde a fundação, coincidindo com o que adotavam outros times com o mesmo nome em outros estados, isto é, **“encarnado e branco”**, como já constou no registro do estatuto. Obviamente que as bandeiras guardaram as cores de cada época. De qualquer forma, essas cores findaram coincidindo com as cores da bandeira da França.

Meus estimados americanos e americanas, a história é muito longa e tive o cuidado de fazer uma modesta publicação com vários outros valiosos detalhes, de onde resumo os que reputo mais importantes.

Aqui e agora relembro alguns **momentos marcantes**:

## 1 O TERRENO E AS SEDES



(fl. 38 do registro da escritura de aquisição do terreno)

**TERRENO:** Graças à generosidade dos amigos Manuel Fagundes e Jairo Procópio, tive acesso aos documentos referentes à compra do terreno (quarteirão limitado pelas ruas Rodrigues Alves, Maxaranguape, Campos Sales e Ceará-Mirim), naquele tempo considerado como do Quarteirão da Av. Campos Sales, bairro de Cidade Nova, constatando que foi adquirido ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, ao tempo do Governador Juvenal Lamartine e na gestão do meu pai José Gomes da Costa, então Presidente americano no período 1928 a 1930, conforme inúmeros artigos e livros sobre o fato, pela quantia de **nove contos de réis**, em moeda corrente e legal, conforme autorização feita pelo



Ofício nº 368, datado de 21 de maio de 1929, emitido no Palácio da Presidência, tendo sido objeto de escritura pública lavrada no livro 134, fls. 36 a 38, em 02 de julho daquele ano, no Cartório de Notas do tabelião Miguel Leandro, hoje pertencente ao acervo do 1º Ofício de Notas desta Capital, a escritura assinada em nome do América, pelo Tenente Júlio Perouse Pontes, Vice-Presidente, em exercício da Presidência (o Presidente estava ausente por haver assumido o cargo de Promotor da Comarca de Caicó), e pelo Governo do Estado o Procurador Fiscal do Departamento da Fazenda e do Tesouro Doutor Bellarmino de Lemos, sendo objeto da Carta de Aforamento nº 429, da Municipalidade de Natal, medindo uma área de 15.100 m<sup>2</sup>. Como testemunhas assinaram Orestes Silva e Osmar Lopes Cardoso, perante o escrivão substituto Crispim Leandro, tendo sido efetuado o pagamento em moeda corrente e o Imposto de Transmissão pago em 26 de junho de 1929 ao Dr. Aldo Fernandes, Administrador e Sr. F. Pignataro, Tesoureiro, sendo registrado no Livro “3-C”, de Transcrição das Transmissões, sob o nº 24, fl. 61v. s 62, presentemente do acervo do 3º Ofício de Notas, com o nº de matrícula 828.

Com estes registros, podemos concluir que são verdadeiros os relatos de Luiz G. M. Bezerra, no artigo do jornal O Potiguar nº 42 (março/abril/2005) de que o terreno fora adquirido com a ajuda de abnegados como **Orestes Silva**, **José Gomes da Costa**, **Tenente Júlio Perouse Pontes**, **Clóvis Fernandes Barros** e **Osmar Lopes Cardoso** com recursos dos mesmos e doados ao América, pois recusaram o recebimento do valor “emprestado”.

O terreno só foi murado alguns anos depois, graças ao grande esforço do diretor **Tenente Armando Pinheiro** local onde o América Futebol Clube ergueu as suas duas sedes, a primeira pela Rua Maxaranguape e a segunda com frente para a Av. Rodrigues Alves nº 950, bairro do Tirol.



Foto do acervo particular de Ribamar Cavalcanti

A **primeira sede** foi um prédio simples, aliás, o primeiro clube de futebol do Estado a possuir uma sede social própria, fato ocorrido na gestão do Presidente **Humberto Nesi**, figura que merece destaque especial em razão de sua permanente dedicação. Contou com a firme colaboração do seu 1º Secretário **Rui Barreto de Paiva**, que o sucedeu em 1945.

Sobre a construção registramos que foi fincada a primeira pedra no dia 14 de julho de 1945, com entrada pela Rua Maxaranguape, nela incluído um campo de futebol e espaço para outras modalidades esportivas. A inauguração ocorreu na **gestão do Presidente José Rodrigues de Oliveira**, com um jogo amistoso frente ao ABC, ganho pelo América por 6 x 2 (gols de Marinho, Pernambuco – duas vezes, Alínio, Tico e Gargeiro contra, descontando Albano duas vezes para o ABC) no dia **10/07/1948**.



**Segunda sede** decorreu da insuficiência do espaço da antiga sede social e no mesmo terreno adquirido em 1929, mas agora com entrada para a Rodrigues Alves e aproveitando o espaço do campo de futebol. Para possibilitar esse empreendimento o América esteve licenciado do futebol no período de 1960 a 1965.

Com enorme sacrifício e mercê da substancial ajuda dos seus sempre abnegados sócios, a exemplo de Humberto Nesi, Osório Dantas, Heriberto Bezerra, Rui Barreto de Paiva, Humberto Pignataro, Antonio Soares Filho, Manoel Carlos Noronha, Aldair Villar de Melo, José Penha, João Carneiro de Moraes (Ferreirinha), Hermita Cansanção, Amaro Mesquita, Adalberto Costa, Carlos José Silva, Luciano Toscano e outros americanos de fibra, que enfrentaram esse novo desafio. Eis que afinal nasceu a “Babilônia Rubra”, como é carinhosamente chamada, ficando pronta na gestão de Humberto Pignataro (maior responsável por sua construção) em 14/07/1967, num dia festivo para cidade do Natal e, especialmente, para Torcida Americana, ali realizando memoráveis festas, inclusive nos carnavais, concorrendo com outras semelhantes do querido Aero Clube. Ajudas substanciais ocorreram com a participação do Senador Dinarte Mariz liberando a realização de um “bingo”, verdadeira redenção, notadamente pela excelente administração dos recursos oriundos, a cargo dos competentes Carlos José da Silva e Paulo Bezerra, responsáveis pelas finanças do clube e o então Prefeito Agnelo Alves, que resolveu os problemas da iluminação do prédio.

Em agosto de 1973, inaugura-se a Pousada do Atleta “Renato Teixeira da Mota” (Neném), no terreno adquirido por Humberto Pignataro, com benfeitorias realizadas ao tempo da gestão de Dilermano Machado, onde funcionou o Estádio General Everardo, posteriormente vendida para saldar dívidas.

Outra visão de futuro foi a aquisição do terreno de Parnamirim, depois adaptado para ser o CT do Clube, outro empreendimento fundamental, que

teve à frente os mesmos abnegados Carlos Silva, Pedro Paulo Bezerra e Oscar da Cunha Medeiros, com melhorias realizadas na gestão do Presidente Carlos Jussier



Pagamento da última promissória  
(acervo do ex-Presidente Jussier Santos)

Trindade Santos, que recebeu o nome de “CT Dr. Abílio Medeiros”, em homenagem ao dirigente que foi baluarte na aquisição do terreno e onde está sendo construída a “Arena do Dragão”.

É bem de ver que cada presidente colocou uma pedra no alicerce do glorioso América, seja na construção e manutenção do seu patrimônio ou na preservação do seu valor esportivo e confraternização social, contornando crises e garantindo altaneira a bandeira alvi-rubra.

Contudo, tendo em vista as dificuldades, sempre crescentes, de manter íntegras as finanças do tradicional clube, o América se viu obrigado a fazer negociações com parte do terreno, mantendo a propriedade de parte dos empreendimentos e continuando a galgar vitórias e glórias, enchendo a sua torcida de justificado orgulho. Agora, graças à liderança do Conselheiro José Rocha, acalenta-se o sonho, quase realidade já, da “Arena do Dragão”.

1. O alvi-rubro começou glorioso, como **primeiro campeão oficial da Liga de Desportos Terrestres** da cidade, fundada, também, em 1918, sendo o campeonato realizado em 1919. Nesse intervalo de tempo (1919 a 1927), o América ganhou todos os títulos disputados, exceto no ano de 1925, que foi ganho pelo Alecrim Futebol Clube.





Oscar, Aguinaldo, Abel, Benfica, Canela, Lopes, Ricardo, Aminadabe, Arnaldo, Arary e Chiquinho

2. **Ganhou o campeonato de 1922** na disputa da Taça em homenagem ao **centenário da Independência do Brasil**. Na final, João Maria Furtado, conhecido como “De Maria”, fez o único gol da partida frente aos eternos rivais dos americanos, o ABC Futebol Clube.



1922 — CAMPEÃO DO CENTENÁRIO — Canela, Aguinaldo, José Gomes, Américo, Oscar, Chiquinho, Benfíca, Nilo, Aguinaldo, Cazuzza, Arari, João Ricardo e João Maria Furtado.

*Não poderia deixar de registrar um fato particular da minha família: o desportista José Gomes da Costa, peladeiro no Colégio Marista e nas ruas, quando estudante na Faculdade de Direito do Recife, jogou no time do*

*Náutico, depois jogou no America, ao lado de Nilo Murtinho Braga. Mais tarde, grande jogador do Botafogo carioca e da seleção brasileira, integrou essa equipe de 1922 ao lado de Nilo, Oscar Siqueira, Chiquinho, João Maria Furtado, Benfca, Canela de Ferro, João Ricardo, Américo, Arari, Aguinaldo e Cazuzza, conforme se vê em foto daquele tempo, em uma das partidas, verdadeira relíquia histórica. Quando deixou o futebol foi presidente do seu clube do coração e responsável, junto a outros membros da diretoria, pela aquisição do terreno onde foram erguidas as duas sedes, a da Rua Maxaranguape e a da Av. Rodrigues Alves.*

3 Sagrou-se VENCEDOR, em 1974, do primeiro campeonato estadual de futebol realizado pela Federação Norte-Rio-Grandense de Desportos.

4 **Campeão do Centenário da República, em 1989.** Essa vitória também levou à conquista do seu segundo tricampeonato (Machadão), com a equipe formada por César, Baéca (ou Lima), Medeiros, De Leon e Soares, Indio, Baíca e Demair (Fábio), Lico, Casquinha (Edson) e Edmilson. Técnico Ferdinando Teixeira. Outros jogadores que ajudaram em outras partidas: Eugênio, Baltazar, Edson, Alfinete, Lauro, Marcelo José, Nunes, Guetener e Almir.

5 **Campeão da Copa do Nordeste** de 1998, derrotando o Vitória na final por 3 a 1, gols de Kobayashi, Biro Biro e Carioca.

## 6 E agora AMÉRICA FUTEBOL CLUBE

### CAMPEÃO DO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO





Em memorável partida realizada no dia 02 de maio de 2015, o glorioso América Futebol Clube consagra-se **CAMPEÃO DO CENTENÁRIO (1915-2015)**, vencendo de 1 x 0 o também centenário ABC FUTEBOL CLUBE, em partida realizada no Estádio Maria Lamas Farache (Frasqueiraó).

**GOOOOLLLL DE FLÁVIO BOAVENTURA**



### **Pioneiros da aquisição do patrimônio do América Futebol Clube**





**Fonte:** fotos obtidas na Revista do América Futebol Clube (14/7/1975) e do colecionador Ribamar Cavalcante.

1. Desembargador José Gomes da Costa
2. Humberto Nesi
3. Grupo que obteve os primeiros tijolos: Humberto Nesi, Hugo de Castro, Aldair Villar, Murilo Carvalho, Odilon Garcia e José Herôncio.
4. Portão de entrada do Parque Esportivo do América localizado na esquina entre a Rua Maxaranguape e a Rodrigues Alves.
5. Fachada da primeira sede do América, após algumas reformas e modernizações (Ribamar Cavalcante).
6. Visão da parte lateral da antiga sede.
7. Rui Barreto trabalhou para a construção das duas sedes.
8. Humberto Pignataro liderou a construção da nova sede.
9. Carlos Jussier Trindade Santos adquiriu o terreno onde hoje está funcionando o CT Abílio Medeiros.
10. Hermano Moraes, Presidente em exercício.
11. José Rocha, atual Presidente do Conselho Deliberativo e ex-Presidente do Clube.

**PARABÉNS AOS NOSSOS HERÓIS = DIRIGENTES,  
ATLETAS, EQUIPE TÉCNICA E GALERA DO MECÃO.**

**VIDA LONGA AO AMÉRICA FUTEBOL CLUBE,  
NOSSO SUPERCAMPEÃO.**



# O PESCADOR DE PALAVRAS<sup>3</sup>

*Ciro Tavares*

Um sinal mágico flutua misterioso no verde do canavial. A forma humana agita-se, de um lado para o outro empurrada pelo vento. Quando amanhece reflete os raios do sol e quando anoitece um tapete de estrelas serve-lhe de leito. De repente, agiganta-se como Adamastor na confluência de dois oceanos e a passos largos cruza os tabuleiros para chegar ao litoral. Lava-se mergulhado nas enchentes das marés e quando deixa a água tem o corpo polvilhado dos corais noturnos das cavernas de Netuno. Regressa ao ambiente do qual é impossível fugir. Senta-se nos alpendres ventilados das casas grandes e, semelhante ao pastor com seu rebanho, vigia do alto das adoecidas chaminés dos engenhos sua cidade, a chama inapagável ardendo no coração.

O tempo que construiu meu sonho escapou nos braços da aurora devolvendo-me à realidade na qual me encontro neste momento. Quero acreditar que aquele permanente sinal mágico vem de um poeta pescador de palavras, de sonhos azuis e caçador de pirilampos. A incerteza do sonho atira-me no túnel do tempo, o menino de calças curtas descendo do trem pelas mãos gentis das suas tias-avós, uma delas, a mulher de face desconhecida, exímia construtora de versos parnasianos. O sinal inexistia até então. Depois, crescidos, eu nos meus repetidos regressos, quiseram os deuses que passássemos um pelo outro como duas sombras. Caminhamos nas mesmas ruas, estivemos no átrio da igreja nas festas da Padroeira, na alegria noturna das quermesses e gastamos nossos olhares na beleza das moças de vestidos vistosos e cabelos entrançados. Estávamos ali, próximos um do outro, dois planetas distanciados pela cruel vontade dos deuses.

O poeta Vinicius de Moraes, no seu “Dia da Criação”, escreve sabiamente que “a vida nos vem em ondas como o mar” e Hölderlin que a “onda do coração não espumaria tão bela se o velho rochedo mudo do destino não se opusesse”. Os dias corriam num facho de luz de desencontros constantes. Até no mesmo colégio dos irmãos Maristas, campeadores dos claros espaços dos recreios e submetidos à rígida disciplina dos mestres com suas batinas negras, permanecíamos ausentes um do outro. Ao concluir meu curso científico, em 1958, tornei-me andarilho compulsivo e tudo o que ficara atrás desapareceu como por encanto. A Juventude tem o grande defeito do esquecimento. Isso foi o tema do meu poema “Labirinto Tridimensional”, publicado no livro *Baladas e Moinhos*, inspirado no belo e enigmático “Os Homens Ocos”, de Thomas Stern Eliot. São os maduros que percorrem encontros, desencontros e reencontros. Nesses podemos nos rever,

---

3 Palestra proferida em dezembro de 2000, quando das comemorações do Centenário do Médico Dr. José Tavares, genitor do autor deste trabalho.

andarrilhos que rodopiaram trinta mil auroras até encontrar e assistir a gênese das vidas tão distantes.

Somente quando Pedro Simões Neto deu início à criação da Academia Cearamirinense de Letras e Artes, hoje denominada Academia Cearamirinense de Letras e Artes Pedro Simões Neto, a nossa ACLA, foi que a cortina nebulosa que cobria minha visão abriu e pude, finalmente, identificar o sinal mágico dos desencontros passados.

Pedro, pescador de palavras, fomentador de grandes ideias, inteligente articulador político. Dele me aproximei quando Garibaldi Alves foi eleito Prefeito da Capital, permitindo-me retornar do exílio voluntário no Recife, para fugir da perseguição que o sistema eleito impunha aos partidários de Aluizio Alves. Depois, o tímido conhecimento foi fortalecido na vitoriosa campanha do Sr. Geraldo Melo ao Governo do Estado. Fui abraçá-lo, no dia da posse, na secretaria de Segurança. A perda dos meus pais, Juraci, em 1983, e José Tavares, em 1986, determinaram nova ausência. A casa da Rua Assu, minha Ítaca, envelhecera e estava vazia. O vagamundo monta Rocinante para lutar contra os moinhos de ventos dos seus sonhos. Por um longo período nada soube do sinal mágico encontrado. As notícias vinham dos amigos e de esparsas comunicações veiculadas na mídia. Pedro estava na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, brilhante professor de Direito, respeitado e ouvido pelos colegas de magistério, aplaudido e elogiado pelo corpo discente, em razão da excelência dos ensinamentos. Mais o melhor de Pedrinho, o filho do Dr. Percílio e da dona Esmeralda, ainda estava por vir. A mensagem chegou-me como fogo incendiando tudo. Ele formatava a Academia Cearamirinense de Letras e Artes, pintava suas cores, escolhia os patronos, reunia os primeiros confrades. A criação da Academia é o passo intelectual mais largo dado no vale do Ceará- Mirim. O sonho de Pedro é o sonho de uma geração que fez deste Município, no final do século XIX e boa parte do século XX, um dos mais importantes polos culturais do Estado. O sonho de Pedro é o sonho da esperança. Nos dias do passado, aqui brilharam as inteligências que ainda hoje nos fascinam. São figuras inesquecíveis que caminharam nos becos e ruas inclinadas da cidade. As que ouviram o sino da igreja chamá-las para os ofícios religiosos ou avisá-las de que as Parcas decidiram pelo destino de alguém. O sonho de Pedro, ainda que ambicioso, é possível. Ele quer devolver à terra potiguar o tempo memorável dos senhores de engenho, da beleza das sinhás-moças, das mucamas gentis, dos obreiros salpicados de açúcar cheirando a aguardente. O sonho de Pedro é varrer as ruínas, resgatar a grandiosidade das ideias que permearam o Outeiro, o Cumbe, o Verde Nasce, o Carnaubal, o São Leopoldo, o Guaporé. É não deixar que sejam esquecidos os nomes dos 28 patronos, esplêndidos construtores deste verde e romântico universo.

A Academia nascia para devolver a vida à cidade adormecida. Desperta Ceará-Mirim desperta. Afasta de ti a sombra que te anestesia. Pedro sentou nos teus escombros para te ressuscitar, para mostrar tua grandeza, da mesma forma que Flaubert fez com Cartago, escrevendo Salambô. Lembra-te que Pedro te amou como se fosses parte do seu próprio corpo. E agora, cidade amada, Pedro viajou para as estrelas. Deixou-te a Academia e um punhado de bravos

cuja obrigação é edificar os sonhos que ele, por vontade do Pai do Tempo, não conseguiu realizar. Lembro-me dos primeiros momentos, quando ao seu convite respondi: Presente. Gastamos horas recompondo nossos passados, investigando as razões dos desencontros. Ninguém pode imaginar, Ceará- Mirim, as minhas lamentações por ter tardio chegado a Pedro. Quando escrevi minha Ode à Ceará- Mirim, publicada no livro *Anêmonas*, estabeleci uma analogia com a mítica Troia, conquistada e destruída pelos gregos:

“Retorno saudoso e no encontro lamento teu destino  
renascida Tróia, na Via Láctea suspensa pelo novelo de  
Ariadne”.

Analogia que posteriormente completei noutros escritos. Se necessário restaurar a beleza, a história, a fortaleza da cidade, um herói também era preciso. E fiz Pedro assumir a identidade de Heitor, o mais valente, e sábio dos troianos, aquele que jamais desejou ver o eclipse de sua terra, igual a Pedro, permanentemente insatisfeito com a situação caótica de Ceará- Mirim. O cenário está completo em dois poemas: “Balada Adágio uma palavra Adeus” e “Cantiga do Nunca Esquecer”, no qual emerge a figura da esposa amada, a Andrômaca, mulher de extrema valentia.

Os textos de Pedro são para ser lidos e relidos. Sua escrita é densa, primorosa. Um poeta da prosa, sua preferência. Escreveu belos poemas, inéditos, sempre achando que não eram bons. Conversamos muito sobre estilos adotados. Disse-lhe que o “De Profundis”, de Oscar Wilde, era um belíssimo poema. Concordava comigo, contudo sempre achando ser um escritor, jamais poeta. Minhas discordâncias levavam- nos a análises literárias. Eu defendia a forma, mostrando que o texto corrido dos prosadores é tão belo quanto aos alinhados versos decassílabos dos poetas. Quando Victor Hugo disse no prefácio de sua peça “Cromwell” que não havia mais regra nem modelo, decretou a liberdade da literatura, prisioneira de um classicismo decadente, e os românticos ingleses encantaram o mundo com seus versos brancos.

Seu livro *O Paradigma Meira e Sá* é extraordinariamente bem escrito. Objetivo, profundo, sem afetações, para ser lido de um fôlego só, pela conquista que nos impõe, se somos leitores ávidos e atentos. No “Intriga do Bem” mergulha na vida e histórias de queridos amigos. Comove-me o proustiano “De Quando Tudo Era Azul”. Sua alma e seu amor estão totalmente misturados às palavras dessa busca ao tempo perdido. No entanto, é no alegórico, diria mesmo surrealista “A Quinta dos Pirilampos”, que Pedro mostra todo seu talento, o prosador superando a si mesmo, o grande poeta que foi sem jamais querer ter sido.

“Moro num reino encantado onde há rei, rainha, príncipes e princesas. É a Quinta dos Pirilampos, cujo nome indica a extensão e a magia que o envolve. Nele os vagalumes vagueiam livres quais pequenas, arredias, trêfegas e cintilantes estrelas do mato. As borboletas borboleteiam como é o jeito delas. Os pássaros aqui gorjeiam como nunca dantes gorjearam além e alhures”. Essa belíssima abertura que me fez chorar lembrou-me o solilóquio de Mercúcio em “Romeu e

Julieta”, de William Shakespeare. Mab, a rainha das fadas de Mercúcio, é o Chico Lagartixa de Pedro Simões Neto.

E o meu sinal mágico? Como a neblina do inverno no rio Ceará-Mirim vigilante estende-se no canavial, esgueira-se pelos restos das chaminés dos engenhos. Igual ao pelicano de Alfred de Musset, Pedro lutou contra a doença até fatigar-se de morrer e partiu vendo que lá fora a noite estava impaciente a sua espera.

Aqui, Pedro, as horas avançam lentamente.  
Enquanto eclipsados aguardamos teu sinal vindo do espaço,  
a bruma do rio eleva-se à copa das árvores,  
penetra fria nas paredes e adormece nos telhados.  
Aqui, Pedro, os sons continuam arrebatadores.  
Enquanto crianças despertam sob sonatas de Bach,  
Maria ensaia uma suave canção,  
cujas palavras serão ouvidas apenas por ti e mais ninguém.  
Aqui, Pedro, as cores seguem nublando nosso olhar.  
Enquanto abaixo do Cristo Sobre o Oceano, de Dalí,  
a esposa bem amada, desfeita em sonhos,  
Andrômaca vendo o corpo inerte de Heitor na poeira troiana.  
Aqui, Pedro, o doloroso silêncio acontece de repente.  
Enquanto tempestade de estrelas cadentes esperamos,  
a frágil e doce irmã está debruçada na saudade,  
misturando lágrimas de sangue ao orvalho claro das manhãs.  
Aqui, Pedro, somos tão somente suplicantes dos mistérios,  
enquanto refletimos na certeza do nosso no reencontro,  
um dia, do outro lado das estrelas.

# A VILA AREZ NA ESTATÍSTICA DOS SÉCULOS XIX E XX

*Claudionor Barroso Barbalho*  
*Sócio Efetivo*

O nosso município foi criado no período colonial pelo Alvará de 8 de maio e Carta Régia de 14 de setembro de 1758, com instalação em 15 de junho de 1760, sendo suprimido pela resolução da Assembleia Geral Legislativa de 7 de agosto de 1832, que, elevando a povoação de Goianinha à categoria de Vila, incorporou a ex-vila de Arez ao seu território, para onde foram transferidos os documentos municipais e o cartório.

A Resolução Provincial nº 318, de 17 de agosto de 1855, restaurou o município de Arez; dois anos depois, novamente voltou a ser incorporado ao município de Goianinha, em 15 de janeiro de 1862, pela Lei Provincial nº 558.

A Lei Provincial nº 519, de 16 de dezembro de 1854, desmembrou o ex-município de Arez do de Goianinha e o incorporou ao de Papary. Outra Lei Provincial, a de nº 778, de 11 de dezembro de 1876, restaurou o município de Arez, desmembrando-o do município de Papary.

No dia 12 de novembro de 1889, foram criados o Fórum Cível e o Conselho de Jurados em Arez, que antes faziam parte do Termo de Papary.

O Decreto nº 11, de 24 de janeiro de 1890, anexou o Termo Judiciário de Arez à Comarca de Goianinha, que se desmembrara da Comarca de São José de Mipibu, a quem depois foi novamente anexado pelo Decreto nº 89 de janeiro de 1891.

Pela Constituição Estadual, promulgada no dia 7 de abril de 1892, o município de Arez foi mantido, assim como os demais municípios existentes. Em virtude da nova organização da Justiça Civil do Estado, estabelecida na Lei nº 12, de 9 de julho do mesmo ano, ficou o município de Arez sendo Distrito Judiciário da Comarca de São José de Mipibu.

A receita do município para 1893 foi orçada na quantia de 2.110\$000 e a despesa fixada em 1.336\$500.

Com relação à instrução pública, havia na sede do município duas escolas primárias, uma para cada sexo e ambas mantidas pelo governo da província.

A população da Vila de Arez, baseado em dados do último recenseamento geral realizado em 31 de dezembro de 1899, era de 2.312 habitantes. [4]

Eleitorado – pelo último alistamento eleitoral concluído no corrente ano (1899), foram qualificados apenas 184 eleitores.

Jurados – na revisão de jurados efetuada em dezembro do ano passado (1898), foram qualificados como tais, 121 cidadãos. (5)



Patrimônio – os bens municipais são escassos, um prédio onde funciona a intendência, outro que serve de mercado e açougue público e de uma área urbana de 400 braças em quadro, em que está situada a Vila.

Cemitério – o cemitério público embora esteja sob a imediata administração da intendência, não é próprio municipal, pertence à freguesia de São João Batista.

Agricultura – no município cultivam-se: todos os cereais, legumes, cana-de-açúcar e o algodão nas ribeirinhas várzeas do rio Jacú e nas margens da lagoa de Guaraíras e nos pequenos vales do Baldum e Santo Alberto.

A indústria e o comércio – existem no município 13 engenhos, apenas dois são movidos a vapor, os outros são movidos por animais, desse total de engenhos, oito fabricam açúcar e aguardente e dois, somente, fabricam aguardente e rapaduras. A indústria principal do município é a do açúcar, cuja produção anual oscila entre 760.000 e 860.000 quilogramas, sendo que a produção de aguardente atinge cerca de 120.000 a 150.000 litros.

A pesca – é uma das importantes fontes de ocupação dos habitantes, serve para aumentar a renda do município e, ao mesmo tempo, oferece à população mais pobre uma importante fonte de alimentação. Da pesca o governo cobra o imposto do dízimo do pescado, que rende ao Estado a quantia de 200\$000 anuais.

A maior exportação da Vila é a de açúcar e aguardente e de farinha de mandioca, embora exporte, também, em menor quantidade o algodão, o milho e o feijão, que são vendidos no mercado da capital.

A importação de mercadorias de procedência estrangeira, assim como de outros estados, não ultrapassam os 200 contos anuais. [6]

O comércio local é pouco vigoroso, além da feira semanal que funciona aos domingos na Vila, existem ainda 19 pequenos estabelecimentos ou bodegas.

Vias de comunicação – a bravia costa oceânica serve de extremo oriental ao município de Arez, não possuindo porto nem enseada favoráveis à navegação, quase todo o movimento de importação e exportação se faz pela Ferrovia Natal-Nova Cruz, que nos limites do nosso município tem duas paradas, uma em Baldum e outra em Estivas, distando da capital 52 quilômetros da primeira e 60 da segunda.

A Lagoa de Guaraíras banha o município a Leste e Sudeste, dividindo a Vila de Goianinha da de Arez. A Lagoa é formada pelas enchentes periódicas do Rio Jacú e outros pequenos riachos como o Una e o Limoal. Essa lagoa constitui uma fonte de riqueza de enorme expressão para o município pela abundância dos peixes que proporciona aos seus habitantes. A lagoa de Guaraíras, por conta da farta alimentação que possui, atrai em época de seca no estado, quantidade imensa de retirantes que vem do sertão em busca de sua sobrevivência. Nesta época, é comum se encontrar grandes quantidades de barracas armadas ao longo da lagoa e de suas imediações. No período invernosos ocorrem surtos de febres palustres que contaminam a Vila, um lodo esverdeado de odor desagradável, que surge logo que as águas começam a baixar, deve ser a causa da origem das febres.

“As águas da Lagoa deságuam no mar em Camurupim, pela barra do rio Cururu, formando em caminho a pequena bacia ou lagoa do Papeba. O canal que liga Papeba à Guaraíras denomina-se Surubajá [7].

O canal de Tibau teve, no final do ano de 1890, a aprovação através da verba “Socorros Públicos” autorização para o início de suas obras, cuja finalidade era a de proporcionar e estabelecer a comunicação direta da lagoa de Guaraíras com o mar e o subsequente escoamento das enchentes.

Segundo João Pegado, “essas águas mesmo passando junto ao mar na enseada do Tibau, a cerca de 780 metros correntes, iam, no entanto, desaguar na barra do Camurupim, depois de um percurso de 18 quilômetros”.

As obras desse canal, ainda não surtiram o efeito esperado, tudo leva a crer que pela deficiência de sua profundidade, não houve nenhuma grande enchente, apenas invernos regulares.

O Governo do Estado – em virtude da nova organização municipal estabelecida na Lei nº 5, de 24 de maio de 1892, determinou que o governo dos municípios, confiados a uma Intendência seria composto de sete membros, sendo que um deles, seria o seu presidente, com as atribuições executivas.

Na respectiva eleição, que se realizou em 11 de setembro de 1892, compareceram às urnas 415 eleitores, sendo eleitos como intendentess os seguintes cidadãos:

José de Souza Lima Galvão – 94 votos

Manuel Augusto de Carvalho – 92 votos

Francisco Ferreira Nobre – 83 votos

Pedro Augusto Freire - 82 votos

Manoel Barbosa Galvão – 80 votos

Manuel Januário Bezerra Cavalcanti Sobrinho – 45 votos

José Calixto Cavalcanti – 41 votos





# DISCURSO DE AGRADECIMENTO – POSSE DE NOVOS SÓCIOS

*Francisco Honório de Medeiros Filho*

Senhor Presidente, autoridades, senhores diretores, meus senhores e minhas senhoras,

Serei breve. A maturidade pode não ter me tornado sábio, mas me tornou conciso.

Qual viajante que partiu cedo, conheceu muitas águas e terras, mas, próximo do outono da vida, cajado à mão, sacola no ombro, chapéu gasto pelo tempo, pisa a terra onde sonhou seus sonhos adolescentes nos quais eram recorrentes livros e escritores e pede licença para entrar, assim me sinto ao assumir, nesta Casa na qual pela primeira vez entrei ainda estudante imberbe e maravilhado com sua história, e agora volta em outra circunstância, os feitos dos homens e mulheres que a integraram, sua presença reverencial no Rio Grande do Norte, o título de sócio-efetivo.

Digo-lhes, pois, meus senhores e minhas senhoras: posso não merecer, mas me sinto em casa, entre meus pares. Creio ser este o sentimento dos escritores que aqui estão nesta solenidade.

Sou grato por este momento. A mão do destino ou do acaso me conduziu sutilmente a um local tão comum quanto improvável, mas engrandecido pela presença cativante de Odúlio Botelho, o mesmo Odúlio Botelho que tantos anos atrás houve por bem, na condição de Presidente da OAB/RN, junto com Hercílio Sobral Crispim, querido amigo de saudosa memória, dar-me posse como fundador e primeiro Presidente da Subseção da OAB em Pau dos Ferros, e que me fez o convite para fazer parte do Instituto Histórico.

Tive pressa em aceitá-lo. A pressa do amante.

Apresentei formalmente meu pedido de filiação que, para minha alegria, para minha honra, foi abonado, também, por Carlos Roberto de Miranda Gomes, de quem fui estagiário e depois associado, galardão que ostento com orgulho, e Ormuz Barbalho Simonetti, de quem lamento a amizade nova por não ser antiga, tal o tempo que perdi em não conhecê-lo antes.

Recebido enquanto par entre pares pelo Presidente da Casa – um Presidente como o merecemos, fidalgo à moda antiga, ainda por cima me foi dada a honrosa tarefa de representar todos quanto, como eu, a partir de hoje, estão inscritos entre os que podem dizer, orgulhosamente, que são associados do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Os meus companheiros de posse, permitam-me tratá-los assim, também foram recebidos na mesma condição. Escritores notáveis, são o sal da terra, um

sal que não perde o sabor. Levarão consigo a insígnia de sua filiação e atribuirão, ao Instituto, o brilho que ele merece, decorrente da soma do talento de cada um.

Aqui estão comigo, para tomar posse, simbolicamente ou se fazendo presente, os seguintes escritores, a quem reverencio e homenageio:

ADAUTO JOSÉ DE CARVALHO FILHO, como sócio correspondente;  
EVERALDO LOPES CARDOSO, como sócio efetivo;  
FERNANDO JOSÉ DE REZENDE NESI, como sócio efetivo;  
FRANCISCO MARTINS ALVES NETO, como sócio efetivo;  
FRANKLIN CAPISTRANO, como sócio efetivo;  
HAROLDO PINHEIRO BORGES, como sócio efetivo;  
JOÃO BATISTA XAVIER DE SOUZA, como sócio efetivo;  
JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS SOBRINHO, como sócio efetivo;  
LENÍLSON ANTUNES DE LIMA, como sócio efetivo;  
LIMÉRIO MOREIRA DA ROCHA, como sócio correspondente;  
MARCIANO BATISTA DE MEDEIROS, como sócio efetivo;  
PEDRO GUILHERME BARBALHO CAVALCANTI, como sócio efetivo;  
RINALDO CLAUDINO DE BARROS, como sócio efetivo;  
RUBENS LEMOS FILHO, como sócio efetivo;  
SAFIRA BEZERRA AMMANN, como sócia efetiva;  
WELLINGTON SOUZA DE MEDEIROS, como sócio efetivo.

Além deles os seguintes sócios honorários, pois assim os distinguiu o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,

INÁCIO MAGALHÃES DE SENA;  
LÚCIA HELENA PEREIRA; e  
PAULO PEREIRA DOS SANTOS.

Podemos agora referendar, firmar como nosso o propósito explícito que concluiu as palavras do Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos proferidas às 12 horas em ponto do dia 29 de março do longínquo ano de 1902 – tão histórica é esta Casa – ao presidir a sessão de criação do Instituto, realizada no salão da Biblioteca Estadual, funcionando no prédio do Atheneu Norte-Rio-Grandense:

A finalidade da presente reunião era a fundação nesta capital, de um Instituto Histórico e Geográfico, que tomando o encargo altamente patriótico de firmar com dados autênticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica potiguar, em qualquer sentido, promovesse todos os meios conducentes à realização desse desideratum.

Ao longo do tempo tal missão foi cumprida com desvelo por inúmeros valores da terra potiguar. Palmilharam os salões do Instituto homens como Aldo Fernandes, Nestor dos Santos Lima, Vicente de Lemos, Alberto Maranhão, Olavo de Medeiros Filho, Nilo Pereira, Hélio Galvão, José Augusto Bezerra de Medeiros, Manoel Varela, João Medeiros Filho, Newton Navarro, Luís da Câmara Cascudo, Raimundo Soares de Brito, Raimundo Nonato da Silva, Ticiano Duarte, Almino Affonso, para lembrar alguns que já nos deixaram. E há muitos outros, de tanto valor quanto estes agora citados.

Passados todos esses anos, em tempos de negação do valor da história, da sua cientificidade, estaria esse propósito ultrapassado? Penso que não. Ouso até afirmar que não. Nesse propósito estabelecido pelo Desembargador Vicente Lemos a cautela metodológica está harmoniosamente unida ao objeto a ser estudado. Está conforme os ditames epistemológicos referendados pelo cânone acadêmico. Constitui-se em um “standard” válido em qualquer época.

Seja essa, pois, a nossa missão, a busca dessa “verdade histórica potiguar”, ou mesmo a busca da verdade histórica, para não dizer simplesmente a busca da “verdade”, ao mesmo tempo em que encetaremos forças no sentido de preservar o patrimônio da Instituição, ampliá-lo cada vez mais, adequar suas intenções às ferramentas tecnológicas modernas, torná-lo cada vez mais útil à Sociedade norte-rio-grandense.

Pode ser mais do que podemos, mas não é mais do que queremos.

Senhor Presidente, Senhores Diretores, contem conosco. Meus senhores, minhas senhoras, muito obrigado.





# LEBRANDO O “GRANDE PONTO” DO MEU TEMPO

*Jahyr Navarro*  
*Do Conselho Regional de Medicina*

O Grande Ponto do meu tempo de rapaz representava o coração da cidade. Era o lugar onde todo mundo parava para conversar e ter conhecimento das últimas novidades. Dali, também saíam as notícias que se espalhavam a todos os recantos, propagadas pelos seus próprios frequentadores. O Grande Ponto era o centro de tudo. O seu espaço físico sempre foi diminuto. Restringia-se a um pequeno trecho da rua João Pessoa, interligando à rua Princesa Isabel com a avenida Rio Branco. Já o seu espaço virtual, ficava circunscrito ao prolongamento de suas artérias.

Quando Câmara Cascudo escreveu sobre esse tema, parecia que tudo estaria sepultado pela exposição que fez com tanta sabedoria e competência. Contudo, o assunto voltou à tona numa sequência intermitente de artigos reportando a importância de suas fases na vida de muitas gerações. Muita gente procurava – como pretexto –, fazer suas compras no comércio das imediações, para num “pit stop”, se inteirar das últimas notícias no Grande Ponto.

Realmente, tudo que acontecia na cidade, acontecia primeiro no Grande Ponto. Nele, ficavam as paradas dos bondes com as linhas do Tirol e de Petrópolis, algumas paradas dos poucos ônibus que existiam, gente oriunda de outros bairros fazendo compras, além das reuniões de rapazes no final de cada tarde. Esses grupos ficavam como ilhas, dispersos, e cada qual com sua peculiaridade determinada pela afinidade entre seus componentes. Já no finalzinho da tarde começava a chegar a turma do “anel” – médicos com consultórios na redondeza – à frente o dr. Grácio Barbalho e o dr. Antônio Montenegro. Geralmente ficavam ao largo, nas imediações da lanchonete Dia e Noite, ainda na João Pessoa. Era mais um grupo que mesmo por perto, permanecia distante.

Essas reuniões perduravam o tempo necessário até o cair da tarde. Alguns permaneciam ou retornavam à noite, quando assistiam o desfile das beldades que se dirigiam à sessão das oito no cine Rex ou no Nordeste. Na calada da noite, começava a chegar a turma de Djalma Maranhão, trazendo a tiracolo o jornalista João Cláudio Machado, cujo assunto girava entre a política e o futebol.

O poder da memória não é perfeito – como já sabemos – mas guardo desse Grande Ponto do meu tempo quase todas as residências comerciais e particulares que contribuíram para o seu formato. Na esquina da Rio Branco com a João Pessoa, ficava a residência da viúva do sr. Joca Freire, transformada depois num restaurante de classe. Junto, ficava o consultório do dr. Onofre Lopes e na parte térrea desse prédio estava localizado o Caldo de Cana de Macedo. Depois, a Casa Vesúvio de Maiorana, a Confeitaria Helvética de Múcio Miranda. Ao lado uma

residência de um militar que ficava sempre fechada, Continuando, a barbearia Santo Antônio, de Antônio Guedes. Em seguida, a joalheria Nasser dos meus amigos Nazir e Farouk e na esquina, o Café Botijinha, do sr. Jardelino Lucena.

No lado oposto, confrontando com a padaria do sr. Teódulo Lucena, gerenciada pelo seu Lionel, ficava a sorveteria Cruzeiro. Depois, a Farmácia Brasil, Waldemir Germano – leia-se fotografia –, o Café Maia de Rossine Azevedo, lojas Setas, a Confeitaria Cisne, e no final na parte térrea do edifício Amaro Mesquita, o Café Grande Ponto.

Apesar de desfigurado pelas modificações realizadas ao longo do tempo, o Grande Ponto ainda permanece o mesmo na mente de muitos – como eu – que ali vivenciaram uma boa parte da vida. Por isso, quando por ele caminho, não me perco nos meus passos, pois tudo me conduz pela mesma trilha de antigamente. Mas, ficam cada vez mais vivas as lembranças que entristecem, quando recordo a juventude – que já se foi –, os amigos que de alguma forma já partiram e o que restou desse velho relicário tão conhecido. Hoje, ao meu lado, apenas a saudade desse tempo e a nostalgia, companheiras inseparáveis e sempre presentes nessas ocasiões.

A nostalgia torna as nossas defesas mais sensíveis e frágeis quando buscamos o passado. Parece que tudo se adapta melhor na retina, depois que as lágrimas de saudade lavam o quadro já desbotado das recordações.

# TRABALHAR EM EQUIPE!

Jansen Leiros<sup>4</sup>

É comum escutarmos comentários, em certos ambientes informais, que esse ou aquele administrador, público ou não, gosta ou tem-se esmerado no seu desempenho funcional em trabalhar com equipes especializadas, que treina seguindo determinada metodologia, e às quais seleciona, obedecendo a critérios previamente escolhidos, determinados e aprovados por “expertos” naquele segmento laboral, do qual, quase sempre recebe os louros da aplicação de seu esforço.

Assim, façamos boa anotação de certas “dicas” a seguir referidas:

*Trabalho em equipe é um sistema de **organização** de um grupo laboral; é uma maneira de compartilhar alguns objetivos funcionais através de um grupo de pessoas com um mesmo fim.*

*Trabalho em equipe é aquele tipo de trabalho no qual se tenta conseguir que se realizem atividades dependentes entre si, que podem sobrepor à soma de trabalho de cada um dos seus membros. No trabalho em equipe os objetivos são compartilhados; as tarefas estão definidas de forma clara, porém ao mesmo tempo são adaptáveis de acordo com cada situação; onde compartilham, também, as tarefas de liderança.*

*No trabalho em equipe os conflitos que possam surgir são resolvidos em consenso; está concentrado no esforço conjunto, a fim de que seus membros possam apoiar-se uns nos outros, de forma efetiva.*

*Trabalho em equipe é um trabalho realizado de forma organizada, com intercâmbio de opiniões que possam ser ouvidas e levando o grupo a tomar uma decisão clara para todos os membros.*

*No trabalho em equipe, existe uma participação geral, de todos, em qualquer momento, de acordo com o talento pessoal que cada um possui.*

*Nesse tipo de trabalho, todos são considerados importantes e podem dar ideias. As críticas no trabalho em equipe são de caráter construtivo e o que se busca, sempre, é levar as tarefas para um bem comum.*

*No trabalho em equipe, a relação entre a missão do grupo, as responsabilidades de cada um e os objetivos do colegiado, estão claramente estabelecidos.*

*No trabalho em equipe todas as regras são claramente definidas, são conhecidas por todos, aceitas e respeitadas por todos. Usam-se técnicas e metodologias que são compartilhadas e são estáveis para a realização das tarefas requeridas. As decisões*

---

<sup>4</sup> Da Academia Macaibense de Letras; da Academia Norte Rio-grandense de Trovas; da União Brasileira de Escritores; do Instituto Histórico e Geográfico do RN.

*têm como base a informação e a documentação. Daí decorre que os resultados são satisfatórios.*

*No trabalho em equipe é fomentada a vontade de continuar trabalhando juntos. Vontade emulada, resultado alcançado!*

*O trabalho em equipe tem uma relação estreita com a disposição natural do ser humano no que se refere à convivência no da sociedade.*

*Ouro elemento de considerada importância no trabalho em equipe é a coordenação na hora de valorizar esse tipo de labor. E de suma importância que as partes envolvidas sejam colaboradoras de forma mútua, de modo a que todos os dons individuais sejam desenvolvidos para o bem de todos e para conseguir um objetivo.*

*No trabalho em equipe, um componente apoia o outro e dá a sua parcela de colaboração de acordo com aquilo que melhor sabe fazer, favorecendo, assim, o mecanismo e o desenvolvimento do que se propõe produzir”.*

Seguindo os critérios acima elencados, foi que, a atual administração do IHGRN conseguiu o êxito hoje reconhecido por todos no Estado do Rio Grande do Norte.

Nossos parabéns à administração Valério Mesquita.

## **EQUIPE:**

**Presidente:** VALÉRIO ALFREDO MESQUITA

**Assessor da Presidência:** JANSEN LEIROS

**Vice-Presidente:** ORMUZ BARBALHO SIMONETTI

**Secretário-Geral:** CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

**Secretário-Adjunto:** ODÚLIO BOTELHO MEDEIROS

**Diretor Financeiro:** EDUARDO ANTÔNIO GOSSON

**Diretor Financeiro Adjunto:** AUGUSTO COELHO LEAL

**Orador:** JOSÉ ADALBERTO TARGINO ARAÚJO

**Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu:** EDGARD RAMALHO DANTAS

# JOÃO DE BARROS, FAMILIARES E CAPITANIA

*João Felipe da Trindade*

A História seria uma disciplina mais atrativa se explorasse mais a vida familiar de seus personagens. Muitas vezes ficamos frustrados por desconhecer detalhes daquelas pessoas que fizeram a História do Brasil, ou do nosso Rio Grande do Norte. Não há um esforço do poder público para disponibilizar mais documentos para o público em geral. Muitos documentos escritos, da História do nosso Brasil, encontram-se submersos em vários arquivos públicos ou privados, daqui e d'além mar.

Muitos gostariam de saber mais sobre o donatário da nossa capitania, João de Barros. Pois bem, vamos escrever, neste artigo, alguns detalhes, que muitos não conhecem, extraídos de um livro de Antônio Baião, Diretor do Arquivo da Torre do Tombo, datado de 1917. Tal livro, que se encontra no IHGRN, tem o título de *Documentos inéditos sobre João de Barros*.

João de Barros, capitão das terras dos potiguares, foi Tesoureiro e depois Feitor da Casa da Índia, a partir de 1525. Renunciou ao cargo em 12 de agosto de 1567, talvez para concluir suas *Décadas*. Pouco tempo depois, 21 de outubro de 1570, faleceu. Era casado com Maria de Almeida, filha de Diogo de Almeida e Catarina Coelho. Eram seus filhos: Jerônimo de Barros, o primogênito, casado com Loisa Soares, faleceu em 20 de agosto de 1586; João de Barros, que esteve aqui na Costa do Brasil, com Jerônimo, morreu na batalha de Alcácer-Quibir; Lopo de Barros, o mais moço, falecido em 3 de abril de 1587; Diogo de Barros; Isabel de Almeida, que casou com o primo Lopo de Barros; Ana de Almeida, freira; Catarina de Almeida, casada com Cristóvão de Melo, filho de Diogo de Melo e de Catarina de Castro.

A Casa da Índia era uma organização portuguesa que administrava os territórios ultramarinos de Portugal, e foi, durante sua existência, a instituição econômica mais importante de Portugal. O Feitor, João de Barros, por conta da sua alta responsabilidade, nunca veio ao Brasil, tendo mandado duas expedições para a conquista das suas capitanias, sem muito sucesso, e com grande fracasso financeiro. Entretanto, em 3 de março de 1564, em Igarassú, através de seu procurador Antônio Pinheiro, protestou pela ocupação de sua capitania, como se vê em um trecho do documento:

O dito Porto de Búzios que pela língua dos índios se chama Pirangi está fora da demarcação de dona Izabel e está na capitania e terra do dito seu constituinte, é seu e está de posse dele de muitos anos á esta parte e com tal lhe teve arrendado por certos anos a Martim Ferreira de São Vicente e que o houve de Pero de Góis, comprado e que sempre o



dito seu constituinte deu licenças para o dito porto em seus procuradores nesta terra arrendarem por as ditas licenças em dinheiro, escravos e em búzios.

Conta Jerônimo de Barros, primogênito de João de Barros, que no tempo de Dom João III, foi a mando dele, com o irmão João de Barros, ao Rio Maranhão, com uma armada para descobrir o dito rio e a costa, na esperança de resgatar ouro, descobrindo mais de quinhentas léguas de costa. Ali, resgataram alguns homens que nela andavam dos que se perderam com Luís de Mello. Tiveram muito trabalho de guerra com os franceses e com o gentio da terra e povoaram em três partes, gastando perto de cinco anos, sustentando tudo a custa do seu pai, até gastar quanto tinha.

Vejamos uma petição feita por Jerônimo, já como herdeiro do pai, já falecido: Diz Jerônimo de Barros que ele tem uma capitania no Brasil de cinquenta léguas ao longo da costa dos Pitigares e vinte e cinco na boca do rio Maranhão. E já que seu pai, nem ele, por seus serviços, mereceram servir V. A. neste Reino como seu pai sempre requereu, quer ir povoar esta capitania no que espera fazer a Deus e a V. A. muito serviço pela experiência que tem daquela costa do tempo que nela andou de que ficou tanta despesa, que sem ajuda de V. A. não pode povoar pelo que pede lhe faça V. A. mercê de lhe mandar dar cem moradores dos oitocentos, que o contratador do Brasil é obrigado a por lá; E assim, de haver por bem que possam entrar neste reino de Inglaterra cinco mil peças de pano no que as alfândegas de V. A. R. proveito e ele ajutoria para fazer esta obra (?). E que os primeiros dez anos possam tirar, cada ano, mil quintais de pau do Brasil; e, assim, de cinquenta peças de escravos em São Tomé e aqui somente duas peças de artilharia e da que está em Pernambuco oito peças para defesa da fortaleza a qual artilharia dará fiança.

E lembro a V. A. que muito mais e maiores mercês se fizeram aos capitães que povoaram no Brasil por que (a) alguns deles deram as fortalezas feitas e artilhadas e navios com que defender a costa. E há outros com que as fazer e se parecer muito, o que peço, a isso responda por mim a fazenda de V. A. com dizer o que tem custado à baía a povoar e se é necessário ou não povoar-se esta capitania, por uns apontamentos que abaixo desta apresento se verá quanta obrigação V. A. tem na sua consciência a mandar que se povoe e quanto importa a seu serviço e bastam para mim estas duas coisas para muito o desejar que interesse ao presente não o espero e, de futuro Deus sabe o que será no que R. M.

Ao serviço de V. A. é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem os quais todos os anos vão a ela a carregar de Brasil por ser o melhor pau de toda a costa. E fazem já casas de pedra em que estão em terra fazendo comércio com o gentio. E os anos passados estiveram nesta capitania dezessete naus de França a carga e são tantos os franceses que vem ao resgate que até as raízes do pau brasil levam, porque tinge mais as raízes do que pau que nasce nesta capitania. Que o pau das outras capitanias é sempre valor dobrado do outro brasil. E agora tomaram os franceses nos Pitigares três mil quintais de brasil que o portugueses tinham na praia feitos a sua custa para carregar e antes

que os franceses faça uma fortaleza que obrigue depois a muito, parece que será bom povoar-se por nós e com isso feito lhe não levarem este pau a França e ficará então rendendo mais a V. A.

Outro respeito se deve ter que muito importa ao serviço de V. A. E que todos os navios que se alevantam no Brasil para as Antilhas é com dizer que vão a esta capitania. E eles como nela são por não haver quem não defenda salteia o gentio e cativam-nos no que se faz muitas ofensas a Nosso Senhor e vão-se com os navios carregados deles a vender as Antilhas no que a fazenda de V. A. perde por respeito dos escravos de Guiné que se escusa com estes índios que lá vão.

E o que mais importa para o bem do Brasil é a perda dos homens e eles por esta porta travessa para as Antilhas tomados do amor do ouro que lá há onde há tantos portugueses que me atrevo a dizer que dos que são idos para o Brasil as duas partes estão nas Antilhas onde há muitas povoações cujos moradores as duas parte são de portugueses e o proveito que eles fazem às conquistas deste reino Deus o sabe.

Todos os navios que não dobram o Cabo de S. Agostinho são forçados arribar nas Antilhas e muitos dos que vão para a Guiné o que não será tendo uma fortaleza nesta capitania por que podem ficar nela a qual é a mais perto terra que há no Brasil a este reino e mais breve e melhor viagem e povoando-se além dos benefícios apontados pode este Reino receber outros e se naquela terra há ouro pelo que a meu pai tem custado sei que por esta parte se pode melhor descobrir que por outra nenhuma e não digo isto por que o visse, mas quando me perguntarem direi o que disso sei. E o principal respeito que se deve ter é a obrigação que se tem em acudir aquela gentilidade que não seja cada dia destruída e roubada pelos nossos (?) dos quais muitos receberão água do batismo com povoar entre eles e muitos inocentes se salvarão no que R. M.”.

Além dessa petição esclarecedora, encontramos, também, em uma mercê ao donatário João de Barros referente à sua capitania do Brasil, datada de março de 1561, nas terras que chamam pitigares, que ele enviou uma armada há vinte anos onde despendeu muito de sua fazenda e outra há cinco anos onde foram seus dois filhos a povoar a dita terra. Essas datas correspondem mais ou menos a 1540 e 1555.



# DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA MOSSOROENSE DE LETRAS – AMOL

*João Medeiros Filho*

Insistia a bem-aventurada Madre Teresa de Calcutá: “*a gratidão é a nobreza da alma*”. E a Irmã Dulce dos Pobres completava: “*Só os gratos compreendem a grandeza e a misericórdia de Deus*”. Inspirados nessas duas santas de nossos tempos, não podemos deixar de ser gratos:

- a) Primeiramente a Deus, pela vida como Dádiva Maior e participação no mistério de seu Ser;
- b) A esta Casa que acolhe a nossa simplicidade com sentimentos magnânimos;
- c) Aos confrades que nos adotaram como irmão, na pequenez de nosso ser, e desenrolaram o lençol da confiança para nos envolver;
- d) Ao Padre Sátiro Cavalcanti Dantas, pelas décadas de amizade sem rugas nem abalos, mas sobretudo pelo seu empenho incansável de sessenta anos em prol da educação de tantas gerações de mossoroenses;
- e) Aos presentes que nos honram com sua amizade e companhia, olhando com lentes de aumento as nossas parcas virtudes e não vendo os nossos defeitos e limitações;
- f) Enfim, a Mossoró – terra de liberdade – berço de nosso pai e que um dia nos adotou como filho por ato de sua Câmara Legislativa, assim como pela aceitação de nosso sacerdócio e ministério.

Recebemos hoje a missão de substituir um amigo muito querido a admirado, que marcou esta terra de Santa Luzia como padre e pastor dedicado, jornalista e professor, educador e líder, o entusiasta Monsenhor Américo Vespúcio Simonetti, orientador de muitos, pois sempre acreditou no ser humano, projeto de Deus na poeira dos tempos, mas semente do eterno e do absoluto.

Mossoró, Santa Luzia e Américo se mesclam numa ode de amor e num poema de grandeza, como manifestação divina. Poesia, arte e cultura se entrelaçam nesta terra iluminada pela Virgem de Siracusa, patrona da visão, mas sobretudo padroeira dos olhos da alma, que faz o seu povo ver com profundidade a beleza e a riqueza da vida, dom sublime de Deus.

Santa Luzia é ícone desta terra abençoada. Assim, Monsenhor Américo empenhara-se pela sua festa – numa pedagogia aberta e moderna – mostrando-nos que não podemos ser míopes diante da realidade do mundo, obra divina, que nos convida a dizer sempre como Virgílio em sua *Égloga II*; “*Paula maiora*

*canamus*” (*Cantemos coisas mais elevadas*). Monsenhor Américo proclamou as excelsas virtudes da Virgem Mártir, por isso, sempre consideramos que o melhor local para o repouso de seus restos mortais fosse a Catedral de Santa Luzia, junto daquela a quem tanto amava e venerou, propagando a sua devoção.

E difícil conter a emoção neste momento, senhores acadêmicos e convidados, ao evocar a figura de um líder e pastor, que na sua grandeza de alma renunciou por duas vezes ao episcopado, que muitos eclesiásticos aspiram. Américo respondera à Nunciatura Apostólica, quando da consulta: “*a maneira de ficar mais perto do meu povo e de servi-lo melhor é como simples sacerdote. Agradeço a honraria. Nasci para viver no meio do povo*”. Parece que estamos ouvindo o grande Papa Francisco, quando proclama que “*os padres devem ter o cheiro do povo*”.

A renúncia de Américo ao episcopado é a expressão maior do seu amor à Igreja. Atitude incompreendida, à época, fazia parte do seu temperamento e vocação. Os profetas não são talhados para a administração. Um bispo deve ser teólogo e administrador. Mas, ele era essencialmente pastor e profeta. Talvez os compromissos episcopais o impedissem de criar e renovar. São Jerônimo foi um dos primeiros sacerdotes a não aceitar o episcopado, pois queria dedicar-se exclusivamente à tradução da Palavra de Deus. Padre Américo agiu de modo análogo, dezesseis séculos depois.

É de praxe, o acadêmico empossado tecer considerações sobre o seu patrono. Cabe-nos afirmar, *a priori*, que nosso antecessor o fez de maneira profunda em sua obra *Alfredo Simonetti, paladino intemerato pela causa do bem no campo da instrução*.

Sentimo-nos imensamente felizes em ocupar esta cadeira que tem como patrono um educador de escol que, no dizer do amigo Raimundo Nonato da Silva, “*foi um dos mais curiosos tipos de educador perfeito*” (In: *Alfredo Simonetti, paladino intemerato pela causa do bem no campo da instrução*, p. 25).

A alegria é maior ainda, quando neste ano comemoramos cinquenta anos de nosso ministério presbiteral, como mestre da fé e da Palavra, bem como de nosso magistério, enquanto docente de ensino médio e superior.

Nosso patrono, Alfredo Simonetti, era filho de Américo Vespúcio Simonetti Filho e de Amália Genésia Coelho Simonetti, nascido em Natal, no dia 24 de outubro de 1900. Em janeiro de 1924, casou-se com a assuense Maria Augusta de Sá Leitão Simonetti, que lhe deu sete filhos, seis dos quais sobreviveram: Maria Amália (Irmã Angelina), José Nazareno, Américo e Joaquim Alfredo (ambos sacerdotes), João Batista e Maria da Saleté.

Nos dezoito anos de magistério, o professor Simonetti ministrou aulas de matemática, português, pedagogia, educação cívica, história e psicologia, além de exercer as funções de diretor de escola e Inspetor de Ensino. Sua disponibilidade e amor pela educação levaram-no a lecionar em Goianinha, Santana do Matos, Assú e Mossoró. E é bom que se diga: como professor concursado e nomeado, regendo turmas, inclusive na Escola Normal de Mossoró, onde se destacou como diretor e mestre incansável e polivalente. Nele podemos reconhecer e confirmar o que escreveu o Professor José Melquíades de Macedo, catedrático do Atheneu



Norte-Riograndense e titular do curso de letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN:

Um professor saído da Escola Normal de Natal possuía um conhecimento tão vasto e profundo que valia mais que um mestrado ou doutorado da universidade de hoje. Atualmente há professores de português que não sabem o que é um verbo vicário. Isso não acontecia com os diplomados pela Escola Normal de Natal. Eram polivalentes. Sabiam e ensinavam tudo sem falsa erudição. Um só ministrava eficientemente aulas de português, matemática, história, geografia e como ensinavam (Op. cit., p. 32).

As palavras do mestre Mário Cavalcanti, que ainda o tivemos como professor no Seminário de São Pedro, no Tirol, em Natal, resumem sua vida e seu trabalho: “*Mártir do cumprimento do dever, como tantos outros, os parcos vencimentos não lhe chegaram para tratar-se convenientemente*” (Idem, ibidem, p. 25). E arremata, de forma brilhante, o escritor Raimundo Nonato da Silva, nosso companheiro de tertúlias em casa do inesquecível amigo comum Oswaldo Lamartine, no Rio de Janeiro, quando escreveu no jornal *O Mossoroense*, em 22 de outubro de 1974, trinta e cinco anos após a morte de Alfredo:

Esgotado pelo próprio esforço do trabalho de que não se afastou... foi atingido por moléstia pertinaz de que veio a sucumbir em 23 de janeiro de 1939, na capital do Estado, em meio a mais completa indiferença do governo e dos seus órgãos administrativos a que servira com abnegação e devotamento (Ibid., p 25).

O professor Simonetti, não obstante as inúmeras atividades que exercia e o cuidado com uma família numerosa, sustentada com o fruto do seu trabalho, ainda encontrava tempo para escrever e produzir o saber. Legou-nos cinco livros didáticos e mais de dezenas de trabalhos científicos em revistas e jornais da época. *A Paládio*, revista por ele fundada e que marcou o Assú, na década de 1920, tinha nele seu maior e melhor colaborador, ali escrevendo poemas e artigos variados.

Concluindo, convém citar a própria *Paládio*, publicada em 1925, que assim se expressa a respeito do seu querido mestre:

Espírito esclarecido pelo fanal da inteligência no cadinho da instrução haurida na Escola Normal de Natal, caráter de rija têmpera, paladino intemerato pela causa do bem nos campos da instrução, o Professor Simonetti não se tem poupado a nenhum esforço na incessante faina de instruir e educar (Op. cit., p. 30).

O Professor Alfredo Simonetti é mui mercedamente patrono de uma cadeira nesta augusta e insigne Casa, onde sua memória será cultuada e reverenciada com o objetivo também de resgatar o seu valor diante do descaso e indiferença de que fora alvo, por parte do poder público potiguar de sua época.

Voltemos no tempo e à geografia. Monsenhor Américo é oriundo de uma família italiana e, por conseguinte, marcado pela religiosidade e devoção à Virgem de Siracusa. Da Itália novecentista emigraram quatro famílias, que habitaram o Rio Grande do Norte. A dos Simonetti, cuja genealogia o pesquisador Ormuz Barbalho organizou. Dela é oriundo o professor Alfredo, que veio morar no Vale do Assú. Temos a família Giffoni, povoando a Florânia do século XIX. Os Gazzaneo que se instalaram em Santana do Matos. Os Jácome, corruptela de Giacomo, fixaram-se em Campo Grande, dos quais descendemos pelo lado materno.

E esta Academia acolhe o encontro de famílias. Deus já havia planejado essa união. E sentíamos, há muito tempo, uma amizade sólida e profunda pelo nosso inesquecível Monsenhor Américo Simonetti.

*Per transennam*, vale salientar que nosso predecessor ingressou nesta Academia, sem lhe forçar as portas, que alçaram os dintéis para dar-lhe passagem, larga e franca. E aqui chegou com credenciais e títulos conquistados, ornado de valores com que o agraciou a Divina Providência. Não os ornamentos litúrgicos do seu *múnus* sacerdotal, mas outros adornos admiráveis do seu talento sem ostentações, da cultura para o momento oportuno, do saber para a hora adequada.

Américo iniciou seus estudos em Assú. Com dez anos encontrava-se no Seminário de Santa Teresinha de Mossoró, entre aqueles que ingressaram em 1940. Os estudos superiores foram feitos no Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, sob a direção dos sacerdotes da Companhia de Jesus. Mais um ponto em comum. Fomos educados por jesuítas belgas e também moramos com os padres dessa ordem religiosa, durante anos, no Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro. Alegre coincidência: hoje comemoramos a festa do seu santo fundador Inácio de Loyola. De 1950 até 1952, Américo cursou Filosofia, e entre 1953 e 1956, Teologia. Em 1969, fez especialização em Didática do Ensino Superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Em 1975, seguiu o curso de pós-graduação em Sociologia Religiosa no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES, objeto de convênio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e da Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio de Janeiro.

As ordens sacras de subdiaconato e diaconato foram-lhe conferidas em janeiro e julho de 1956, em São Joaquim (SC), por Dom Daniel Henrique Hostin, OFM, bispo de Lages, que também fora o co-sagrante na ordenação episcopal de Dom Jaime de Barros Câmara, primeiro antístite mossoroense. Recebeu o presbiterato, em 2 de dezembro de 1956, na cidade do Assú, pela imposição das mãos e oração consecratória de Dom Eliseu Simões Mendes, terceiro bispo diocesano de Mossoró. Sua primeira missa solene foi cantada, na Matriz de São João Batista, em sua terra natal, no dia 8 de dezembro de 1956. Em seguida, nomeado vigário cooperador do Monsenhor Júlio Alves Bezerra,

naquela mesma paróquia. Em 1962, é transferido pelo então bispo de Mossoró Dom Gentil Diniz Barreto, sendo nomeado vigário da paróquia do Coração de Jesus, onde permaneceu de 1962 a 1964. Assumiu a coordenação da Ação Pastoral na Diocese a partir de 1962 e a superintendência da Rádio Rural de Mossoró, em 1963.

Exerceu o magistério como professor de psicologia do Curso Normal Regional em Assú, de 1960 a 1961; de Economia Política da Escola Técnica de Comércio, no Educandário de Nossa Senhora das Vitórias, na mesma cidade, em 1961. Ensinou Latim, no Ginásio Pedro Amorim, também em Assú, em 1961.

Em 1968, foi um dos luminares que cedeu seu vasto curriculum, como docente no curso de Letras, para criar a Universidade Regional do Rio Grande do Norte (hoje Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN), tendo, em algumas oportunidades, o seu nome sido cotado para reitor. Chegou até a ser cogitado como candidato a prefeito de Mossoró, pela sua forte liderança e por ser um sacramento de paz e conciliação, na terra de Santa Luzia. No entanto, sempre declinou de distinções, honrarias e do poder. Tanto assim que, passados alguns anos, deixou a cátedra e o seu salário, que bastante falta lhe fez na velhice e na doença, necessitando de ajuda dos consanguíneos para ter uma modesta casa onde, futuramente, pudesse descansar. A Deus e aos homens, sempre serviu com amor e dedicação. Por conta de nossa amizade, não raro o advertíamos para cuidar de sua velhice, pedindo que se poupasse. Ele respondia-nos com as palavras de uma santa da Ordem do Carmelo: *“Terei a eternidade para repousar”*.

Todos sabem que uma de suas mais importantes obras foi, sem dúvida alguma, a criação da Rádio Rural de Mossoró, com o apoio do bispo diocesano Dom Gentil Diniz Barreto, em 1963. Para isso mobilizou, durante muito tempo, a cidade, a região de Mossoró e municípios circunvizinhos, com promoções como: A Feira da Providência, o Festival dos Municípios e o concurso A Mais Bela Voz.

Despojado e desprendido, chegou a vender a sua casa e, com a quantia recebida, pagou as dívidas da Rádio Rural de Mossoró, que era parte de sua vida e seu coração. Insistíamos que tivesse alguma reserva para os momentos de dificuldades. Sua resposta era inspirada no Evangelho: *“O Filho do Homem não tem sequer onde reclinar a sua cabeça”* (Mt 8, 20).

Foi reitor durante vários anos do Santuário do Coração de Jesus, diretor do Lar Sacerdotal, do Departamento Diocesano de Ação Social e da Caritas Diocesana, do Curso Superior de Iniciação Teológica, do Centro Pastoral de Ciências Religiosas e Animador da Ação Católica.

Padre Américo recebeu o título honorífico de Monsenhor Capelão de Sua Santidade por relevantes serviços prestados à diocese de Santa Luzia e, no ano de 1980, foi nomeado pároco da Catedral e vigário geral, substituindo o saudoso Monsenhor Huberto Bruening. E como tal, resgatou os festejos da padroeira e conseguiu transformá-los num dos eventos religiosos mais importantes do Estado do Rio Grande do Norte. Criou um tema para cada ano da festa e foi o incentivador principal do **Oratório de Santa Luzia**.

É importante frisar que, durante o pontificado de Dom José Freire de Oliveira Neto, que também foi membro desta Academia, Monsenhor Américo contou sempre com sua bênção e ajuda. Seu apoio incondicional era constante e permanente em todas as atividades e iniciativas de seu sacerdote e antigo colega de seminário.

Nosso predecessor tem vários títulos publicados: *O mundo de hoje e a igreja em diálogo* (1971), *Públio Virgílio Maro* (1972), *Cícero: o homem e a obra* (1972), *O trabalho humano* (1973), *A pressão demográfica no Nordeste e a paternidade responsável* (1973). Em 1997, a Coleção Mossoroense publicou ainda a sua obra intitulada *Alfredo Simonetti: a memória enaltecida*, uma homenagem ao seu pai falecido, aos 38 anos, tendo exercido dezoito de magistério fecundo.

Conhecemos Padre Américo, em 1956, quando este acompanhava Dom Eliseu Simões Mendes em visita à cidade de Jucurutu, para verificar as obras da construção da maternidade daquele município, erigida com recursos da Missão Rural, projeto dirigido pela diocese mossoroense e que tanto marcou os vales do Assú e Apodi. A vida nos aproximou novamente em 1965, após a nossa ordenação sacerdotal. Como coordenador da pastoral da Diocese de Caicó, encontrávamos sempre nas reuniões da província eclesiástica do Rio Grande do Norte.

Sua preocupação era traduzir o Evangelho numa linguagem acessível. Queria a Igreja de Mossoró, sob o impulso do Concílio Vaticano II, perto do povo, sem ser populista. Pretendia uma liturgia viva, participada e inculturada, sem destruir o seu encanto e mistério próprio das coisas sagradas. Aspirava por comunidades de mãos estendidas, como Cristo morto na cruz de braços abertos, num gesto de quem deseja tocar os homens e o mundo.

Dom Gentil Diniz Barreto, em sua sabedoria de homem simples e humilde, percebeu o valor de Padre Américo e o trouxe de Assú para Mossoró, confiando-lhe novas tarefas, executadas com amor e criatividade. Aliás, este era um de seus carismas. Monsenhor inovava sem descaracterizar. Trazia o novo sem destruir o velho. É próprio dos sábios. Cristo também trouxe o Evangelho sem aniquilar a cultura do seu povo. Ao contrário, trouxe-a para dentro da realidade da sua Boa Nova.

Servidor de Cristo e da Igreja, foi para muitos consolo e esperança. Quem conhecia e se aproximava do Monsenhor, lembrar-se-á daquilo que disse o Mestre: “Vinde a mim, vós todos que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei” (Mt 11, 28). Para muitos, ele trouxe esperança e ânimo para carregar a cruz de cada dia, fonte de vida, paz e libertação.

Foi um sacerdote piedoso e místico sem se tornar piegas, um homem terno sem manifestar fraqueza, um sacerdote cheio de doçura sem transparecer condescendência. Quantas vezes, vimos nosso amigo, de joelhos, diante do altar do Santíssimo Sacramento na Igreja do Coração de Jesus ou na Catedral, em prece profunda e silenciosa. E isso nos fazia pensar em Santa Teresa d’Ávila, quando respondeu a uma noviça, que lhe havia perguntado qual seria o melhor método da oração. “Não existe melhor método do que de joelhos, olhos fechados, ouvindo o grande silêncio de Deus”. Exupéry, em *O pequeno príncipe*, afirma que “no silêncio alguma coisa irradia”, frase existente na entrada do Mosteiro das



Clarissas de Mossoró, uma das grandes obras do nosso querido padre Sátiro. Américo era um grande orante e também poeta, pois a oração é a forma absoluta da poesia.

Entendeu que a paróquia deve ser espaço de evangelização e ajuda aos irmãos. Foi pensando assim que reformulou a festa de Santa Luzia, a que já nos referimos. Para ele, era importante que ela fosse também um lugar de redescoberta de Cristo, que caminha aparentemente desconhecido ao nosso lado – como acontecera aos discípulos de Emaús, quando as palavras do Mestre ardiam em seu coração e os convidavam a abrir os olhos para o mistério da Vida e da Ressurreição.

Encantavam-nos em nosso inesquecível amigo e antecessor a sua inteligência e simplicidade, seu jeito de ser discreto, humilde e piedoso. Ao conversar com ele, parecia que estávamos ouvindo Santo Agostinho, bispo de Hipona:

Senhor, torna-nos capazes de viver com amor nossa vocação, como verdadeiros enamorados da beleza espiritual..., não como escravos subjugados por uma lei, presos a costumes e tradições, mas como homens livres guiados pela graça divina” (SANTO AGOSTINHO apud CINTRA; MURARO, *As mais belas orações de todos os tempos*, p. 155).

Educador, escritor, profeta, jornalista, pastor e poeta, compôs o belo e sonoro refrão recitado, a cada ano, por uma multidão, na Festa da Padroeira, quando um mar de gente, no santo e edificante delírio da fé, aclama e aplaude com os seus versos imortais e rimados: “*Mossoró com alegria saúda Santa Luzia*”.

Sua obra literária não se resume simplesmente aos trabalhos publicados

, alguns deles aqui citados. Centenas de crônicas do “Comentário da Rural” estão inéditas. E os livros mais importantes permanecerão escritos e gravados na tradição desta terra sagrada com a marca da ternura, da compreensão e do perdão. Cabe muito bem lembrar aqui o poeta Horácio, na sua Ode III: “*Exegi monumentum aere perenius*” (Construí um monumento mais duradouro do que o bronze).

Homem simples e acessível. Muitas vezes conversávamos sobre Igreja, clero, literatura, o cotidiano, porque além de outras afinidades, nossa amizade se firmava na convergência desse amor sagrado pela Igreja e pelo ser humano, poema maior do mesmo Deus Criador. Certa feita, confidenciou-nos:

João, meu irmão mais jovem, sou um homem ambivalente, aparentemente contraditório. Sou um otimista por natureza. A alegria e o entusiasmo sempre foram a meta na minha vida, mas sinto-me, não raro, envolvido por certa angústia no mistério. Mas a graça divina me inebria e acalma minha alma sedenta de Deus e de paz.



Senhores acadêmicos, esta Casa herdou a tradição da primeira Academia de Letras: a francesa, onde várias de suas cadeiras foram ocupadas por mais de um século por sacerdotes. Por ali passaram, até os dias atuais, grandes figuras da Igreja da França. Ao todo: cento e trinta e um eclesiásticos, dos quais dezessete cardeais e trinta bispos e arcebispos. Na Academia Brasileira de Letras também se criou o mesmo hábito, começando por Dom Silvério Gomes Pimenta (Arcebispo de Mariana) e Dom Francisco Aquino Correia (Arcebispo de Cuiabá). Vieram posteriormente Dom Lucas Moreira Neves, Cardeal Arcebispo Primaz do Brasil, o monge beneditino Dom Marcos de Araújo Barbosa e o jesuíta Fernando Bastos de Ávila, que foi professor do Monsenhor Américo no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES, no Rio de Janeiro, na década de 1970.

Sentimos falta da cativante presença do nosso dileto amigo e da versatilidade de sua arte de escutar e dialogar. Nestes anos carregados de crises e tumultos políticos, econômicos e até religiosos, em que se chocam conservadores e moderados com renovadores e exaltados mudancistas, necessitaríamos de sua palavra prudente e sábia.

Caríssimos confrades, lembrem-se de que não temos o porte de nosso antecessor. Nossa origem é modesta, nosso talhe é pequeno. Aqui chegamos por conta de sua condescendência, incentivada e alimentada pela magnanimidade do coração de Padre Sátiro – educador por excelência – a quem muito devem Mossoró e o Rio Grande do Norte. Nesta Casa, enquanto Deus vida nos conceder, seremos uma lembrança da vida e uma réstia da grandeza e da bondade de Monsenhor Américo. E hoje, nesta solenidade, diante dos seus amigos e do Povo de Deus, repetiremos a sua antífona e o seu poético bordão: *'Mossoró com alegria, saúda Santa Luzia'*.

Uma boa noite e obrigado a todos.

Padre João Medeiros Filho

Mossoró, AMOL, 31 de julho de 2015.

# A NAU VICTORIA EM ROCHEFORT

*José Eduardo Vilar Cunha*  
*Jornalista escritor membro do IHGRN, ACLA, UBE.*

Já estava há algum tempo em La Rochelle, quando surge a oportunidade de conhecer a cidade de Rochefort, uma comuna francesa localizada no departamento de Charente-Maritime ao sudoeste da França. O principal interesse na visita a Rochefort era conhecer a réplica da Nau Victoria que estava em exposição e ancorada numa marina próxima ao centro da vila.



Nau Victoria, junho de 2015.

A história que aqui descrevo, em grande parte, foi obtida do livro do navegador Antonio Pigafettaum dos participantes da viagem marítima, idealizada pelo fidalgo Fernão de Magalhães, que nasceu, em 1480, na vila de Sabrosa na região de Tras-os-Montes, Portugal e Morreu em Mactán nas Filipinas, em 27 de abril de 1521, em luta contra os indígenas.



Fernão de Magalhães

Fernão de Magalhães não se entendia mais com o rei de Portugal por compreender que o mesmo não o apoiava devidamente seus serviços e, assim, desta maneira, renunciou a nacionalidade portuguesa e passou à Espanha. Todos esses acontecimentos ocorreram no século XVI, na relevante era dos grandes descobrimentos marítimos.

Com a permissão do Imperador Carlos V, Fernão de Magalhães preparou em Sevilha uma expedição que daria a volta ao mundo e, em 1519, partiu do porto de Sanlúcar de Barrameda, Espanha, com uma esquadra composta de cinco Naus; *Trinidad*, comandada por Magalhães; *Concepción*, por Gaspar de Quesada; *San Antônio*, por Juan de Cartajena; *Victoria*, por Luís de Mendonza; *Santiago*, por Juan Serrano, perfazendo um total de 137 homens. A finalidade da expedição era descobrir as ilhas Molucas, de onde vinham as especiarias.

Segundo Pigafetta, a esquadra capitaneada por Fernão de Magalhães partiu em 20 de setembro de 1519 de Sanlúcar e, após seis dias de trajeto, chega a uma das ilhas Canária, Tenerife, ali, aporta por três dias para o reabastecimento. A viagem segue pelo Oceano Atlântico num clima com muitas oscilações, ora com sol escaldante, seguida de tempestades e ventos fortes. As embarcações ao passarem a linha equinocial tomam um rumo na direção da “*Terra do Verzino*” nome este dado ao pau-brasil. Em 13 de dezembro as naus entram em um porto com águas calmas, era a terra do Brasil. Essa terra tinha abundância em todos os tipos de produtos e era tão extensa, como a França, Espanha e Itália juntas e que pertencia ao reino de Portugal.

Os brasileiros, de acordo com os escritos, não eram cristãos, tampouco eram idólatras, porque não adoravam nada, o instinto natural é a única lei. Todos andavam nus e moravam em grandes cabanas que podiam abrigar mais de cem pessoas. Eles pintavam o corpo, principalmente o rosto, e usavam adornos nos lábios. Dependendo da situação eram antropófagos, comiam carne humana, mas, somente dos inimigos, e utilizavam embarcações feitas de troncos de madeira chamadas de canoas.

Após 13 dias em terra firme, a esquadra retoma a rota costeando o Brasil em direção ao Polo Antártico, e ao longe avistaram duas ilhas repletas de pinguins e lobos marinhos e, por serem tão mansos, foram abatidos para reabastecerem as naus. A expedição continuou e durante muitos dias sofreram terríveis tempestades com mares revoltos até que, em maio de 1520, encontraram um bom porto e como o inverno se aproximava resolveram fundear suas naus.

Havia se passado dois meses naquela paragem sem que avistassem nenhum habitante, quando de repente, surge um homem de aspecto gigantesco, mas amistoso. Contatos foram feitos com esse gigante que os conduziu ao interior da ilha. Durante a caminhada encontraram outros gigantes e suas mulheres, todos andavam vestidos com peles de animais.

O capitão geral da esquadra, Fernão de Magalhães, conseguiu aprisionar dois gigantes e os embarcou em uma das naus. A convivência não era fácil e uma das maneiras de acalmá-los consistia em dar-lhes alimentos, eram verdadeiros glutões, comiam de tudo, principalmente de carnes cruas e por terem pés enormes que pareciam patas, foram denominados de Patagões.

Em certo momento da viagem foi armado um plano para assassinar Magalhães, os traidores eram Juan de Cartagena, Luis de Mendonza e outros. Descoberto o complô, a pena foi o esquartejamento de Juan de Cartagena e a expulsão dos outros que foram abandonados na terra dos patagões. Outro acontecimento relevante foi o naufrágio da *Nau Santiago* que bateu nos arrecifes.

Muitos meses se passaram e muitos acontecimentos aconteceram durante a viagem, mas, em 21 de outubro de 1520, os navegadores descobriram um estreito que acreditavam ser passagem para outro oceano. As naus *Santo Antonio* e *Concepción* foram designadas para averiguar a passagem e, nesse ínterim, encontram muitas baías e canais. A nau *Santo Antônio*, capitaneada por Esteban Gómez, que não tolerava Magalhães, aproveitando-se da escuridão, refez o caminho já percorrido e retornou à Espanha. Com as naus *Trinidad*, *Concepción* e *Victoria* atravessaram o estreito que o denominaram de Estreito dos Patagões e desbocaram no mar.



Estreito dos Patagões (Magalhães)

A saída das naus do estreito para entrar no imenso mar, se deu em novembro de 1520. A navegação por esse oceano perdurou por três meses, sem que houvesse uma só tempestade, sendo assim, este oceano foi denominado de Pacífico. Todavia, períodos difíceis aconteceram, principalmente em relação aos gêneros alimentícios, pois não havia nenhuma alimentação nova, fresca. Este foi um momento de penúria extrema que as tripulações passaram e, para não morrer de fome, eles comiam pedaços de couro, serragem de madeira e até ratos. Muitas enfermidades ocorreram nesse período, além dos mortos, outros tantos ficaram gravemente doentes.

Em março de 1521, os navegadores, depois de uma penosa e longa viagem, encontraram uma ilha e atracaram as naus. Ao desembarcarem, avistaram uma canoa que se aproximava, Magalhães fez gestos visuais e contatos foram realizados. O capitão ofereceu gorros vermelhos, espelhos e outras bagatelas em troca de comida. Os ilhéus encantados com os presentes, ofereceram pescados, bananas e um jarro de vinho de palmeiras.

Os ilhéus se familiarizaram tanto com a expedição que os marinheiros puderam aprender nomes de muitas coisas, sobretudo, o da ilha, que se chamava *Zúluan*. Para demonstrar amizade os nativos levavam para as naus cravo, canela, pimenta nos moscada e até ouro.

As naus continuaram com a navegação e muitas outras ilhas foram visitadas, como a Cenalo, Huinangan, Ibusson e Abarien. Algumas dessas ilhas tinham reis que adotavam todo um cerimonial com os visitantes. Em todas essas ilhas o capitão Fernão de Magalhães introduzia a religião católica aos nativos e fincava uma cruz num lugar mais alto da ilha, ao mesmo tempo em que, determinava a obediência



ao Rei da Espanha. Ao encontrarem a ilha de Mactrán, novos contatos foram feitos com os nativos cujos chefes eram Zula e Cilapulapu. O chefe Cilapulapu não aceitou reconhecer a autoridade do Rei da Espanha. Fernão de Magalhães então armou 60 homens e, à meia-noite, partiu da nau em três chalupas em direção à ilha, chegando ao alvorecer. Um mensageiro foi enviado à ilha com o intuito de esclarecer a Cilapulapu que ele deveria obedecer à soberania do rei da Espanha, a religião católica e pagar tributos, caso contrário, seriam considerados inimigos.

Os nativos eram numerosos, em torno de 1500 homens, e ao virem as três chalupas se aproximarem da ilha, partiram para o ataque, usavam lanças e atacavam em três frentes, a defesa do capitão e seus comandados revidaram com tiros e flechas, mas eles usavam escudos de madeira e quando os atingiam os ferimentos eram leves. Num determinado momento Magalhães foi atingido por uma lança de ponta de ferro, mas não esmoreceu, ordenou aos seus comandados que tocassem fogo nas cabanas dos ilhéus, o que os fez mais enfurecidos, aumentando a luta desigual, até que um nativo acertou Magalhães com uma flecha envenenada em uma de suas pernas, fazendo-o cair inerte n'água. Essa batalha com os ilhéus aconteceu em 27 de abril de 1521, data alusiva à morte de Fernão de Magalhães.

A esquadra prosseguiu viagem, mas, ao verificarem que a tripulação diminuiu após o combate, resolveram queimar a nau *Concepción*, antes, porém do ato, recolhem todos os pertences aproveitáveis e assim, prosseguiram viagem rumo à ilha Panilongón. Na ilha, pactos foram realizados com o rei e provimentos foram adquiridos para abastecimento das naus. Seguiram viagem e muitas outras ilhas foram visitadas, chegando a Bornéu.

Ao saírem de Bornéu, passaram por Bibalón, e capturaram o governador de Palaoán com um filho e um irmão. Para soltá-los, exigiram que eles fornecessem arroz, porcos e galinhas, e, por livre e espontânea vontade, foram acrescentados nozes de coco, bananas e vinho de palmeira.

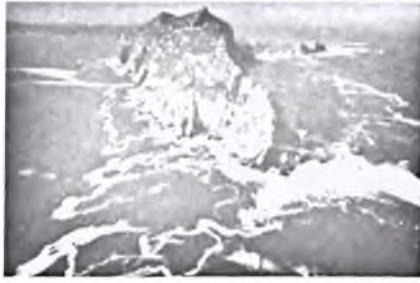
A esquadra resolve então ancorar na ilha Sarangani e, decididamente, pegaram dois guias para orientá-los a encontrar as ilhas Molucas. A navegação prosseguiu passando por várias ilhas como Chéoma, Carachita Paghiinzara. Por fim, em novembro de 1521, os navegadores avistaram as ilhas Molucas e a alegria tomou conta de todos, dispararam a artilharia, pois estavam navegando há 27 meses.

As naus navegaram até encontrarem a ilha Tadore e ancoraram bem próximo à praia. No dia seguinte, o soberano da ilha, o rei, veio visitá-los, acolhend-os e, por conseguinte, tornando-se amigo e vassalo do rei da Espanha. Muitos fatos pitorescos ocorrem nessa ilha. No final de dezembro, resolveram tomar o caminho de volta, todavia, a nau *Trinidad* apresentou um enorme vazamento no seu casco e teve que ser abandonada.

Dessa maneira, a nau *Victoria* passou a ser a única embarcação a tomar o caminho de volta para a Espanha. E, na viagem de regresso, muitas ilhas foram encontradas no caminho, Silán, Noselao, Biga, Manadá sendo que a ilha Ocolare abaixo de Java era habitada exclusivamente por mulheres.

Em abril de 1522, estavam diante do Cabo da Boa Esperança, mas tiveram de passar nove semanas à espera do tempo melhorar para continuar a viagem.





Cabo da Boa Esperança

Em maio, conseguiram contornar o cabo e seguiram na direção das ilhas de Cabo Verde. Nesse trajeto 22 homens morrem e são atirados ao mar. Em 6 de setembro de 1522, a *Nau Victoria* comandada por Juan Sebastian Elcano chega a Sanlúcar com apenas 18 homens, e em 9 de setembro desembarca em Sevilha.

O que mais me sensibilizou nesta fantástica história na navegação foi saber que havia sido reconstruída uma réplica da *Nau Victoria* e que a mesma estava fazendo a volta ao mundo.



José Eduardo a bordo da *Nau Victoria* em Rochefort

A visita da replicada *Nau Victoria* foi surpreendente, havia membros da tripulação recebendo os visitantes e explicando os detalhes inerentes tanto à construção como às experiências vividas durante a circum-navegação realizada no período entre 2004 e 2006.

## Referências

PIGAFETTA, Antonio. **A primeira viagem ao redor do mundo**. Rio Grande do Sul: L&PM POCCKET; Gráfica Editora, 2011.



# IHGRN, 113 ANOS

*Jurandyr Navarro*  
*Do Conselho Estadual de Cultura*

A instituição mais antiga em atividade do nosso cenário cultural, completa na presente data, dia vinte e nove, cento e treze anos de existência. Por feliz coincidência, o aniversário está sendo comemorado em alto estilo, na fase áurea de sua existência, por todos evidenciada.

Desde a sua posse, a Diretoria atual tem contabilizado uma série de empreendimentos no plano administrativo e cultural. A fisionomia da entidade mudou para melhor, nos seus diversificados setores de atuação. Tanto a sua imagem física como organizacional, apresenta-se, hoje, de forma promissora.

Os positivos resultados atestam a veracidade da afirmação. O modelo de trabalho, em equipe, acolheu exemplar aprovação.

Cinco colunas humanas sustentam, presentemente, o pedestal organizacional da veterana entidade: o presidente, Valério Mesquita, o seu grande maestro, que rege a orquestra, com equilibrada liderança; Ormuz Simonetti, o vice-presidente, voluntarioso, de conhecido dinamismo (daria um grande Prefeito Municipal); Carlos Gomes, o secretário-geral, especialista exímio, responsável pela parte jurídico-legal, nosso Helly Lopes Meirelles, atualizado; Odúlio Botelho, secretário-adjunto, experiente causídico, coube-lhe o encargo do acompanhamento dos assuntos lítero-jurídicos, redação oficial e derivações. Finalmente, Scilla Gabel, encarregada pela Contabilidade, da vetusta empresa cultural privada, tarefa por demais fatigante, na árida ciência dos algarismos.

A Diretoria tem outros membros complementares do seu quadro dirigente, operadores em outras funções, não menos importantes: Adalberto Targino, orador oficial, de conhecida capacidade intelectual; Lúcia Helena, conhecida poetisa; Eduardo Gosson, escritor talentoso, na função de Tesoureiro, substituindo George Veras.

As reuniões diárias, presididas pelo historiador Valério Mesquita, contam, geralmente, com a presença de intelectuais, interessados em participar de conversações descontraídas e de interesse do Instituto.

Tais reuniões têm como figurantes, de presenças habituais, Vicente Serejo, Edgard Dantas, Tomislav Femenick, Eduardo Gosson, Jansen Leiros, Antônio Luiz de Medeiros, Gonzaga Cortez, Eduardo Vilar Cunha, Augusto Leal e outros menos habituais.

A nossa “Casa da Memória” é, no presente, uma das instituições mais atuantes e das mais prósperas, no concernente à alcançada produtividade, junto da significativa mudança, para melhor, em comparação com a realidade existente de anos recentes.

Procedeu-se uma restauração completa no prédio principal, em suas instalações internas, estendendo-se ao largo “Vicente de Lemos”, que será utilizado para eventos em geral.

A obtenção de verbas ornamentárias, municipais e estaduais, conseguidas, tem ajudado, em parte, nessa transformação dadivosa.

A documentação oficial do Instituto recebeu completa legalização jurídica.

Houve, também, acréscimo no seu quadro social, renovando a sua clientela, dentre representações pessoais capacitadas.

Será lançada a Revista do Instituto, confeccionada, nos últimos dias, pela gráfica da Imprensa Oficial do Estado.

Nessa data festiva haverá comemorações na sede da entidade, sessão especial, e na Assembleia Legislativa, será conferido o título de Mérito Legislativo ao político Almino Álvares Affonso, por Proposta do Deputado Ricardo Motta.

Nesses dias sombrios, em que a Pátria Brasileira atravessa, pela atitude indecorosa de muitos de seus representantes políticos, é agradável para nós, natalenses, termos o prazer de desfrutar desse feliz momento em que é comemorado o novo aniversário da nossa “Casa da Memória”, brindando, em uníssono, o seu progresso, e parabenizando os seus abnegados dirigentes e associados.

Dando continuidade às linhas anteriores, devo acrescentar que o Instituto promoveu festiva solenidade no amplo salão do Centro Pastoral Dom Heitor de Araújo Sales, comemorando mais um aniversário de fundação.

A solenidade revestiu-se de atos significantes. O Presidente Valério Mesquita, abriu a festiva reunião dos associados e convidados, declarando a sua finalidade e abordou passagens importantes da trajetória da entidade, assinalando, em destaque, seus vultos veneráveis, responsáveis pela existência promissora do antigo sodalício, aludindo, outrossim, aos planos e projetos do seu atual mandato, que conseguiu avanços consideráveis em prol da sua evolução.

Aproveitou o grato ensejo para fazer rápida homenagem à pessoa da Senhora Miriam, viúva do conhecido historiador Enélio Lima Petrovich, de saudosa memória, um dos mais importantes dirigentes da Instituição.

Em seguida é chegado o ponto alto do ato comemorativo, qual seja, a Palestra do conhecido político brasileiro, Almino Álvares Affonso, convidado especialmente para abrilhantar o importante evento.

Antes, porém, o ilustre convidado foi homenageado com a entrega à sua pessoa da Medalha “Alberto Maranhão”, a ele conferida pelo Conselho Estadual de Cultura. Mencionada comenda foi-lhe entregue, nesse momento solene pelo atual Presidente do Egrégio Conselho, Acadêmico Iaperi Araújo.

Em seguida, o Jornalista e Acadêmico, Vicente Serejo, Sócio Efetivo do Instituto, possuidor de eloquentes dotes oratórios, faz a saudação de praxe, como a voz representativa daquele colegiado, saudando o visitante, ilustrado conferencista da noite, tecendo o seu perfil biográfico.

O palestrante, de elevado conceito na memória política da Nação, é originário do Amazonas, onde nasceu, porém, tem suas raízes genealógicas no rincão potiguar, por ser neto do abolicionista e político famoso, o velho Almino Affonso, brilhante Senador da República.

O neto herdou a fibra cívica e a vocação política do avô. Herdou-lhe, sobretudo, a eloquência tribunicia!

A conferência agradou em uníssono aos que compareceram ao encontro cultural, pelo seu poder persuasivo.

A palavra e a memória do palestrante a todos enfeitiçou, diante da magia da eloquente improvisação. O verbo alado magnetiza mentes através imagens da retórica.

Após a solenidade, houve o lançamento da última Revista do Instituto, contendo material de primeira linha, tratando aspectos diversos de ordem histórica e cultural. Além disso, agradou, também, o vistoso perfil gráfico, na sua capa e na encadernação.

Na manhã do dia seguinte, vinte e sete de março, a Assembleia Legislativa Estadual recebeu no seu Plenário, apreciável assistência, a fim de prestigiar o inteligente visitante e para ouvi-lo noutra fala, não menos significativa.

O auditório preparado estava, não somente para ouvi-lo mais, para aplaudi-lo, em dois momentos divididos por palestra política, própria para o ambiente e para parabenizá-lo pelo recebimento do “Mérito Legislativo”, propositura do Deputado Ricardo Motta.

Foi outra ocasião valorizada pela erudição cultural do conferencista insigne. Deu ele uma espécie de aula magna, enfatizando sua trajetória política de anos passados em que a sua pessoa exerceu papel relevante, no tocante à sua vocação, na tumultuada vida político-partidária nacional.

O categorizado docente a todos agradou pela oratória repleta de matizes, os mais brilhantes, ao que concerne a palavra e o gesto, a memória admirável e a convencedora persuasão.

Abstenho-me, aqui, de mencionar a cor do credo político ou ideológico. O que interessou aos presentes foi a figura humana do conferencista e a sua capacidade intelectual, abordando fatos históricos, na Casa da História.

A interpretação fica a cargo da consciência de cada um. Ao homem, foi-lhe dado, do Alto, o livre arbítrio. À sociedade que o julgue.

A saudação protocolar coube ao desempenho do sócio efetivo, Acadêmico Ticiano Duarte, que o fez de forma exemplar. Conhecido cientista político, tem acompanhado, desde a juventude, as porfias político-partidárias, aperfeiçoando o entendimento nessa área de ideias polêmicas, orador de qualificados recursos, soube conduzir-se na calorosa oração proferida que a todos emocionou pelo entusiasmo que dedica à causa.

Coroadada de êxito pleno, portanto, a apresentação do ilustre tribuno Almino Affonso, entre nós e a sua mensagem cultural deixada.

De parabéns, aos que fazem a nossa “Casa da Memória”, por mais um aniversário auspicioso, por todos festejado.





# A PÁTRIA

## [Palestra de Jurandyr Nauarro]

*Exmo. Sr. Valério Mesquita.  
M.D. Presidente deste Instituto Histórico e Geográfico.  
Demais autoridades, já devidamente mencionadas.*

Senhoras e Senhores:

Honrado pelo convite a mim feito pelo jurista e intelectual, Carlos Roberto de Miranda Gomes, em nome da Diretoria e sancionado pelo Presidente, desta Casa, para dizer algumas palavras sobre o tema, a mim proposto, "A Pátria".

Assim, aqui estou para fazê-lo à minha maneira de interpretá-la no momento que passa.

O assunto desta breve Palestra, se assim poderia classificá-lo, tem a sua razão de ser, já que, há quatro dias passados, foi celebrado, em todo o Brasil, o dia da sua Independência política.

O momento atual é dos mais próprios a se falar a respeito da nossa querida Pátria, terra querida dos nossos saudosos antepassados.

O que não se pode esquecer nem silenciar, é sobre o pesadelo em que está passando a nação brasileira, na hora presente. São fatos constatados em decorrência de governos incompetentes e corruptos, e de legisladores alheios aos interesses públicos.

Sabe-se que outras nações também têm atravessado dias difíceis, na sua trajetória existencial. Têm elas experimentado fases agônicas de crises financeiras, sobretudo, porém, têm dado a chamada "volta por cima". São países de limitadas riquezas naturais, na sua maioria, inclusive desprovidos de apreciável reserva do precioso líquido e energia, dentre outros.

O nosso Brasil, não! Ele, comparando a sua dimensão geográfica, a segunda do mundo, em terras contínuas, e em riquezas naturais, nenhuma nacionalidade o suplanta, nesse aspecto. Possui o Brasil uma costa navegável imensa, banhada pelas vagas quentes do Atlântico. A região amazônica é considerada o maior pulmão do mundo, pela abundância de oxigênio circulante, ali produzido por sua colossal flora tropical, e o grande rio que a banha.

O Brasil é possuidor de terras fecundas e férteis, em suas cinco regiões geográficas, e é possuidor de apreciáveis lençóis d'água subterrâneos. A diversificada flora alimenta, à saciedade, a diversificada fauna. O subsolo guarda no seu ventre, riqueza incomensurável.

A Região Nordeste, composta de nove Estados federativos, tem, ao longo do tempo, experimentado estiagens periódicas e sofrido o tormento das secas. Em compensação, é possuidora de uma atmosfera especial, para a implantação de usinas naturais da chamada energia eólica.

O Sudeste geográfico e a Região Sul, incluindo o Centro Oeste, possuidores das quatro estações, têm terras agricultáveis, vegetais cultiváveis de apreciável colheita, cultivo do mel, produtos alimentadores de numerosos rebanhos bovinos, caprinos e de outras espécies pastoris.

O Brasil natural é rico e saudável para a vida humana, animal e vegetal. O seu povo, pode ser feliz, sob a bênção da Religião!

Qual a razão de, no instante presente, e anos de outrora intercalados, se encontrar tão infelicitado, amargurando tamanha dor, no corpo e na alma?

Urge uma mudança de comportamento da classe política militante. A solução é melhorar o seu quadro representativo. As novas gerações sucedâneas entram na política partidária já intoxicadas pelos mesmos vícios deletérios dos seus antecedentes. Daí, a desenfreada corrupção que é vista nos dias presentes, corrupção saqueadora da economia nacional, praticada por réus confessos da política e da administração públicas.

A ignorância intelectual também é responsável pela medíocre atuação da maioria dos nossos políticos.

As nossas universidades deveriam ter um curso especializado, destinado aos vocacionados para a Política. E aqui poderia lembrar a advertência do filósofo e pensador grego Sócrates, a Alcebiades, advertência anunciada nas palavras: “a pior espécie de ignorância é cuidar, uma pessoa, saber o que não sabe... Tal, meu caro Alcebiades, o teu caso. Entrastes pela Política, antes de a teres estudado. E não és tu só o que te vejas nessa condição: esta mesma a da maior parte dos que se metem nos negócios da República. Apenas excetuo exíguo número que pode ser unicamente, a Péricles, teu tutor; porque tem cursado os filósofos”.

Exemplo foi o de Confúcio de espírito apolítico, mas cheio de sabedoria, administrou com inteligência e probidade uma província chinesa, alcançando pleno êxito.

Platão, na sua *República*, ensinava que o governo da Pólis deveria ser entregue aos filósofos. O que seria aplicável, nos dias presentes, aos cidadãos devidamente instruídos para os negócios da Política.

Os médicos cuidam da saúde do povo; os sacerdotes, da sua saúde espiritual. Cabe aos políticos a responsabilidade com a sociedade, em geral, e a organização estatal.

Apreciado noutra ângulo, porém, conducente ao assunto em tela, recorde-se o famoso discurso de Péricles, político ateniense que deu o nome ao século mais brilhante da vida da Grécia. Nele, evidencia a sua preocupação com os assuntos públicos e privados da sua Pátria. E salienta não ser considerado cidadão aquele que não se interessar pela Política, cujo desinteresse o torna um indivíduo

inútil à sociedade e à República. Adianta, ainda, ser a sua cidade, Atenas, a Escola da Grécia, já que os seus cidadãos, preparados para a Política, reúne a audácia à reflexão, mais que outros povos.

“Há estudar, e estudar. Há trabalhar, e trabalhar”, enfatizava o nosso “Águia de Haia”.

Primeiramente, os vocacionados para a Política, a chamada “arte de governar”, terão que estudar para, depois, trabalhar.

Os negócios do Estado requerem aprendizado. Como é que qualquer apedeuta, poderá desempenhar, fielmente, um mandato político eletivo?

Daí, o fracasso evidenciado ao longo dos anos, dos nossos representantes, tanto em cargos executivos como em funções legislativas.

Não somente o saber da esfera técnica ou intelectual. Os políticos também deverão estar preparados moralmente. A ética e a moral, ao lado do ensinamento religioso, complementariam essa pedagogia.

O pensador político Alexis de Tocqueville prelecionava: “A religião é muito mais necessária nas repúblicas do que nas monarquias, e muito mais ainda nas repúblicas democráticas, do que em todas demais”. E concluía: “Que será de um povo, senhor de si mesmo, se não for submisso a Deus?”.

Que será de uma pátria, digo eu, destituída do valor moral de sua população, mormente de seus dirigentes políticos, na sua grande maioria? Que futuro se espera de uma Nação, há muito, saqueada, impunemente, por apreciável parcela dos condutores da sua política partidária? De uma Pátria em que campeia a bandidagem, a violência desenfreada, de impulso incontrollável, fomentadora do sentimento do medo, no meio de populações indefesas, com sacrifícios de vítimas, dentre crianças, jovens, adultos e velhos?

Estarei proferindo alguma abstração?

Colhe-se o que se planta. Há longos anos foi retirada das escolas, principalmente, das escolas públicas, a pedagogia religiosa, as aulas de civilidade e as preleções do civismo pátrio.

Destituída desses requisitos, indispensáveis à educação moral, formadora da consciência do futuro probo e honrado, o estudante termina o curso, visando, tão somente, para a sua vida unicamente o lucro material, em detrimento das excelências espirituais.

Daí, a ganância infrene, pelo chamado vil metal e pelo poder político, garantidores de uma existência fácil, deixando como herança, aos descendentes, um triste e vazio legado.

Passarão ainda anos, para que seja mudada a face desse cenário, tão sombrio, de modelo tão nefasto à coletividade nacional.

Somente uma nova geração política, educada nos propósitos da religião cristã, poderá limpar as impurezas impregnadas na alma brasileira.

Estudo e trabalho, o binômio basilar do triunfo, para qualquer atividade

humana, sobretudo, tratando-se do precípua interesse da Pátria. “O patriotismo consiste, acima de tudo, no trabalho”, assim falou o Patrono dos advogados brasileiros.

Complementando: *laboremus*, murmurava, expirando, o imperador romano...

Para se chegar a essa reparação, imprescindível a educação espiritual, operada na alma infantil e da nossa mocidade.

Novamente o imortal Rui Barbosa, em *Palavras à Juventude*:

A frente do sacerdote se verga para o cálice consagrado. A do lavrador para a terra. A do que espalha o grão da verdade, para o sulco soaberto nas consciências novas e todos os três receberam ordens sacra. Todos concorrem para a fecundação divina do Universo. A hóstia, o arado, a palavra correspondem aos três sacerdócios do Senhor. Mas a suprema santificação da linguagem humana, abaixo da prece, está no ensino da mocidade. O lavrador desse chão deve amanhá-lo de joelhos.

Termino a presente Palestra, com a palavra do Padre Luís Monte, educador e sábio:

Todos formamos corpo místico da Pátria, sentindo o que ela sente, querendo o que ela quer, ouvindo as notas do mesmo hino, vendo as cores da mesma bandeira, venerando os mesmos símbolos, cultuando os mesmo heróis e adorando o mesmo Deus! É assim, a Pátria. Ensinai a amar a Deus e ao próximo, e tereis encontrado a melhor fórmula de fazer amar a Pátria.



# LIVRO DE LUÍS CARLOS GUIMARÃES RESGATA UMA NATAL ONÍRICA

*Nelson Patriota*

Um amálgama de lirismo uniu vida e poesia em Luís Carlos Guimarães, obrigando a que o poeta se desdobrasse em cronista, contista, epistológrafo, prosador enfim, de modo a poder dar conta dessa pulsão que excedia os limites de sua poesia.

Foi assim que o poeta começou ainda muito jovem a publicar artigos nos jornais da cidade, a pretexto de tudo que chamava sua atenção, falava à sua sensibilidade, motivava sua imaginação irrequieta. Mas se a cidade lhe inspirava poemas, sua prosa deixou-se contaminar pelo fator humano. Eram os amigos um dos temas mais queridos na conversa solta de Luís Carlos. E quando a esse amigo associava uma qualidade, um talento, uma idiosincrasia que o distinguisse, inevitavelmente saíria dessa admiração uma peça da melhor prosa de sua geração.

A prova dos nozes é o livro “Natal, Tempo de uma Cidade Feliz” (Natal: 8 Editora, 2015), que tivemos o privilégio de ajudar a editar juntamente com Leda Guimarães, viúva do poeta, com base num trabalho de recolha iniciado por seu filho Ricardo Luís Lins Guimarães, impedido, nesse processo, por uma morte prematura. Assinamos também uma apresentação da obra, a qual contém ainda um “À guisa de prefácio”, de Ricardo Guimarães, além de um prefácio de Ticiano Duarte – seguramente, um dos seus últimos textos, haja vista sua morte recente.

A edição de “Natal, tempo de uma cidade feliz” encerra um ciclo de obras póstumas tanto em poesia quanto em prosa de Luís Carlos Guimarães, iniciado com o livro “Pois é a Poesia” (Natal: FJA, 2002), seguido de “O Funil” (Recife: Bagaço, 2002), “Duas Borboletas ao Entardecer” (contos de Luís Carlos Guimarães e de Ricardo Luís Lins Guimarães) (São Paulo: Brascard, 2009). Nesse ínterim, também editamos uma segunda edição do livro “113 Traições Bem-Intencionadas” (Natal: Editora da UFRN, 2007), que revela a faceta de tradutor do poeta na idade madura e, quatro anos depois, a antologia poética que o próprio Luís Carlos deixou pronta e a que denominou de “Poesias” (Natal: Editora da UFRN, 2011).

O que salta aos olhos, na leitura de “Natal, tempo de uma cidade feliz”, livro que Leda Guimarães preferiu não lançar, mas que fez chegar aos amigos do poeta, e que agora se encontra distribuído em livrarias e bancas de revista da cidade, é o tributo do poeta aos seus amigos mais chegados. Mas é claro que, entre ele e seus amigos, deve-se sempre contar com um terceiro protagonista: a cidade de Natal dos anos 1950, 1960, por aí. Há, mesmo, uma “Mensagem de Natal à cidade Natal”, um “recado de bem-querer” que o poeta escreveu à cidade por ocasião do seu 398º aniversário! Mas é em “Como um pôr de sol”

que o poeta se derrama em declarações de amor à sua cidade, descrevendo-a, a certa altura, com estas palavras: “A cidade feliz não existe mais. Talvez um tanto volúvel no teu vestido novo, numa coisa és a mesma, Natal: guardas a marca pessoal de tua feminilidade”.

Todavia, o escrito mais extraordinário dessa coleção de textos exemplares reunidos no livro é, sem titubeios, o “Discurso de posse do acadêmico Luís Carlos Guimarães”, extraído da “Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras”, número 27, de julho de 1998. A desenvoltura com o que poeta se desincumbe da tarefa de juntar-se aos seus pares é um exemplo acabado da arte de fazer poesia em prosa, ou melhor, de conceber uma poesia que se desdobra em memória, vivência e arte.

Esse trabalho de anamnese inevitavelmente leva o poeta a perscrutar as razões que o levaram à busca do laurel acadêmico. Assim, a certa altura de sua fala inaugural, enumera um par de motivos: a crença na poesia e o fato de ocupar a vaga de Newton Navarro, “que viveu e até exacerbou de sua condição de poeta, desempenhando assídua e diuturnamente essa missão durante toda a vida”.

Retrospectivamente, podemos afirmar hoje que a escolha da cadeira de Newton Navarro foi fundamental para que Luís Carlos Guimarães se empenhasse em chegar ao grau acadêmico. Teria de ser um poeta seu antecessor; se isso não bastasse, alguém que encarnou a poesia como ofício de viver; enfim, alguém como Newton Navarro, alma gêmea do poeta, seu alter ego, seu precursor. De fato, é tamanha a admiração que Luís Carlos Guimarães vota ao artista Navarro que é como se nele visse encarnado o ideal do artista que ele próprio seria, ao perseguir a arte como fim.

Nesse percurso, rico em acréscimos como em perdas, o poeta arrebanhou um punhado de amigos dos quais traçou retratos minimalistas, nem por isso insuficientes para transmitir-lhes os traços essenciais do humano – escritores como Newton Navarro, Eulício Farias de Lacerda, Diva Cunha, Myriam Coeli, Diógenes da Cunha Lima, Dorian Gray, Veríssimo de Melo e Berilo Wanderley, artistas como Thomé Filgueira, Glorinha Oliveira e Túlio Fernandes, boêmios como Albimar Marinho e Ney Marinho e o cosmopolita Alvamar Furtado de Mendonça. A cada uma dessas pessoas o poeta dedica um tributo exato que é também expressão de sua admiração de amigo e de seu contentamento de poeta.

De fato, Luís Carlos Guimarães parece tão à vontade nesse papel de retratista de seus amigos – “his own society”, para lembrar trecho de um verso famoso de Emily Dickinson – que suas impressões percorrem uma complexa paleta de sentimentos que não dispensam o humor, antes o coloca lado a lado do louvor e do reconhecimento.

Lembremos, a título de exemplo, uma “extravagância” de gênero a que Luís Carlos se dá ao escrever um prefácio para Diva Cunha. A certa altura, o rigor do prosador cede lugar à inspiração do poeta e surge um prefácio híbrido de análise circunspecta e de cumplicidade poética! Do amigo Ney Marinho, destacou seu “andar de passarinho, pelas ruas da cidade”, e um flagrante boêmio: “[...] dava gosto de vê-lo com um copo de uísque na mão. Parecia segurar uma flor – uma

flor que não tivesse espinhos”. Sobre Veríssimo de Melo, flagra-o, de passagem, e não resiste ao chiste: “Lá ia ele passando, o caniço de seu corpo magro e leve, ágil no seu passo miúdo. Quase sem tocar o chão, nessa leveza conhecia o mistério da levitação? [...] e entre um cigarro e uma xícara de café seus gestos costuravam no ar o bordado da conversa amena”.

A amizade era um sentimento tão poderoso em Luís Carlos Guimarães que ele chegava a duvidar que a morte o suplantasse. Assim, meses depois da passagem de Berilo Wanderley, um amigo do qual não falaria senão no superlativo, escreveu: “Quem sabe vou surpreendê-lo qualquer dia, na manhã de seu jardim, entre passarinhos, a renovar a água e o alpiste nas gaiolas. [...] Ou num ato de mera premonição vou encontra-lo às onze horas, como de costume, no barzinho do Nogueira”.

Toda essa grei heterogênea, retirada nas brumas da memória quando provocada pelo afeto, anima as páginas desse “Natal, Tempo de uma Cidade Feliz”, testamento literário e repositório das admirações do poeta Luís Carlos Guimarães.



# FLORIANO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE: UMA VIDA, UM DESTINO, UMA CONSAGRAÇÃO

*Odílio Botelho Medeiros*  
*Sócio Efetivo do IHGRN*

Quando o meu ilustre e querido amigo, Dr. MARCO AURÉLIO DA CÂMARA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, convidou-me para fazer a apresentação do seu livro *Desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque: e sua brilhante trajetória de vida* – fiquei, momentaneamente emocionado, eis que, a missão que me foi outorgada, expressa, com absoluta certeza, um sentimento de amizade que se manifesta ao longo do tempo, entre a minha pessoa e os Cavalcanti de Albuquerque. E essa realidade tem a sua razão de ser. Fui duas vezes aluno do Professor Floriano Cavalcanti. A primeira, no antigo e querido Atheneu Norteriograndense, no ano de 1957, quando o velho Mestre lecionava a disciplina História Geral, também conhecida como História Universal, e a segunda, nos bancos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, precisamente no ano de 1965, onde exercia ele a cátedra universitária denominada Introdução à Ciência do Direito. Torna-se oportuno registrar que esse foi o último ano no qual o Prof. Floriano lecionou, porquanto seria atingido pela justa e merecida aposentadoria compulsória, o que ocorreu efetivamente no final do referido ano. Relembro que, sob os aplausos de toda a turma, as aulas do aposentando passaram a ser uma festa quase que diária, fazendo atrair para a nossa sala do primeiro ano, da Faculdade da Ribeira, alunos de outras salas, de outros professores e, até mesmo, outros Mestres, a exemplo de Dr. Otto de Brito Guerra e Múcio Villar Ribeiro Dantas. Deslocavam-se e vinham prestigiar as aulas de despedida do virtuoso professor. Devemos acrescentar que os seus alunos realizaram um jantar de despedida, com a presença de várias lentes, inclusive do diretor da Faculdade. Nessa inesquecível ocasião pronunciaram discursos o Dr. Otto e o Prof. Múcio Villar Ribeiro Dantas, representado os seus colegas professores e eu, representado a classe. Agora, um dos seus diletos filhos, o Dr. Marco Aurélio, nos presenteia com esse memorial de elevada descrição de uma vida intelectual, social, moral e política que poucos conseguem atingir com glória e tanta eficiência. Ao folharmos o alentado trabalho que foi desenvolvido pelo autor, poderemos aquilatar as qualidades morais do homenageado e a riquíssima trajetória desse homem público, que soube fazer da vida um exemplo vivo para os do seu tempo e das futuras gerações. Marco Aurélio – que é sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – enfoca, com rigor histórico e de maneira muito realista o que nos proporcionou o jurisconsulto Floriano Cavalcanti, não somente no campo da cultura, como um todo, mas, e principalmente, no universo da paisagem humana, social e espiritual. Por isso, é que o autor detalhou o seu trabalho, após minuciosa e excelente pesquisa, em



campos distintos da múltipla, efervescente e trepidante obra do seu estimado genitor. Assim, são ressaltados os dotes absolutos de uma vida que contribuiu, de forma plena, para o ajustamento de uma sociedade sedenta de ensinamentos e de exemplos de honradez. Não se torna exagerado afirmar que tudo em Floriano Cavalcanti se tornava grandiloquente. E de tudo isso Marco Aurélio nos dá conta. Retrata com muita profundidade o Floriano filosófico: o professor sacerdotal; o jurista de teses cultas e avançadas; o político ideológico; os contornos sábios da oratória e o magnetismo do conferencista inflamado do ardor das teses sustentadas. E que dizer do Floriano praticante do mais puro humanismo? Para ele o exercício diário e natural do conviver se irradiava na prática da coexistência social, nos exemplos e nos contornos da sinceridade. Aliado a tudo isso, resplandecia com todo fulgor um sistema-espiritual que ele desenvolvia com muita convicção e o transmitia com a sabedoria dos monges. O sentimento de admiração que a nossa geração devota ao velho Mestre é tanto, que o próprio autor faz elencar várias manifestações registradas vida a fora, por estudiosos e alunos do respeitado contemporâneo. Como muito bem se pronunciam, entre outros, Jurandyr Navarro, Armando Roberto Holanda Leite, Laércio Segundo de Oliveira, José de Anchieta Ferreira, Carlos Roberto de Miranda Gomes, João Batista Pinheiro Cabral e Câmara Cascudo. Jurandyr, resume, com um toque mágico, o seu pensamento sobre Floriano Cavalcanti, conforme consta do livro: *“Quem conheceu Floriano Cavalcanti de Albuquerque jamais esquecerá na memória o seu porte elegante e ativo de intelectual, mirando o infinito pelo pensamento, como ativa e elegante era a sua cultura tridimensional e espiritualizante”*. Como não poderia deixar de ser, o autor também consigna o pensamento de Câmara Cascudo, que afirmou: *“Floriano Cavalcanti nasceu com a fidelidade ao livro e daí sua história ser essencialmente a história de uma inteligência e não a odisséia de uma ambição humana”*. Conforme se vê, foram torrenciais as manifestações colhidas pelo autor em prol da vida e da obra do Prof. Floriano, traduzidas pelo relato de várias personalidades ou conforme dão notícia as reportagens publicadas pela imprensa escrita do nosso Estado, uníssonas quanto ao valor do inesquecível homem público. É imperioso registrar, nesta oportunidade, o chefe de família que foi Floriano Cavalcanti. Constituiu com amor fraternal de pai amantíssimo uma prole que podemos denominá-la de *prole do bem*, tal a envergadura moral e intelectual que destinou aos filhos, todos nominados no trabalho de Marco Aurélio. Alguns já descansam na eternidade, os outros perfilam honradamente em nosso contexto social, úteis ao bem-estar comum e à sociedade potiguar. A semente plantada frutificou com abundância para a felicidade de nós outros, seus contemporâneos. É do domínio público o amor que o eminente juiz dedicava aos seus filhos, com lições benfazejas de perseverança e de respeito ao próximo, atitudes todas revestidas de pura ternura e transparente equilíbrio. As reuniões constantes no tradicional casarão da Av. Nilo Peçanha comportavam a família e os amigos, num admirável festival de sentimentos. As rosas do jardim cultivadas e colhidas por um homem sensível aos ditames da natureza eram distribuídas generosamente aos que tiveram a dádiva de com ele conviver. O livro demonstra claramente as qualidades intrínsecas de um homem que se dedicou completamente ao seu meio ambiente, quando, mercê de sua cultura e genialidade, poderia ter se isolado egoisticamente, se confrontado com outras *celebridades*. Entretanto,

o realista conservava dentro dele o borbulhar da cultura e a altivez característica dos grandes homens. Entendo que o livro do escritor Marco Aurélio retrata, com a maior dignidade, a movimentada trajetória de uma vida riquíssima em saberes e cristalizada por valores irretorquíveis. Ortega y Gasset já dizia que: "Os indivíduos, à semelhança das gerações têm destino preestabelecido, do qual se não podem afastar sob pena de censura da sociedade". E com plena certeza, Floriano Cavalcanti de Albuquerque, durante toda a sua profícua e dinâmica vida jamais se afastou do chamamento social, sendo uma válvula permanente de trabalho, dignidade e um exemplo a ser seguido por gerações. Toda essa virtuosidade teve uma inspiração maior: o amor e o respeito que ele devotava a sua musa e companheira de todas as horas, a Senhora Dulce Arimá da Câmara Cavalcanti. Com esse desiderato, acreditamos que a incansável pesquisa agora transformada em livro, por Marco Aurélio, será de grande valia para o mundo cultural do Estado do Rio Grande do Norte e que certamente ultrapassará as fronteiras da terra potiguar.



# GIACOMO PALUMBO: UM ESQUECIMENTO IMPERDOÁVEL

*Ormuz Barbalho Simonetti*

Um dos documentos mais importantes da história da cidade de Natal é o Plano de Sistematização, elaborado em 1929 pelo arquiteto grego Giacomo Palumbo.

Formado na Academia de Belas Artes na França, nasceu na Grécia, no dia 2 de fevereiro de 1891. Chegou ao Brasil em 1918, indo morar inicialmente em Recife. Lá, construiu várias edificações, entre elas a Ponte Duarte Coelho, considerada até hoje um dos cartões postais da cidade. Posteriormente, muda-se para a Paraíba, onde também realiza várias obras durante o governo de João Pessoa.

Chegou a Natal nos anos 20, procedente da Paraíba, e logo foi contratado pelo Intendente Municipal (prefeito), Omar O'Grady, para realizar um plano de Sistematização da Cidade, de acordo com a Resolução nº 304, de 6 de abril de 1929. O contrato foi assinado no dia 22 do mesmo mês. Na ocasião disse o Intendente O'Grady: "era este plano, no meu pensar, uma necessidade inadiável...".

Nesse mesmo ano, o prefeito, que também era engenheiro civil, formado nos Estados Unidos, preocupado com o ordenamento da cidade, instituiu a Lei nº 4, que "dispõe sobre construções, reconstruções, acréscimos e modificações de prédios". Essa lei tornou-se o primeiro instrumento legal a fazer o zoneamento da cidade.

Conhecido apenas como Plano Palumbo, até os dias de hoje, são grandes os benefícios embelezadores da nossa capital. Para não se falar dos aspectos de modernidade inseridos no seu famoso planejamento arquitetônico. O seu principal objetivo era criar uma cidade planejada, e com pensamento voltado para o futuro. Com um traçado urbanístico moderno e eficaz, com forte influência europeia e norte-americana, definia e distribuía funções administrativas, comerciais e industriais. Nos bairros residenciais, preocupou-se com o embelezamento, arborização e lazer de ruas e avenidas. Os bairros eram ligados por largas avenidas com espaços públicos destinados ao lazer. Tirol e Petrópolis foram os bairros que mais se beneficiaram com o Plano, muito embora alguns historiadores defendam que esses bairros foram criados a partir do bairro de Cidade Nova, como eram chamados os bairros de Tirol e Petrópolis, criado pelo Plano Polidrelli, em 1904, durante o governo de Alberto Maranhão.

O arquiteto Palumbo projetou uma cidade para 100 mil habitantes, tendo atingido esse número já no ano de 1950, *possivelmente com o meu nascimento, ocorrido no dia 6 de dezembro daquele ano.*

Entretanto, a Revolução de 1930 tirou do poder os idealizadores desse plano, o que impediu a continuidade na sua completa implantação.

Até hoje, apesar de buscas feitas por diversos pesquisadores, ainda não se tem notícia dos originais dessa peça histórica. Em 1977, o Diário de Natal

publicou uma matéria onde informava que os originais foram criminosamente incinerados. Dizia a matéria que o então chefe do Arquivo Geral da Prefeitura de Natal, Severino Césio Pereira Dantas, enviou, no dia 7 de fevereiro de 1972, ao então Secretário de Planejamento, Efren Lima, um memorando onde solicitava autorização para incinerar documentos, ditos antigos. Fazia parte dessa solicitação todos os documentos sob a guarda da Prefeitura, produzidos entre os anos de 1898 a 1950, juntamente com o material (?) que se encontrava “jogado” em um sótão, em cima do Mercado das Rocas, onde o chefe do arquivo dizia encontrar-se em “estado não prestável”. Não se sabe se a esdrúxula solicitação foi atendida. O fato é que existe grande possibilidade de o Plano Palumbo ter sido incinerado juntamente com esses documentos, já que o mesmo datava de 1929, por conseguinte condenado pelo servidor, a ser transformado em cinzas.

Portanto, já vem de longe o desrespeito que administradores e a população em geral têm com documentos antigos e com todas as formas de cultura em nosso Estado. Não custa lembrar, que o povo que não se preocupa em preservar o seu passado, certamente não terá um bom futuro.

Quanto ao grande arquiteto Giacomo Palumbo, os administradores da cidade de Natal foram “bastante generosos” e lhe prestaram uma grande e merecida homenagem. Para isso, puseram seu nome em uma ruela localizada próximo ao cruzamento das ruas Presidente Bandeira com a São José. No mapa, a tal ruela é tão pequena que não deu pra escrever o nome. Com apenas algumas pequenas residências de um lado, e, do outro, galpões onde funciona uma distribuidora. A ínfima ruela, não faz jus ao grande arquiteto que teve reconhecida importância no traçado urbanístico de nossa cidade.

Com o advento da Copa do Mundo, nossa cidade, que figura entre as doze sedes onde ocorrerá a disputa dos jogos, obrigatoriamente, receberá várias obras importantes, principalmente na área de mobilidade urbana. Fica aqui nossa humilde sugestão para que as autoridades responsáveis corrijam essa imperdoável ingratidão, batizando pelo menos uma dessas obras em sua homenagem, dignificando o nome daquele histórico e grande profissional, além disso, trazendo à luz, a sua história de valoroso arquiteto, para que seja conhecida por todos os natalenses inclusive, aqueles que sabiamente adotaram a cidade de Natal para viver com suas famílias.



Natal, maio de 2012.



# DISCURSO DO DEPUTADO ESTADUAL RICARDO MOTTA (PROS)

(sessão solene pelos 113 anos do Instituto Histórico e Geográfico do RN e entrega da Medalha do Mérito Legislativo ao Ministro do Trabalho do Governo João Goulart, Almino Affonso, amigo e deputado federal pelo PTB com Clóvis Motta, pai de Ricardo).

Grato, Professor

O poeta Fernando Pessoa, redundância de genialidade, precisou de apenas oito palavras para dimensionar a importância da memória na vida de cada um de nós.

>

> Sua frase é atual sejam atravessados séculos e milênios. Disse Fernando Pessoa:

“A memória é a consciência inserida no tempo”.

>

> Nesta manhã de sexta-feira, 27 de março de 2015, tenho a honra e a graça de Deus em compartilhar com o povo do meu Estado um momento magnífico de resgate, com a homenagem aos 113 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

>

> Uma celebração justa que marca a presença, entre nós, de um grande brasileiro, de um valoroso defensor das liberdades democráticas, dos direitos sociais, participe intransigente das causas nacionalistas e populares: O ex-ministro do Trabalho do Governo João Goulart, Almino Affonso.

>

> Sua presença em nosso plenário me é duplamente simbólica. Pela biografia impecável e pela amizade com meu pai, o saudoso e inesquecível Clóvis Coutinho da Motta, seu companheiro e colega deputado federal pelo PTB nos duros tempos de tensão até o Golpe de Estado de 1964.

>

> Sobre essa convivência em período crucial da vida do país, falarei mais adiante, com maior profundidade.

>

> Senhoras deputadas,

> Senhores deputados:

>

> A memória é tesouro inviolável e incalculável a ser preservado para as futuras gerações. Sem ela, os mais novos não saberão do passado nem irão elaborar seu ponto de vista sobre as raízes humanas, políticas, religiosas e culturais de sua terra e dos seus ancestrais.

- >
- > O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é uma fortaleza de resistência nessa missão árdua e desigual. Faço questão de abraçar, com entusiasmo, o seu presidente, meu dileto amigo, ex-deputado estadual, intelectual brilhante, escritor e esgrimista de palavras, Valério Mesquita.
- > A ele e a toda a sua diretoria, meu respeito e meu reconhecimento pelo trabalho de revitalização do Instituto, que hoje apresenta uma realidade melhor, resultado da persistência e da busca por apoio dos poderes públicos e da sociedade organizada.
- >
- > Com cerca de 300 associados, o Instituto Histórico e Geográfico, localizado bem perto da Casa do Povo, no sítio histórico do centro de Natal, próximo ao Museu Café Filho, à antiga Catedral, ao Palácio Potengi, à Praça André de Albuquerque, guarda precioso patrimônio.
- >
- > São mais de 50 mil títulos lançados ao longo de dois séculos e meio de história, disponíveis para consulta no belo casarão de estilo neoclássico.
- >
- > Livros, coleções, monumentos, peças de inestimável valor, como posso citar agora, as vestes do Padre João Maria, fazem parte do acervo tão bem cuidado pelos que compõem o Instituto.
- >
- > Quando tivemos a honra de presidir esta Casa, encaminhamos uma emenda parlamentar que permitiu a restauração do Instituto Histórico, que estava em condições inadequadas de funcionamento e conservação.
- >
- > Hoje, pode receber seus visitantes e pesquisadores com dignidade e conservando a imponência de um prédio que testemunha em silêncio as mudanças temporais da cidade.
- >
- > Prenuncia-se uma nova luta, anunciada por Valério e por seus pares, os quais cito em reconhecimento: Ormuz Barbalho Simonetti, Carlos Roberto de Miranda Gomes, Odúlio Botelho de Medeiros, George Veras, Eduardo Gosson, Adalberto Targino e Edgar Ramalho Dantas, atuais componentes da diretoria.
- >
- > Em nome deles, saúdo cada conselheiro e associado.
- >
- > É preciso agora desenvolver esforços para que o notável volume memorial do Instituto Histórico possa passar por um processo de digitalização, que o tornará seguro e dotado de moderna técnica de preservação. É tarefa de todos os que têm responsabilidade com o futuro. Contem comigo. Como sempre contaram.
- >
- > O Instituto Histórico e Geográfico é patrimônio da cultura, é reunião de inteligências e de corações unidos pela valorização perene de nossa história em todos os seus momentos.
- >

- > Senhoras deputadas,
- > Senhores deputados,
- > Minhas senhoras,
- > Meus senhores:
- >
- > Ao ocupar a tribuna da Casa do Povo nesta sexta-feira literalmente histórica, trago sobre os ombros e dentro do peito uma imensidão de emoções.
- >
- > O sentimento é a dimensão do homem. O sentimento é alegria, é dor, é calor humano, é autenticidade, é companheirismo é palavra dada, é palavra cumprida. É firmeza, é convicção, é braço dado, é mão na mão.
- >
- > O sentimento que me move por natureza e herança, ensinamento, honra e conduta moral é o da compreensão, da conciliação respeitosa, do reconhecimento e da crença na honra e na verdade como guia e luz dos meus dias e de minhas atitudes.
- >
- > Em síntese, a gratidão definidora dos meus passos e minha ação pautada nos ensinamentos do meu pai, Clóvis Coutinho da Motta, inspiração e amparo, orgulho e segurança a cada instante de minha trajetória nessa dimensão.
- >
- > É duplicada minha responsabilidade esta manhã, ao receber, como porta-voz de Clóvis Motta e admirador convicto, um dos mais nobres e combativos brasileiros da história republicana, resistência sanguínea e indígena das liberdades democráticas nacionais.
- >
- > O ministro do Trabalho Almino Affonso, valente sangue amazonense de Humaitá e raízes potiguaras, é neto do potiguar e senador Almino Affonso, incansável abolicionista.
- >
- > Nosso homenageado de hoje foi protagonista sem vacilações da defesa da legalidade em tempos de tirania, eloquência dos tribunos inflamados de argumento e indignação, de idealismo e de intransigência pela soberania nacional.
- >
- > Olho para o senhor ministro, e vejo o meu pai. Vejo o seu amigo Clóvis Motta, seu colega de bancada defensora de Jango, o ex-presidente e amigo a quem meu pai não faltou, nas agonias do seu mandato nem no seu exílio, quando se encontraram, emocionados, a lembrar da luta perdida para evitar um banho de sangue pátrio.
- >
- > Ministro, saudade e orgulho se misturam quando a lembrança de Clóvis Motta se confunde com sua intensa biografia. Clóvis Motta, o vice-governador eleito pelo voto popular.
- >
- > Clóvis Motta, o deputado estadual e presidente desta Assembleia, que o

- eterniza dando o seu nome ao plenário desta Casa onde nos encontramos neste momento significativo, é o exemplo de uma caminhada digna e exemplar.
- >
  - > Clóvis Motta, conforme o senhor próprio relata, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, foi preso num motim golpista em 1963 debelado por forças leais ao Governo Jango. Salvo por corajosos militares que arriscaram a vida – o meu pai também arriscou a dele –, e o retiraram do cativeiro.
  - >
  - > Ministro Almino Affonso, me permita a emoção legítima, de poder saudá-lo, num instante em que o país tanto clama por homens de estatura moral verdadeira, homens para quem o compromisso, quando assumido, é pacto indestrutível de fé e confiança.
  - >
  - > Como fazem falta, ministro, os homens de genuína posição política, de fibra e plena convicção em seus ideais.
  - >
  - > Como bem diz em seu livro *1964, Na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart, Almino Affonso*, não lhe cobrem neutralidade. A neutralidade é cômoda, a coragem custa caro sob o ponto de vista político e pessoal.
  - >
  - > No Brasil instável de agora, de insultos atropelando argumentos, conjuntura em que impera o claro temor institucional, falta a figura sensata, firme e ativa de um Almino Affonso.
  - >
  - >
  - > Almino Affonso, ao contrário de adesistas e traidores, não abandonou o presidente Jango em 1964, sem que por isso deixasse de discordar do líder, apontando-lhe caminhos lúcidos sem o menor resquício de afronta aos seus princípios.
  - >
  - > Seu espírito guerreiro não resvalou na inconseqüência das vivandeiras. Conciliava e saiu do Ministério quando interesses radicais passaram a influenciar o presidente e a contribuir para o desfecho infeliz que levou o Brasil a 21 anos de trevas, censuras, torturas e mortes.
  - >
  - > Almino Affonso foi cassado, perdeu seus direitos políticos, partiu para o Chile, refúgio de vários brasileiros perseguidos até a derrubada e morte do presidente Salvador Allende pela Ditadura Pinochet.
  - >
  - > Depois de 10 anos fora do Brasil, retornou ainda no período repressivo para integrar a oposição. Com a redemocratização, elegeu-se vice-governador de São Paulo em 1990 (mais um traço em comum com Clóvis Motta).
  - >
  - > Foi eleito deputado federal em 1994, atuante e questionador, orador brilhante e diferenciado pelo conteúdo em qualquer discussão, fosse ela econômica, social ou política.

> Ministro Almino Affonso, receba a Medalha do Mérito Legislativo, nossa mais importante e honrosa distinção. Na certeza de que a entregamos a um dos cidadãos responsáveis por estarmos aqui, agora, exercendo democracia pura, sem ódios ou temores.

> O senhor é um sobrevivente. É uma reserva moral, política e militante da liberdade.

>

> Sua missão ainda é árdua.

>

> É contar aos jovens de hoje, aos sectários em especial, o quanto é penosa a travessia da longa noite de uma ditadura até o amanhecer limpo e florido do regime democrático.

>

> “A sociedade pode conviver com suas controvérsias”, é muito mais que uma frase, mas uma aula de tolerância e convivência civilizada. A frase é sua, ministro, durante sabatina no Programa Roda-Viva, da TVE.

>

> É verdade. O contraditório é a compreensão entre os opostos. No parlamento, casa que foi sua casa, é essência.

>

> Sua presença, a mim, em especial, é o reencontro, imaginário porque sonhar é tão preciso quanto viver, de dois homens de bem, reunidos em planos tão distantes, pela opção do ser humano em primeiro lugar.

>

> Saiba que, onde estiver, Clóvis Motta está aqui, sorrindo e emocionado, ministro Almino Affonso.

>

> Meu abraço fraterno.

>

> Muito obrigado!

>





# SANTO AGOSTINHO

*Paulo Pereira dos Santos*  
*Sócio Efetivo*

Segundo alguns autores dizem, ele viveu durante o período do declínio do Império romano, sendo o maior teólogo de sua época. Sua obra intelectual exerceu uma influência sobre as doutrinas e as ações cristãs durante toda Idade Média, e até hoje sua validade se mantém.

Nasceu em 354, na cidade de Tagaste (Argélia), ao sul da grande cidade costeira de Hippo. Dizem que seu pai era pagão e sua mãe cristã. E ele não era batizado enquanto criança. Na sua adolescência já se mostrava muito inteligente, com 16 anos foi estudar em Cartago. Contam que nessa cidade ele contraiu amizade com uma amante e teve um filho dela. Nos seus 19 anos de idade, resolveu estudar filosofia. Em seguida, estimulado pelos conhecimentos filosóficos, converter-se ao maniqueísmo, religião criada pelo profeta Mani. Para o jovem Agostinho, o Cristianismo lhe parecia mais verdadeiro, enquanto o maniqueísmo não tinham os fundamentos que ele esperava.

Aos vinte e nove anos, foi para Roma e depois se mudou para Milão, no norte da Itália, onde passou a ser professor de retórica. E aprofundou-se no neoplatonismo, a filosofia de Platão modificada por Plotinos (outro filósofo do século III). Santo Ambrósio era Bispo de Milão na época, e Agostinho ouviu seus sermões, ficou impressionado e aos trinta e dois converteu-se ao Cristianismo. Tornou-se um forte adepto deste cristianismo. No ano 387, ele foi batizado por Ambrósio e depois voltou para sua terra, Tagaste. Nos anos de 391, passou a ser assistente do Bispo de Hippo e, depois de cinco anos, o Bispo faleceu, Agostinho com quarenta e dois anos de idade, assumia seu lugar, permanecendo até o final de sua vida.

A cidade de Hippo não era tão importante, mas, na época, Agostinho com seu brilhantismo tornou-se um dos líderes mais respeitados da Igreja. De porte físico frágil, auxiliado por taquígrafos, redigiu inúmeras peças religiosas, como 500 sermões que ainda existem, além de 200 cartas. Quanto aos livros, os dois mais célebres e influentes são *A cidade de Deus* e *Confissões*. Este último, primorosa autobiografia, foi escrito quando ele tinha 40 anos.

E tinha a ideia de que Deus já sabia quem seria salvo e quem não, e outros estariam predestinados a ser salvos. Esse preceito da predestinação iria influenciar teólogos futuros, como Santo Tomás de Aquino e João Calvino. Ele ainda escreveu: "Nada deve ser tão evitado quanto necessário as relações sexuais". Vejamos agora, o confronto entre a Fé e a História. Santo Agostinho, quando escreveu *A Cidade de Deus*, de 413 e 426, cujo conteúdo era a interpretação do mundo sob a luz da Fé Cristã. Era a primeira teologia e filosofia da história. Esta história humana seria a história da salvação dos homens.

Ele afirma:

Quando a Fé liberta a vida, não se presta atenção nas pessoas dignas nem se procuram homens fiéis. Os superiores são como os galhos mais altos das árvores e os inferiores como animais da floresta. Honestos e sinceros, os homens nem têm ideia de que são cumpridores de seus deveres. Amam-se uns aos outros, sem saber quem é o próximo nem imaginar que estão cumprindo o maior de todos os mandamentos. Não enganam ninguém e não se têm em conta de pessoas confiáveis. Convivem na liberdade de dar e receber e não se sentem generosos. Pode-se fiar deles e ignoram o que seja fidelidade. Seus feitos não deixam vestígios e suas obras não são alardeadas. A história nem suspeita de suas vidas.

Fico devendo a descrição do segundo Livro *Confissões!*

# GOVERNO COLAÇO: A FUNDAÇÃO E POVOAMENTO DA CIDADE DE NATAL (1599-1602)

*Pedro Guilherme Cavalcanti*

## PRIMEIRO CAPITÃO-MOR

(1599)

Depois da conquista do Rio Grande, com a expulsão dos franceses, não há dúvidas que o primeiro homem a governar o Rio Grande foi o famoso sertanista mestiço Jerônimo de Albuquerque. Mas o fez sob o cargo de “Capitão da Fortaleza dos Reis Magos”, cargo secundário concedido pelo capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas Homem logo após a conquista do Rio Grande.

**Frei Vicente do Salvador:** *“Acabado o forte do rio Grande, que se intitula dos reis, o entregou Manuel Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque dia de S. João Batista (24 de junho de 1598), era de mil quinhentos noventa e oito”. – História do Brasil, 1627*

O detentor do cargo de “Capitão-Mor do Rio Grande”, concedido pelo próprio Rei Ibérico, no entanto, seria outro. O escolhido foi João Rodrigues Colaço. Um militar europeu, que veio ao Brasil para comandar uma companhia de soldados em Pernambuco e na Bahia. Em 18 de janeiro de 1600, como descrevem os documentos de Manuel Mascarenhas Homem e do Rei Felipe III de Portugal já havia assumido o cargo como mostra o Alvará Real.

**Rei Felipe III da Espanha:** *“Eu El-Rei faço saber aos que este alvará vierem que havendo respeito aos serviços que João Rodrigues Colaço me tem feito até agora, assim neste reino como nas partes do Brasil, hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê do cargo de capitão da fortaleza do Rio Grande das ditas partes de que o proveu Dom Francisco de Souza, governador delas, que servirá por tempo de três anos, e haverá em cada um deles cem mil réis de ordenado.” – Alvará de Provimto de 18 de janeiro de 1600*

Apesar de ter recebido o alvará apenas em 18 de janeiro de 1600, é certo que João Rodrigues Colaço governou a capitania antes disso por nomeação do Governador Geral. Pois o próprio Alvará Real reconhece essa sua atuação, dando-lhe duzentos mil réis mil-réis de soldo “do ano que o dito João Rodrigues Colaço já me tem servido a dita capitania”. A mesma informação é confirmada pelo capitão-mor Manuel Mascarenhas Homem, em carta de 9 de janeiro de 1600.

**Rei Felipe III da Espanha:** *“E assim hei por bem que do ano que o dito João Rodrigues Colaço já me tem servido a dita capitania por provisão do dito Governador (Francisco de Sousa) haja duzentos mil réis de ordenado em cada um dos anos que a tiver já me servido até o presente”. – Alvará de Provimto de 18 de janeiro de 1600*

**Manuel Mascarenhas Homem:** “Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor da capitania de Pernambuco, por sua majestade, que por mandado do dito senhor vim conquistar este Rio Grande e fazer nele a fortaleza dos Reis Magos, a qual obra o dito Governador Geral (Francisco de Sousa) tem provido de capitão que atualmente está servindo, ao qual mandou, por regimento seu, seguisse e guardasse que por ora lhe desse. Faça saber aos que esta carta de doação for mostrada e o conhecimento dela tomar, por lhe pertencer, que a mim me enviou a dizer por sua petição o capitão desta fortaleza dos Reis Magos, João Rodrigues Colaço, dizendo que o Governador-Geral deste estado o mandara vir ser capitão desta fortaleza do Rio Grande e lhe mandara por seu regimento seguisse e mandasse o regimento que lhe eu desse” – Carta de Sesmaria de 9 de janeiro de 1600.

## CELEBRAÇÃO DAS PAZES

(1599)

A importância estratégica do Rio Grande era enorme. Algo evidente quando se vislumbra sua proximidade com a Paraíba e também com a Europa, além da necessidade de defesa contra os franceses. E, confirmando essa importância, agora, sua costa estava protegida com a Fortaleza dos Reis Magos. Restava realizar a pacificação com os indígenas.

**Diogo de Campos Moreno:** “Foi este porto o mais demandado e mais defendido dos corsários que outro algum do Brasil, porquanto vinham aqui do resgate da Mina, a sarar das enfermidades de Guiné, e consertando suas naus e fornecendo-se de mantimentos, água e lenha, que lhe davam os índios, nesta parte aportavam depois, onde lhes parecia o que hoje não podem fazer com tanto cômodo por razão desta fortaleza.” – Livro que Dá Razão ao Estado do Brasil, 1611

Os relatos da época mostram que a pacificação indígena ocorreu no governo de João Rodrigues Colaço, orquestrada pelos padres jesuítas com o líder potiguar Camarão Grande.

**Padre Pero Rodrigues:** “Vieram; e entre eles o maior de toda aquela comarca, por nome o Camarão Grande, o qual depois de ter seus cumprimentos com o padre (Francisco Pinto), lhe disse que vinha tratar as pazes e quem depois delas feitas, trataria do que a ele e aos seus pertencia no negócio da salvação. A tudo isto se achou presente o capitão-mor e capitão da fortaleza, João Rodrigues Colaço. E por aqui se deu princípio às pazes entre nós e os potiguares, as quais (pazes), para ficarem mais assentadas, fez o padre Francisco Pinto, por ordem do capitão (João Rodrigues Colaço), que mandasse este (Camarão Grande) alguns dos seus para começarem a povoar junto à vila de Pernambuco entre os portugueses”. – História da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite, Tomo I

O Governador-Geral do Brasil foi avisado da grande vitória na Capitania do Rio Grande e da paz feita com os índios potiguares. Com grande alegria, uma cerimônia solene foi realizada na Paraíba para festejar essa conquista. Estiveram presentes Feliciano Coelho e Manuel Mascarenhas Homem; assim como os



padres jesuítas que chegaram com os líderes indígenas da Capaoba e do Rio Grande, que se uniram com os líderes da Paraíba que já estavam lá.

**Frei Vicente do Salvador:** *“Foi de tudo avisado o governador d. Francisco de Souza pelo capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas, que se foi ver com ele a Bahia, e lhe deu a nova, o qual mandou que as ditas pazes se fizessem com solenidade de direito, como em efeito se fizeram na Paraíba aos 11 dias do mês de junho de 1599, estando presentes o governador da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, com os oficiais da Câmara, e o dito Manuel Mascarenhas Homem com Alexandre de Moura, que lhe havia suceder na capitania-mor de Pernambuco, o ouvidor-geral Braz de Almeida, e outras pessoas; e o nosso irmão frei Bernardino das Neves foi o intérprete, por ser mui perto na língua brasílica, e mui respeitado dos índios Potiguares e Tabajaras, como já dissemos; pelo que o capitão-mor Manuel Mascarenhas se acompanhava com ele, e nunca nestas ocasiões o largava.” - História do Brasil, 1627*

**Padre Francisco Pinto:** *“Quis nosso senhor que no mesmo dia que, em que chegamos (vindos da casa do líder Pau Seco), havia poucas horas eram chegados os capitães, que com estes principais haviam de celebrar as pazes. E assim, se ajuntaram o capitão-mor Manuel Mascarenhas, o capitão Alexandre Moura e outras pessoas a quem tocava estarem presentes. Da parte dos índios cristãos, que faziam pazes com os potiguares, estavam estes principais, um velho afamado por nome Braço de Peixe e seu filho Braço Preto, o Pedra Verde e outro de nome entre eles. Da parte dos potiguares, estavam quinze ou vinte, assim do Capaoba como do Rio Grande, entre todos o que mais montava era Pau Seco”.*

A paz foi celebrada. E doze dias depois a ordem foi enviada para que João Rodrigues Colaço fizesse uma povoação há uma légua do Forte dos Reis Magos. Era assim dar a ordem para a fundação da cidade de Natal.

**Frei Vicente do Salvador:** *“Feitas as pazes com os Potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chamam a cidade dos reis, a qual governa também o capitão do forte, que el-rei costuma mandar cada três anos”. - História do Brasil, 1627*

**Padre Francisco Pinto:** *“Celebraram-se aí as pazes e depois foram pregoadas na vila de Pernambuco, as quais quererá Nosso Senhor conservar para bem temporal dos portugueses e espiritual deste gentio. Vou acabando esta carta com pedir a Vossa Reverendíssima informe a N.R.P Geral como são muitos os potiguares e querem igrejas e receber a fé e que temos necessidade e muita gente. Mas o que me parece é que facilmente os conservaremos visitando muitas aldeias e residindo em algumas partes, como será fazendo uma boa residência na nova cidade, que agora há de se fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande, e noutras partes onde então parecer”.*

## FUNDAÇÃO DE NATAL

(1599)

A data da fundação da primeira povoação do Rio Grande é motivo de disputa até hoje pelos historiadores, visto que o nome “Cidade de Natal” é uma

referência ao dia em que Manuel Mascarenhas Homem desembarcou suas forças no Rio Grande para conquistar esta capitania, e o outro nome “Cidade dos Reis” é uma clara referência à fortaleza ali construída.

**Padre Pero Rodrigues:** “O capitão do mar se partiu com sua armada de catorze velas muito bem negociadas na qual iam quatrocentos homens. E, com ela, entrou toda com prosperidade pela barra do Rio Grande, dia de natal do ano de 1597”.

**Frei Vicente do Salvador:** “Mandou Manuel Mascarenhas dois caravelões descobrir o rio, o qual descoberto, e seguro entrou a armada à tarde guiada pelos marinheiros dos caravelões, que o tinham sondado, ali desembarcaram, e se entrincheiraram de varas de mangues para começarem a fazer o forte (no dia de reis magos, que é 6 de janeiro)”. – *História do Brasil*, 1627

A verdade é que antes de ser chamada de Cidade de Natal ou de Cidade dos Reis, a capital do Rio-Grande foi chamada de “Cidade de Santiago”. A razão disso pode ter sido uma simples homenagem a esse santo, muito popular na época por ser o padroeiro dos portugueses na guerra contra os mouros. No entanto, não podemos deixar de pensar no nome Santiago como referência ao dia deste santo, que é 25 de julho que seria do ano de 1599, pouco mais de um mês após a celebração das pazes.

**Melchior Estácio do Amaral:** “Acharam a nova Cidade de Santiago, que ali se principia, e tem já três casas de pedra e cal, a Dona Beatriz de Menezes, mulher do capitão dali, João Rodrigues Colaço, que naqueles dias era ausente.” – *História Trágico-Marítima compilada por Bernardo Gomes de Brito, volume V*.

NOTA: Certamente, há sempre a possibilidade da fundação da cidade ter ocorrido, por coincidência no dia de Natal também. Isso colocaria sua fundação na data de 25 de dezembro de 1599, bem distante das celebrações das pazes, quando foi dada a ordem de fundá-la. Uma fundação em julho parece mais bem encaixada no contexto histórico. No entanto, até hoje, a dúvida persiste.

Há também uma outra dúvida que assolou ainda mais os historiadores rio-grandenses por todo esse tempo: Quem fundou a atual cidade de Natal? Certamente, não foi Manuel Mascarenhas Homem, que depois das celebrações das pazes com os índios potiguares, retornou para Pernambuco, como mostra o escrito do padre Pero Rodrigues descrito a seguir.

**Padre Pero Rodrigues:** “E vindo-se o capitão (Mascarenhas Homem) para a vila de Pernambuco, pediu os ditos padres, se quisessem ficar como ficaram, assistindo na fortaleza dos Reis Magos, continuando com as pazes começadas”. – *19 de Dezembro de 1599*

Muito menos foi Jerônimo de Albuquerque que, apesar de primeiro governante do Rio Grande e primeiro capitão da Fortaleza dos Reis Magos, já havia deixado sua patente em meados do ano de 1598. Conclui-se assim que, embora não haja documento confirmatório, o fundador de Natal sem dúvida foi o então capitão-mor da capitania: João Rodrigues Colaço.

## FUNCIONÁRIOS RIO-GRANDENSES (1600)

A capitania estava criada. Mas são necessárias pessoas para que ela funcione. E, mostrando relativo prestígio, visto o tamanho minúsculo da sua população, os valores de ordenados da capitania do Rio Grande, em mil-réis, comparados com os de outras capitanias, estão descritos a seguir.

NOTA: o primeiro valor é o "Ordenado", fixo anualmente; e o segundo valor são os "Emolumentos" (mercês/gratificações), em geral variáveis de acordo com o comércio, eficiência no cargo e eventos extraordinários que ocorressem na capitania.

<i>Ordenados e Emolumentos dos ofícios e cargos do Brasil:</i>			
	<i>Rio Grande</i>	<i>Paraíba</i>	<i>Pernambuco</i>
<i>Capitão-mor</i>	<i>200 + 100</i>	<i>200 + 0</i>	<i>*40 + 0</i>
<i>Capitão do Forte</i>	<i>Não tem</i>	<i>100 + 0</i>	<i>144 + 0</i>
<i>Alferes</i>	<i>96 + 0</i>	<i>100 + 0</i>	<i>100 + 0</i>
<i>Sargento</i>	<i>60 + 0</i>	<i>40 + 0</i>	<i>80 + 30</i>
<i>Ajudante</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>60 + 0</i>
<i>Condestável</i>	<i>0 + 50</i>	<i>40 + 0</i>	<i>48 + 0</i>
<i>Bombardeiro (cada)</i>	<i>0 + 40</i>	<i>38 + 0</i>	<i>36 + 0</i>
<i>Tambor</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>36 + 0</i>
<i>Engenheiro</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>160 + 0</i>
<i>Provedor da Fazenda</i>	<i>0 + 0</i>	<i>70 + 50350 + 400</i>	<i>300 + 100</i>
<i>Almoxarife</i>	<i>0 + 60</i>	<i>50 + 0</i>	
<i>Escrivão/Alfândega</i>	<i>0 + 50</i>	<i>100 + 60</i>	<i>250 + 200</i>
<i>Porteiro da Alfândega</i>	<i>Não tem</i>	<i>3 + 10</i>	<i>3 + 200</i>
<i>Ouvidor-mor</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 0</i>	<i>*0 + 150</i>
<i>Labeliães</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 50</i>	<i>0 + 250</i>
<i>Contador</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 20</i>	<i>0 + 60</i>
<i>Alcaide/Carcereiro</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 10</i>	<i>0 + 100</i>
<i>Meiro do Ouvidor</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 100</i>
<i>Meirinho de Campo</i>	<i>Não tem</i>	<i>20 + 0</i>	<i>0 + 80</i>
<i>Provedor dos defuntos</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 60</i>
<i>Escrivão d'Almotaçaria</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 30</i>
<i>Escrivão dos Órfãos</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 100</i>
<i>Escrivão da Câmara</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>0 + 200</i>

\* O capitão-mor de Pernambuco tem por conta da fazenda do donatário 400 mil-reis cada ano e tanto se pagava aos antecessores de Matias de Albuquerque da fazenda que Sua Majestade tem para casas (nobres).

\* O Ouvidor-mor de (Pernambuco) tem do donatário 80 mil-réis

– Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633

Há ainda outros dois documentos da época que descrevem os cargos públicos do Rio Grande com seus ordenados, fazendo-nos entender o funcionamento dessa capitania e mostrando-se de acordo com os valores do primeiro documento.

**Diogo Campos Moreno:** “Foi orçada esta capitânia no que rende com o engenho. Faz despesa:

<b>IGREJA</b>	
Ao Vigário	200\$
Ao Coadjutor	25\$
As Ordinárias	43\$
<b>FAZENDA</b>	
Ao provedor	(em branco)
Ao Escrivão da Fazenda	50\$
Ao Almojarife	60\$
<b>GENTE DE GUERRA</b>	
Ao capitão de se ordenado	200\$
Ao Alferes por Sua Majestade	96\$
Ao Embandeirado	14\$
Ao Sargento	60\$
A um Tambor	33\$
A um Condestável	50\$
A um Tambor	33\$
A um Condestável	50\$
A dous Bombardeiros	80\$ (40\$ cada)
A quatro Cabos-de-Esquadra	153\$ (38\$ cada)
A quarenta mosqueteiros	1.344\$ (33\$ cada)
A quarenta arcabuzeiros	1.152\$ (28\$ cada)”

– Livro que Dá Razão ao Estado do Brasil, 1611



**Autor Desconhecido:** “Na fortaleza há nove peças de artilharia e dezenove de ferro coado. É bastante provida de armas e munições. Há neste capitania um capitão, por Sua Majestade, que tem de ordenado 100 mil-rés cada ano. Um alferes que tem de soldo de cinco mil-réis (60 mil-réis por ano) cada por mês e seu mantimento. Um sargento que tem quatro mil-réis (48 mil-réis por ano). Um tambor que tem quatro cruzados (20 mil-réis por ano). Quatro cabos-de-esquadra com dois mil-réis cada mês (24 mil-réis ano). Ouitenta soldados mosqueteiros a mil e seiscentos réis por mês (19 mil-réis por ano) e seus mantimentos. Um ferreiro, um carpinteiro, um pedreiro que tem por mês trezentos e vinte réis (4 mil-réis ano) e seus mantimentos. Há um vigário que tem a vara das almas e tem de ordenado cada ano 200 mil-réis, importam as ordinárias quarenta mil-réis cada ano”. – *Relação das Capitanias do Brasil (IHGB LXII)*

## DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS

(1600)

Com a sede de seu governado situado na cidade recém-fundada, as terras da capitania do Rio Grande foram então distribuídas. O primeiro a receber um lote foi o próprio capitão-mor da capitania João Rodrigues Colaço.

**Manuel Mascarenhas Homem:** “Estando ele, o dito João Rodrigues Colaço, servindo nessa fortaleza e vendo que a atenção de Sua Majestade era povoar-se e cultivar-se esta terra e sertão dela, por dar princípio as cultivar, queria fazer casas e plantios ou o que a seu bem estiver, sem por isso pagar nenhum foro ou tributo algum, a qual poderão mandar demarcar, conforme a esta minha carta e ao longo do rio oitocentas braças, o sítio que lhe parecer para tomar as ditas braças que pede de dez palmos cada uma. Visto ser a primeira data, de que se lhe passará seu auto de demarcação seu Auto de Registro da Fazenda de Sua Majestade deste almojarifado, a qual mando se cumpra e se guarde como nela se contem, sem lhe ser posta dúvida nem embargo algum”. – *Carta de Sesmaria de 9 de janeiro de 1600*

**Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:** “Primeiramente acharam no livro primeiro uma data de duas mil e quinhentas braças ao longo do Rio Potengi que deu o capitão-mor Manuel Mascarenhas Homem a João Rodrigues Colaço, capitão-mor desta capitania em 9 de janeiro de 1600. A qual terra disseram foi confirmada por Sua Majestade e disseram os dois informadores que a possuía hoje por título de compra o padre vigário desta capitania Gaspar Gonçalves Rocha que a tinha cultivado de roçarias de mantimentos de que mui inteiramente pagava os dizimos de Sua Majestade e que ia roçando outra parte dela para plantar canas e ver se era capaz e de um trapiche”. – *Documento de 21 de fevereiro de 1614*

O segundo lote de terra foi merecida entregue à Companhia de Jesus, cujos padres foram essenciais para essa conquista. Mesmo porque, era essencial para toda cidade da época uma igreja, onde seus moradores poderiam reunir-se para ouvir missa nos dias santos. Dessa forma, não demorou para os padres receberem também uns chãos no sítio da cidade para esse fim.



Além disso, os padres jesuítas, sempre tão solícitos em sua missão, sabiam que a capitania apenas vingaria através da economia. Não surpreendentemente foram também os primeiros a criar gado e fazer roças nas terras que receberam.

### **Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:**

*“2. A segunda data do dito livro é dos padres da Companhia (de Jesus), foi lhes dada pelo capitão-mor João Rodrigues Colaço em 6 de julho de 1600. Começa a dita data da ribeira que chamam de Arapanhu até o outro ribeiro que chamam Itaorasutuba e por informação e por informação se entende que poderá ser légua e meia de comprido e uma de largo. Consta da informação que os ditos padres tiveram já aí gado vacuum e ora roçarias de mantimentos, nem serve para mais, salvo um pedaço de vargem alagada e que se poderá ter cana”. – Documento de 21 de fevereiro de 1614*

*4. A quarta data do dito livro é dos padres da companhia dada pelo capitão João Rodrigues Colaço e são uns chãos no sítio da cidade onde tem uma casinha de taipa e telha. Foi dada em 14 de Agosto de 1600.*

*24. A data vinte e quatro foi dada aos padres da Companhia pelo capitão João Rodrigues Colaço em 15 de setembro de 1601 e começa do esteiro do Jaguaribe para o sudeste até chegar ao aguapé que chamam Obaré, cercada com o rio potengi. Ser esta terra meia légua em quadra. É terra que a maré cobre, tem muitas madeiras de mangue. E sítio para salinas, não foi feita benfeitorias nelas”.*

*– Documento de 21 de fevereiro de 1614*

## **PRIMEIROS HABITANTES DA CIDADE**

**(1599)**

A cidade de Natal enfim estava fundada. Logo, o capitão-mor João Rodrigues Colaço tratou de povoá-la, distribuindo terrenos em seus sítios para ilustres colonizadores. Destas pessoas, nove construíram casas no sítio da cidade. Foram eles:

**Padre Gaspar Gonçalves Rocha** – Morador da cidade de Natal e detentor de três lotes de terra. Um, ao norte do Rio Potengi, onde tinha casa, roça e armazém de frutas. Outro, também no Rio Potengi, em que não fez benfeitorias. E um terceiro ao norte do Rio Curimataú, onde tinha casa, pescaria e gado.

**Gaspar Rebelo** – Morador abastado da cidade de Natal e detentor dois lotes de terra. Um, ao longo da banda norte do Potengi e no sertão do Jundiáí. Em ambas, tinha casa-grande com senzala de escravos, roça e gado.

**Manoel Rodrigues** – Morador da cidade de Natal e detentor dois lotes de terras mal-sucedidas. Uma, ao longo do Rio Jundiáí e, outra, do outro lado do Potengi. Teve que abandonar o investimento na primeira e vender a segunda. Também foi dono de um porto de pescaria no Rio Potengi.

**Antônio Gonçalves Minhoto** – Morador da cidade de Natal. Recebeu terras na banda norte do Rio Potengi, onde também construiu uma casa.

**Pero da Costa** – Morador da cidade de Natal. Recebeu terras ao longo do Rio Jundiáí, onde também construiu uma casa.

**Pero Xará** – Morador da cidade de Natal. Recebeu terras ao norte do Rio Potengi, que ficaram abandonadas.

**Francisco Fernandes** – Morador da cidade de Natal, sem terras.

**Simão Nunes** – Morador da cidade de Natal, sem terras.

**Manoel João** – Morador da cidade de Natal, sem terras.

Também houve aquelas pessoas que receberam seus terrenos no sítio da cidade de Natal mas decidiram residir em suas terras no interior da capitania. Estes vinham à cidade apenas para o comércio de sua produção e para a missa nos dias santos.

**Domingos Álvares** – Não construiu casas na cidade. Morou em suas terras ao longo do Rio Jundiáí, que acabou abandonando anos depois. Também recebeu terras ao norte do Rio Potengi, que ficaram abandonadas.

**Gregório Pinhero** – Não construiu casas na cidade. Morou em suas terras na atual praia de Tibau do sul, onde tinha casa e fazia pescaria. Também recebeu terras ao norte do Rio Jundiáí, que ficaram abandonadas.

**Manoel Carvalho** – Não construiu casas na cidade. Morou em suas terras na banda norte do Rio Potengi, onde tinha casa e roças.

Assim como houve aqueles que nunca construíram nada na cidade, nem sequer tinham terras nesta época. Talvez nem chegaram a habitar a capitania. Foram eles: Afonso Vaz, Pero Lopes de Castro, João Garcia e Domingos Sirguo.

#### **Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:**

*\*10. A décima data é de Manuel Rodrigues de uns chãos no sítio da cidade para casas em que vive. (...)*

12. *A duodécima data, a Francisco Fernandes de chãos na cidade de vinte braças, depois por devoluta se deu a José do Porto.*

13. *A data treze foi dada a Domingos Alvares de chãos da cidade depois a Diógenes de Lima por devoluta.*

14. *A data quatorze foi dada pelo capitão-mor João Roiz Colaço em que ora tem casas Simão Nunes. (...)*

19. *A data dezenove é de Gaspar Rebelo, deu-lha João Rodrigues Colaço, são uns chãos em que tem casas no sítio da cidade. (...)*

21. *A data vinte e um de uns chãos no sitio da cidade, deu-lha João Rodrigues Colaço a Pero Lopes de Castro e estão devolutas. (...)*

27. *A data vinte e sete foi dada a João Garcia, são uns chãos no sitio da cidade, estão devolutas.*

28. *A data vinte e oito é do padre vigário Gaspar Gonçalves Rocha, são uns chãos no sitio da cidade em que fez a casa em que vive. (...)*

33. *A data trinta e três é de Manoel João, são uns chãos no sítio da cidade em que tem casas em que vive, deu-lha João Rodrigues Colaço.*

34. *A data trinta e quatro é de Pero Xará de uns chãos da cidade em que faz casas.*

35. *A data trinta e cinco foi dada a Pero da Costa por João Roiz Colaço. São de uns chãos no sítio da cidade em que fez casas e caíram com o tempo haverá quatro anos. (...)*

38. *A data trinta e oito é de uns chãos no sitio da cidade que deu João Roiz Colaço no sitio da cidade a Afonso Vaz em 28 de novembro de 1601. Estão devolutos. (...)*

41. *A data quarenta e um é de Gregório Pinheiro de uns chãos no sitio da cidade que lhe deu João Rodrigues Colaço em 15 de fevereiro de 1602 para casas as quais não tem feito ainda. (...)*

45. *A data quarenta e cinco deu João Rodrigues Colaço a Antônio Gonçalves Minhoto. São uns chãos dados em 12 de janeiro de 1603 no sitio da cidade. Fizeram casas e caíram haverá dois anos e não alevantaram mais.*

46. *A data quarenta e seis deu Rodrigues Colaço a Manoel Carvalho em 13 de janeiro de 1603. São uns chãos no sitio da cidade que nunca fez casas.*

52. *A data cinqüenta e duas são de uns chãos no sitio da cidade que João Rodrigues Colaço deu a Domingos Sirguo em 3 de julho de 1603. Não fez nela cousa alguma. Deram por devolutos a Manoel Rodrigues, e estão feito casas nela". – Documento de 21 de fevereiro de 1614*

## PECUÁRIA RIO-GRANDENSE

(1601)

Uma vez fundada a povoação de Natal e feitas as pazes com os índios potiguares, chegou o momento de cuidar da economia e tornar essa capitania um empresa lucrativa para a fazenda de Sua Majestade. No entanto, esbarrou-se numa questão que foi quase consenso entre os cronistas da época. A terra arenosa e escavada, formada por dunas e pobre em água, era imprópria para a única atividade econômica que gerou avultosos lucros no recém-descoberto continente: a cana-de-açúcar.

**Gabriel Soares de Souza:** *“Esta terra do Rio Grande é muito sofrível para este rio se haver de povoar, em o qual se metem muitas ribeiras em que se podem fazer engenhos de açúcar pelo sertão”*. – *Tratado Descritivo do Brasil*, 1587

**Diogo de Campos Moreno:** *“A terra do Rio Grande é arenosa e escavada, e de pouco proveito para as canas de açúcar em 5 e 6 léguas ao redor da fortaleza, pelo que não é tão habitada como a Paraíba e as demais que tem açúcar e pau-brasil”*. – *Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

**Diogo de Campos Moreno:** *“A terra desta capitania geralmente é terra fraca, mais para gados e criações que para canaviais e roças; e as vezes falta nelas chuvas, mas tem muitas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as águas são rasteiras, e os matos não são de madeiras tão reais, como os da Paraíba, mas não faltam as que hoje podem ser necessária, lenhas não faltarão nunca”*. – *Livro que Dá Razão ao Estado do Brasil*, 1611

A solução foi encontrar uma outra fonte de renda para a capitania que não tivesse o açúcar. E todos os cronistas foram consensuais em dizer que a pecuária era a atividade que melhor traria lucros.

**Padre Gaspar Samperes:** *“A maior parte da capitania do Rio Grande é muito plana e sem montes, toda campinas retalhada de muitos rios e lagoas, todas elas mui propósito para criação de gados”*. – *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo I

**Frei Vicente do Salvador:** *“Cria-se na terra muito gado vacum, e de todas as sortes, por serem para isto as terras melhores que para engenhos de açúcar, e assim não se háo feito mais que dois, nem se puderam fazer, porque as canas-de-açúcar requerem terras massapês e de barro, e estas são de areia solta, e assim podemos dizer ser a pior do Brasil, e contudo se os homens tem indústria, e querem trabalhar nela, se fazem ricos”*. – *História do Brasil*, 1627

**Diogo de Campos Moreno:** *“Nesta capitania se dão mui proveitosamente todas as sortes de gado. Crescem e multiplicam muito. Os bois e as vacas são muito grandes*



e grossos. As cabras parem 3 a 4 cabritos ordinariamente e todo o gado se deixa ordenhar e do seu leite fazem queijos e requieijões, como no termo de Lisboa, que os queijos se guardam e duram muito. Porcos são muitos e de muito proveito e toda esta costa e praia do Rio Grande até a Paraíba vai em partes povoada de redes ou pescarias e de currais de gado que faz aquele caminho, sendo o mais afastado e pobre de todo". – *A Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

**Mauritz van Nassau-Siegen:** "Nesta capitania os moradores se ocupam principalmente com a criação do gado que ali existia em abundância. A guerra (a partir de 1630) o reduziu muito e o fez selvagem, mas trata-se de amansá-lo com toda a diligência e de levá-los aos currais. O Rio Grande está dando muito gado que é conduzido para a Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, onde serve, que para corte, quer para trabalharem nos carros e nos engenhos." – *Breve Discurso Sobre as Quatro Capitánias Conquistadas*, 1639

**Adriaen Verdock:** "As pastagens são ali excelentes e os habitantes não têm outra riqueza senão o gado, com o que fazem muito dinheiro; entretanto, a maioria do povo é miserável mal tendo de que viver; pegam ali muito peixe, plantam grande quantidade de mandioca para fazer farinha e também muito milho, o que tudo é trazido aqui para Pernambuco; há igualmente abundância de caça e de frutos silvestres". – *Relatório de 20 de maio de 1630*

## PISCINICULTURA

(1599)

Outra atividade que ganhou grande importância para a economia da capitania foi a pescaria. Peixes eram abundantes naqueles mares e rios. E os pescadores tornaram-se grandes nomes na nova sociedade rio-grandense, como os ilustres João Loustão de Navarra (Tabatinga), João Seremenho (Pirangi), Gregório Pinheiro (Tibau do Sul), João do Porto (Rio Ceará-Mirim), Gregório Gonçalves (Litoral norte), Gregório Gonçalves (Rio Potengi) e o Padre-Vigário (também no Rio Potengi). Mesmo o capitão-mor para melhorar suas rendas, recebia um porto de pescaria em frente à fortaleza dos Reis Magos.

### **Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:**

"15. A data (lote) quinze é de João Lostão, deu-lha João Rodrigues Colaço em 1º de marco de 1601, tem mil e duzentas braças ao longo do rio Canairi para o norte, e para o sertão outras tantas. Tem porto de pescaria (texto ilegível) é terra má para pasto.

17. A data dezessete foi dada a João Seremenho por o capitão João Rodrigues Colaço em 23 de abril de 1601, é de mil quinhentas braças ao longo do mar e quinhentas para o norte (3000 m<sup>2</sup>) do rio Perangy (Pirangi), e do dito rio para o sul



*mil, e para o sertão mil e quinhentas, na qual praia há dous portos de pescarias, um em que sempre pescou, que é o da banda sul, e o da banda norte haverá dez anos que o deixou João Seremenho.*

*18. A data dezoito é de Gregório Pinheiro, deu-lha o capitão-mor João Rodrigues Colaço em o rio Subaúma, duzentas braças dele para o sul, e outras tantas para o norte ao longo do mar, e para o sertão, mil. E sitio de pescaria em o qual vive e o mais da terra serve para pasto de gado e mantimentos.*

*40. A data quarenta deu João Rodrigues Colaço a Afonso Alvares em 7 de março de 1602. São quinhentas braças em quadra no rio Seara (Ceará-mirim) da banda norte da costa e outras tantas pelo rio dentro para rede de pescar e mantimentos, o qual não fez benfeitorias nenhuma. Deu depois por devolutas a Gregório Domingues que a vendeu a José do Porto, cujo é hoje este porto, que não serve mais que para a pescaria que nela faz.*

*43. A data quarenta e três deu João Rodrigues Colaço a Gregório Gonçalves em 3 de março de 1602, é de mil braças de terra por costa, começando de um riacho por nome Conapotú-mirim (sete léguas ao norte do Potengi) para a banda sul e para o sertão mil braças, o qual posse possui hoje Domingos Martins, e tem nela uma rede de pescar e um curral de vacas. Manuel Roiz lha vendeu a quem foi dada por devoluta e não serve para outra cousa.*

*44. A data quarenta e quatro deu João Rodrigues a Manoel Rodrigues e a Antônio Freire, seu cunhado, em 30 de março de 1602. É um porto de pescaria, junto a fortaleza, desde o Recife até o riacho primeiro, e hoje dos soldados por o mandar assim o senhor govenador geral Gaspar de Sousa e pescam os soldados nele com sua rede.*

*51. A data cinqüenta e um deu João Rodrigues Colaço ao padre vigário Gaspar Gonçalves em 23 de junho 1603, e são mil e quinhentas braças que começam da boca do rio guoara (atual, Gramoré) pelo rio Potengi acima e quinhentas para o sertão. Não fez benfeitorias, e é o porto de pescaria que foi dos capitães todos, e hoje de Pero Vaz a quem o deu o senhor governador Gaspar de Sousa. É o melhor porto de pescaria que aqui há e está de frente da fortaleza". – Documento de 21 de fevereiro de 1614*

## OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

(1601)

A pecuária não era a única atividade econômica da capitania neste início do século seiscentista. O mar era rico em pescados e a terra em hortaliças, sendo capaz de produzir grande quantidade de melões, pepinos, jerimum e legumes de todos os tipos. Havia também muitas frutas como limões, toranjas e laranjas para serem colhidas.

**Diogo de Campos Moreno:** “Abastados de peixe e legume de toda a sorte que na terra se dão e muitos dos de Portugal, como melões, pepinos, abóboras e finalmente todas as hortaliças, tudo tão estremado que avanta as de Espanha, as frutas de espinho muito melhores que as das outras capitánias, muitos toranjas e limões franceses e laranjas bicaís”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

A terra era especialmente fértil para arroz, milho e mandioca.

**Diogo de Campos Moreno:** “Dá-se nesta terra muito arroz e mandioca, nas partes que se buscam para ela, milho que sustenta muitos e de que se fazem broas, de maneira que, havendo quem trabalha e quem com curiosidade aplique e ajude os pobres moradores, a terra dará com que se cubram e com que possam tratar com outros”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

Algodão, pimenta e tabaco poderia ser cultivado, sem grandes investimentos pelo simples extrativismo, visto a abundância em seu território.

**Diogo de Campos Moreno:** “Não falo do algodão que ali se dá infinito, malagueta, tabaco que chamam fumo. Porque são coisas que a terra oferece suas próprias e que antigamente nela sós, consistia naquele sitio muita parte da carga dos navios franceses que ali vinham. Também em todo esse sitio se dão as criações de miúdas de galinhas, perus, patos e papagaios, que o gentio traz aos moradores a troco de um anzol ou de uma faca”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

Animais de montaria poderiam ser criados com facilidade, desde que tendo cuidado com as onças que ali habitavam.

**Diogo de Campos Moreno:** “Criam muitas éguas e cavalos, se bem é verdade que todas as criações têm um grande conteste nas onças que há naquelas partes, que como são tão poucos os moradores inda não podem espantar de todo o ponto semelhantes bichos e assim fazem algum dano havendo descuido.” – *A Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

Madeira e resina para as construções haviam em grande quantidade.

**Diogo de Campos Moreno:** “Nos matos desta capitania, a cinco e a seis léguas da fortaleza, há muitas madeiras mui excelentes e extra-ordinárias. Colhe-se das árvores muita almecega (resina), mui alva, algum óleo de copaíba.” – *A Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

O Pau-Brasil, para produção da rara tinta vermelha, era um produto que já vinha sendo explorado há décadas pelos franceses.

**Diogo de Campos Moreno:** “Tem em todos os seus matos pau-brasil, mas mais parte da Baía da Traição, junto com do Rio Curumatuí (Curimataú), que fica dito”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil*, 1609

A terra produzia também âmbar de excelente qualidade.

**Diogo de Campos Moreno:** “*Nas praias desta costa todos os anos, ou pouco, ou muito, acham âmbar excelente, que o mar lança fora*”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil, 1609*

E enfim a produção do sal, que na época era algo bem valioso, não apenas para salgar o alimento, mas também para a conservação do mesmo.

**Frei Vicente do Salvador:** “*Nem estão muito longe daí as salinas, onde naturalmente se coalha o sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações todos os anos; porque assim como se tira um, se coalha e cresce continuamente outro, nem obsta que não vão ali navios de Portugal, senão é algum de arribada, pois basta que vao à Paraíba, donde dista somente vinte e cinco léguas, e de Pernambuco cinqüenta, porque destas partes se provejam do que lhe é necessário, como fazem em seus caravelões, e sobre todos estes cômodos foi de muita importância povoar-se, e fortificar-se o Rio Grande para tirar dali aquela ladroeira aos franceses*”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil, 1609*

Isso tudo descreveu Diogo de Campos sem nunca deixar de mencionar a pureza da natureza e do ar saudável desta capitania, até hoje, motivo de orgulho para os habitantes da terra potiguar.

**Diogo de Campos Moreno:** “*É toda esta terra tão sadia que desde que se fundou a fortaleza até hoje ali não entrou um médico nem barbeiro, nem o pediram. De acidentes se curam com muita facilidade os moradores, com cousas que lhe administra a mesma terra*”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil, 1609*

## POVOAMENTO DO RIO POTENGI

(1599)

Além disso, muitos moradores da cidade, citados anteriormente, receberam terras e benfeitorias ao longo do Rio Potengi para suas diversas atividades econômicas. Entre eles: **Gaspar Rabelo**, o vigário **Gonçalves Rocha**, **Manoel de Carvalho**, **Antônio Gonçalves Minhoto** e **Pedro Xará**. Além destes, houve outros quatro homens que realizaram empreendimentos nesses locais, onde também tinham sua residência.

**Jerônimo da Cunha** – Recebeu terras na banda sul do Rio Potengi, onde construiu uma casa-grande e cultivava roças. Não possuía terreno na cidade.

**Brás Mesquita** – Recebeu terras na banda norte do Rio Potengi, onde construiu uma casa-grande e cultivava roças. Não possuía terreno na cidade.

**Jorge de Araújo** – Recebeu terras na banda sul do Potengi na lagoa da Capina (atual, Ribeira ou lagoa de Jacó) e na banda norte (na atual Salinas de Natal),

onde construiu olaria para produzir tijolos e utensílios de barro. Não possuía terreno na cidade.

**Antônio Gonçalves Minhoto** – Embora já citado como detentor de uma casa na cidade de Natal, destacamos aqui que sua principal residência era na casa-grande que tinha nessas terras, aos sul do Potengi, onde vivia de sua roça.

#### **Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:**

*20. A data vinte é de Gaspar Rebelo, deu-lha João Rodrigues Vassalo em dezenove de junho de 1601. E de oitocentas braças em quadra da banda norte do rio Potengi pelo Goarugú (atual, Gramoré) acima. Tem povoado com escravos, vacas e outras criações e com roças de mantimentos.*

*23. A data vinte e três foi dada a Jorge de Araújo, por João Rodrigues Colaço, em 19 de junho de 1601. E de mil braças em quadra ao longo do salgado (atual Salinas em Natal) e ao longo do riacho Oburaparipirá (esteiro do Potengi), a banda do norte não é terra de préstimo servirá só para olaria (produção de tijolos).*

*25. A data vinte e cinco foi dada a Domingos Álvares para casamento de sua filha Isabel, deu-lha João Rodrigues Colaço em 23 de setembro de 1601. São mil braças em quadra, parte com Gaspar Rebelo e os padres da Companhia pela parte do Jaguaribe com condição de povoar em três anos. Diogo de Almeida, bombardeiro, casou com esta moça de que tem uma filha. É terra de nenhum proveito.*

*26. A data vinte e seis deu o capitão João Rodrigues Colaço em 21 de setembro de 1601. E de seiscentas braças ao longo do Rio Potengi para a banda do sul, e mil braças para o sertão. Tem hoje Jerônimo da Cunha, a quem a deu Jerônimo de Albuquerque por devoluta. Tem nela uma casa e roça, e alguma parte dela servirá para cana.*

*30. A data trinta é do padre vigário Gaspar Gonçalves Rocha, deu o capitão João Rodrigues Colaço em 14 de outubro de 1601. É de mil braças em quadra e começam do rio Guacoripera ao longo do rio Petigi para cima. Está povoada e esteve sempre com roças que ali se dão mui bem e assim a cana que tem plantada há muitos anos, e é terra capaz de um trepiche dos frutos que dela colhe. Sempre pagou dízimo.*

*31. A data trinta e um foi dada a Brás de Mesquita por João Rodrigues Colaço em 14 de outubro de 1601. São seiscentas braças ao longo do rio Potengi da banda norte, e mil para o sertão, sempre teve povoada pelo dito Brás de Mesquita, e estão hoje por sua mulher e filhos, e por Pero Gonçalves, seu segundo marido. É terra boa para mantimentos e cana onde se poderá fazer um trepiche se tiver lenhas.*

*32. A data trinta e dois foi dada a Manoel de Carvalho por João Rodrigues Colaço em 21 de outubro de 1601. É de seiscentas braças ao longo do rio Potengi da banda do norte e mil para o sertão o qual Manoel de Carvalho no princípio a cultivou com roças e casa, e a oito anos se foi da capitania sem se fazer mais benfeitorias na terra, por ele, nem por outrem. É terra para canas, e muitas.*



36. A data trinta e seis foi dada por João roiz Colaço a Afonso Vaz em 6 de novembro de 1601. São seiscentas braças de terra ao longo do Pitigy e mil para o sertão. Começam donde acaba a data de Afonso Fernandes. Fez benfeitoria e se deu por devoluta a Manuel Calado e hoje a possui por data de Jerônimo de Albuquerque. Não tem feito benfeitoria por lha defender outro morador cuidando ser sua. É para mantimentos muito fraca.

37. A data trinta e sete é de Antônio Gonçalves Minhoto, deu-lha João Rodrigues Colaço em 25 de novembro 1601 de seiscentas braças de terra ao longo do rio Petegi da banda sul para o sertão mil braças. Vive em elas. E só para mantimentos e só para isso serve.

42. A data quarenta e dois foi dada por João Rodrigues Vassalo a Pero Xará em 15 de março de 1602. É de seiscentas braças ao longo do rio Potigi, da banda sul, que se começam onde acaba a data de Antônio Gonçalves Minhoto. É mil braças para o sertão. Deu-se depois a Francisco Coelho por devoluta o qual vive nela com seu gado e roças. Serve para mantimentos e canas e pastos e escravos.

50. A data cinqüenta deu João Rodrigues Colaço a Jorge de Araújo Oleiro em 12 de junho de 1603. São cinqüenta braças de quadra, junto à lagoa da campina (atual bairro da Ribeira). Teve olaria e há seis anos está devoluta.

– Documento de 21 de fevereiro de 1614

## POVOAMENTO DO RIO JUNDIAÍ

(1599)

Outros moradores da cidade, citados anteriormente, receberam terras e benfeitorias ao longo do Rio Jundiaí para suas diversas atividades econômicas. Entre eles: **Gaspar Rabelo**, **Pero da Costa**, **Domingos Alvares**, **Gregório Pinheiro** e **Manuel Rodrigues**. Além destes, houve outros três homens que realizaram empreendimentos nesses locais, que também tinham sua residência.

**Jncques Pinheiro** – Recebeu terras ao longo do Rio Jundiaí, onde construiu casa-grande. Não parece ter conseguido fazer roças ou outras benfeitorias, o que o obrigou a abandonar as terras anos depois.

**Jorge de Araújo** – Recebeu terras ao longo do Rio Jundiaí, onde construiu casa-grande. Não parece ter conseguido fazer roças ou outras benfeitorias, o que o obrigou a abandonar as terras anos depois, vivendo principalmente da olaria que tinha na margem sul do Rio Potengi.

**Pero Fernandes de Oliveira** – Na verdade, nunca construiu nada nessas terras ou em qualquer outro local do Rio Grande.



## Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:

“3. A terceira data do dito livro é de Gaspar Rabelo Gondim, deu-lho o capitão João Rodrigues Colaço, tem seiscentas braças, que começam de um riacho que chamam Jatatirahu pelo rio Gundiahu acima da banda do norte, e de largura mil e duzentas braças qual terra foi cultivada pelo dito Gaspar Rabelo com casas e roçarias e árvores de espinho e haverá seis anos que está devoluta por ir viver noutra data sua, costa da informação que é terra de pouco proveito por não ter água. (total: 2800 m<sup>2</sup>)

5. A quinta data foi dada a Pero da Costa, defuncto, deu-lhe o capitão-mor João Rodrigues Colaço em 18 de outubro de 1600, são seiscentas braças de longo do rio Gundiahu (Jundiari?) acima e mil de largo. Foi povoado pelo dito defuncto que por sua morte deixou uma órfã. Consta da informação se terra de pouco proveito. (total: 2400 m<sup>2</sup>)

6. A sexta data de terra no dito livro é de Domingos Álvares. Foi dada pelo capitão-mor João Rodrigues Colaço em 3 de janeiro de 1605 (é um erro do escrivão, o ano é 1601), é de seiscentas ao longo do rio Gundiahu acima, é de mil para o sertão. Este homem povoou no princípio e está devoluta há oito anos. (2400 m<sup>2</sup>)

7. A sétima data de terra é de Jneques de Py, deu-lha o capitão João Rodrigues Colaço em 4 de dezembro de 1600, de seiscentas braças ao longo do rio Gundiahu e outras mil braças para o sertão. Povoou-a no princípio e haverá oito anos este devoluta. É terra de pouco proveito. (2400 m<sup>2</sup>)

8. A oitava data de terra é de Jorge de Araújo, deu-lha o capitão João Rodrigues Colaço em 2 de Janeiro de 1601, seiscentas braças ao longo do rio Gundiahu e outras mil braças para o sertão. Povoou-a no princípio e haverá oito anos este devoluta. É terra de pouco proveito. (2400 m<sup>2</sup>)

9. A novena data de terra é de Gregório Pinheiro, deu-lha o capitão João Rodrigues Colaço em 18 de Dezembro de 1600, mil braças em quadrao longo do rio Yundiari da banda norte. Está devoluta há muitos anos. E terra de pouco proveito. (4000 m<sup>2</sup>)

11. A undécima data é de Manoel Rodrigues dada por João Rodrigues Colaço em 18 de outubro de 1600, é de mil e quinhentas braças ao longo do rio Jundiahu e mil para a banda do norte. Foi cultivada a princípio. Está devoluta há seis anos por ser terra de pouco proveito.

39. A data trinta e nove foi dada a Pero Fernandes de Oliveira em 25 de novembro de 1601 por João Rodrigues Colaço. São seiscentas braças em quadra testada do Padre Vigário para o sertão. Está devoluta. Não fez nunca benfeitorias nelas. É boa para mantimentos.

– Documento de 21 de fevereiro de 1614

## POVOAMENTO DO RIO CEARÁ-MIRIM

(1599)

Também haviam as terras ao longo do Rio Ceará-Mirim, que foram particularmente mal-sucedidas em seu povoamento inicial, ficando abandonada por seus donatários iniciais. No entanto, sendo posteriormente compradas, José do Porto e Domingos Martins conseguiram obter lucro delas através do gado e da pecaria.

**José do Porto:** Comprou essas terras ao longo do Rio Ceará-Mirim, que inicialmente foram de Afonso Álvares. Ele construiu uma casa-grande onde residia e fez um lucrativo porto de pescaria de onde retirava seus rendimentos.

**Domingues Martins:** Comprou terras ao longo do riacho Conapotu-mirim, que inicialmente foram de Gregório Gonçalves. Ele construiu casa-grande, fez porto de pescaria e criava gado.

**Afonso Álvares:** Recebeu essas terras, sem nunca ter construído nada nelas. Estando devolutas, foram entregues a Gregório Domingues, que as vendeu para José do Porto.

**Gregório Gonçalves:** Recebeu essas terras, sem nunca ter construído nada nelas. Estando devolutas, foram entregues a Manuel Rodrigues, que as vendeu para Domingues Martins.

### Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:

*40. A data quarenta deu João Rodrigues Colaço a Afonso Álvares em 7 de março de 1602. São quinhentas braças em quadra no rio Seara (Ceará-mirim) da banda norte da costa e outras tantas pelo rio dentro para rede de pescar e mantimentos, o qual não fez benfeitorias nenhuma. Deu depois por devolutas a Gregório Domingues que a vendeu a José do Porto, cujo é hoje este porto, que não serve mais que para a pescaria que nela faz.*

*43. A data quarenta e três deu João Rodrigues Colaço a Gregório Gonçalves em 3 de março de 1602, é de mil braças de terra por costa, começando de um riacho por nome Conapotú-mirim (sete léguas ao norte do Potengi) para a banda sul e para o sertão mil braças, o qual posse possui hoje Domingos Martins, e tem nela uma rede de pescar e um curral de vacas. Manuel Roiz lha vendeu a quem foi dada por devoluta e não serve para outra cousa.*

*49. A data quarenta e nove deu João Rodrigues Colaço a Gregório Domingues em 25 de junho de 1603 e é o porto de Seará (Ceará-mirim) que hoje é de José do Porto como fica dito no capítulo atrás, número quarenta.*

53. *A data cinqüenta e três é a mesma que fica acima com o título de Domingos Gregório número quarenta e nove.*

– Documento de 21 de fevereiro de 1614

## POVOAMENTO DO LITORAL SUL (1599)

Havia ainda muitos moradores da cidade, citados anteriormente, que possuíam terras e benfeitorias ao longo do litoral sul. Entre eles: o vigário **Gonçalves Rocha** e **Gregório Pinheiro**. Além destes, houve outros três homens que realizaram empreendimentos nesses locais, que também tinham sua residência.

**João de Loustão de Navarra** – Recebeu lotes de terra na atual praia de Tabatinga, onde construiu casa-grande e passou a viver de seu bem-sucedido porto de pescaria. Apesar de francês, todos confiavam na sua fidelidade.

**João Seremenho** – Recebeu lotes de terra na atual praia de Pirangi, onde construiu casa-grande e passou a viver de seu bem-sucedido porto de pescaria.

**Afonso Lagarto** – Na verdade, nunca construiu nada nestas terras (atual praia de Camurupim ou de Barreta) ou em qualquer outro local do Rio Grande.

**Diogo Dias Rocha** – Na verdade, nunca construiu nada nestas terras (próximo a Baía Formosa) ou em qualquer outro local do Rio Grande.

### ***Auto da Repartição das Terras do Rio Grande:***

*“15. A data (lote) quinze é de João Lostão, deu-lha João Rodrigues Colaço em 1º de marco de 1601, tem mil e duzentas braças ao longo do rio Canairí para o norte, e para o sertão outras tantas. Tem porto de pescaria (texto ilegível) é terra má para pasto. (5800 m<sup>2</sup>)*

*16. A data dezesseis foi dada a Afonso Lagarto por o capitão-mor João Rodrigues Colaço. E de meia légua em quadra nas cabeceiras da data acima de João Lostão a qual esteve sempre devoluta e não é de proveito. (9000 m<sup>2</sup>)*

*17. A data dezessete foi dada a João Seremenho por o capitão João Rodrigues Colaço em 23 de abril de 1601, é de mil quinhentas braças ao longo do mar e quinhentas para o norte (3000 m<sup>2</sup>) do rio Perangy (Pirangi), e do dito rio para o sul mil, e para o sertão mil e quinhentas, na qual praia há dous portos de pescarias, um em que sempre pescou, que é o da banda sul, e o da banda norte haverá dez anos que o deixou João Seremenho.*

18. A data dezoito é de Gregório Pinheiro, deu-lha o capitão-mor João Rodrigues Colaço em o rio Subaúma, duzentas braças dele para o sul, e outras tantas para o norte ao longo do mar, e para o sertão, mil. É sitio de pescaria em o qual vive e o mais da terra serve para pasto de gado e mantimentos.

22. A data vinte e dous é do padre vigário Gaspar Gonçalves Rocha, deu-lha João Rodrigues Colaço em 24 de abril de 1601. É de duas mil braças por costa que começam da boca do rio Curumataú para o norte, e duas mil para o sertão. Foi povoada no princípio com casaria e rede e criações e haverá oito anos que não é povoada a dita terra. Alguma é para algumas roças e não tem outro préstimo por não ter águas. (16.000 m<sup>2</sup>).

29. A data vinte e nove foi dada a Diogo Dias Rocha por o capitão João Rodrigues Colaço em 30 de setembro de 1601. E de mil braças em quadra que começam na boca do rio Curimataú para a banda sul ao longo do mar e dele para o sertão outras tantas. Está devoluta por não ser de préstimo.

47. A data quarenta e sete deu João Rodrigues Colaço a João Seremehô em 31 de março de 1603. São umas quinhentas braças de costa que começam de outra data de João Seremehô para o sul e para o sertão como a outra data no qual pescava e continuava o dito João Seremehô da outra data que tinha a casa. Não serve mais que para a pescaria.

48. A data quarenta e oito deu João Rodrigues Vassalo a João Lastão em 17 de maio de 1603, e são quinhentas braças de terra por costa que começam aonde acaba a sua data primeira para a banda do sul, e para o sertão outras tantas. Não serve esta data para cousa alguma”.

– Documento de 21 de fevereiro de 1614

Não há dúvidas que, no que diz respeito ao litoral sul, nenhum outro proprietário merece tanto destaque quanto o francês que conseguiu a confiança dos portugueses: João de Loustão. Nascido em Navarra, tornou-se um renomado e rico homem no ofício da piscicultura. Recebendo um destaque ainda maior durante a invasão holandesa quando casou uma de suas filhas com o governante holandês do Rio Grande e morreu por combater inimigos no massacre de Cunhaú e Uruaçu, ocorrido em 1645.

**Caspar Paraopaba:** “Tareyrich (Trairi), um pequeno rio. Ali reside um francês, João Oroutau (João Lostão), que já exerce a pesca e envia peixe aos portugueses que habitam em Pernambuco e que o vem procurar com os navios”. – Depoimento em Amsterdã de 20 de Março de 1628

**Lista de Todos os Estrangeiros em 1618:** “João Loustão, residente na capitania do Rio Grande, já velho, é dá governança da capitania. Justificou ser de nação Navarro, posto que se tem por francês vive naquela capitania depois que se conquistou, tem roças. Reside na praia onde pesca com uma rede. Não o obriguei a recolher-se ao



*sertão pela informação que me deram os padres da Companhia (de Jesus) de sua muita fidelidade de já velho e dos da governança da capitania”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633*

## SOCIEDADE NATALENSE

(1602)

Tendo a economia do Rio Grande começado a florescer, embora ainda tímida, os primeiros homens começaram a enriquecer com as atividades locais. Entre estas, inclui-se a história de um homem degredado (exilado), que condenado a viver no Novo Mundo por algum crime acabou encontrando fortuna no Rio Grande.

**Frei Vicente do Salvador:** *“Logo em seu princípio veio ali ter um homem degradado pelo bispo de Leiria, o qual ou zombando, ou pelo entender assim, pôs na sentença: ‘Vá degradado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado’, e assim foi”.* – *História do Brasil, 1627*

A história desse degredado continua com seu casamento com a única mulher branca da capitania além da esposa do capitão-mor João Rodrigues Colaço, fazendo com que tivesse relacionamento estreito, por intermédio da esposa, com o governante da capitania.

**Frei Vicente do Salvador:** *“O homem se casou com uma mulher, que também veio do Reino ali ter, não por dote algum, que lhe dessem com ela, senão por não haver ali outra, e de tal maneira souberam granjear a vida, que nos três anos adquiriram dois ou três mil cruzados, com que foram para sua terra em companhia do capitão-mor do Rio Grande, João Rodrigues Colaço, e de sua mulher d. Beatriz de Menezes, comendo todos a uma mesa, passeando ele ombro com ombro com o capitão, assentando-se a mulher no mesmo estrado que a fidalga, como eu as vi em Pernambuco, onde foram tomar navio para se embarcarem”.* – *História do Brasil, 1627*

O degredado e o capitão-mor tornaram-se até compadres quando a esposa do primeiro fez o parto da esposa do capitão-mor.

**Frei Vicente do Salvador:** *“E toda esta honra lhe faziam, porque, como naquele tempo não havia ainda outra mulher branca no Rio Grande, acertou de parir a mulher do capitão, e a tomaram por comadre, e como tal a tratavam daquele modo, e o marido como o compadre, cumprindo-se em tudo a sentença do bispo, que tornaria do Brasil rico e honrado”.* – *História do Brasil, 1627*

O Frei Vicente relata também que esse homem não foi o único novo rico do Rio Grande. Pois mesmo outras atividades, que não eram tão lucrativas quanto negócio da cana-de-açúcar, conseguiam gerar bons rendimentos.

**Frei Vicente do Salvador:** *“Nem foi este só que no Rio Grande enriqueceu, mas*



*outros muitos, porque ainda que o território é o pior do Brasil, como temos dito, nele se dão muitas criações, e outras granjearias, de que se tira muito proveito, e do mar muitas e boas pescarias”. – A Relação das Praças Fortes do Brasil, 1609*

E certamente a cidade Natal não era estática. Outras histórias do dia a dia tomavam forma. A vida tomava seu rumo natural. Casamentos aconteciam, como do bombardeiro Diogo de Almeida com Isabel, filha de Domingos Álvares. Mortes foram relatadas, como Pero da Costa, que deixou uma filha órfã. E viúvas casavam-se novamente, como fez a mulher de Brás Mesquita, que tomou novos laços com Pero Gonçalves.

### **Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:**

*“A data vinte e cinco foi dada a Domingos Alvares para casamento de sua filha Isabel, deu-lha João Rodrigues Colaço em 23 de setembro de 1601. São mil braças em quadra, parte com Gaspar Rebelo e os padres da Companhia pela parte do Jaguaribe com condição de povoar em três anos. Diogo de Almeida, bombardeiro, casou com esta moça de que tem uma filha. E terra de nenhum proveito. (...)”*

*A quinta data foi dada a Pero da Costa, defunto, deu-lhe o capitão-mor João Rodrigues Colaço em 18 de outubro de 1600, são seicentas braças de longo do rio Grundiabu (Jundiá) acima e mil de largo. Foi povoado pelo dito defunto que por sua morte deixou uma órfã. Consta da informação se terra de pouco proveito. (...)”*

*A data trinta e um foi dada a Brás de Mesquita por João Rodrigues Colaço em 14 de outubro de 1601. São seiscentas braças ao longo do rio Potengi da banda norte, e mil para o sertão, sempre teve povoada pelo dito Brás de Mesquita, e estão hoje por sua mulher e filhos, e por Pero Gonçalves, seu segundo marido. É terra boa para mantimentos e cana onde se poderá fazer um trepiche se tiver lenhas”.*

*– Documento de 21 de fevereiro de 1614*

Mesmo assim a cidade cresceu de forma lenta e tímida. Um relato da época, descrito por naufragos que chegaram ao Rio Grande em 1602, conta que nesta época havia apenas três casas na recém-fundada cidade. Isso porque a maioria dos habitantes da capitania viviam em suas fazendas e propriedades rurais.

O mesmo relato não deixa de enaltecer Dona Beatriz Menezes, que na ausência do marido, o capitão-mor João Rodrigues Colaço, recebeu e acudiu os naufragos.

**Melchior Estácio do Amaral:** *“Neste Rio Grande, que dista da Paraíba quarenta léguas, se viu esta peregrina gente (naufragos) em aperto, por falta de mantimentos, que não havia, nem soldados que ali residiam naquele rio, os tinham para lhos darem antes padeciam de necessidade. Acharam a nova Cidade de Santiago, que ali se principia, e tem já três casas de pedra e cal, a Dona Beatriz de Menezes, mulher do capitão dali, João Rodrigues Colaço, que naqueles dias era ausente”. – História Trágico-Marítima compilada por Bernardo Gomes de Brito, volume V.*

## FIM DO GOVERNO COLAÇO

(1603)

O ano de 1603 marcou o retorno do primeiro governador do Rio Grande desta vez como capitão-mor oficial enviado por Sua Majestade, o Rei de Portugal. Ao que parece, nos últimos anos, Jerônimo de Albuquerque esteve no reino exatamente para reclamar essas terras que primeiro conquistou para si, depois que foram 'injustamente' entregues a João Rodrigues Colaço.

A posse de seu governo ocorreu por volta do mês de agosto quando realizou seu primeiro ato como capitão-mor ao retificar ação de seu antecessor de manter as posses dos Jesuítas na cidade e no sertão.

### **Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande:**

*"54. A data cinqüenta e quatro deu Jerônimo de Albuquerque aos padres da Companhia em 8 de agosto de 1603. E a mesma que deu João Rodrigues Colaço dos chãos do sitio da cidade como fica dito atrás no capítulo quatorze.*

*"55. A data cinqüenta e cinco foi dada pelo capitão Jerônimo de Albuquerque aos padres da Companhia em 8 de agosto de 160 e é a mesma que fica atrás no capítulo número dois."*

*– Documento de 21 de fevereiro de 1614*

E assim se encerrou o governo de João Rodrigues Colaço, sendo esta sua última participação na história, pois nenhum outro documento sobre sua pessoa foi descrito após esta data. Era um homem discreto e pacífico, que deixou um legado sem igual para a capitania do Rio Grande como o fundador da Cidade de Natal.

Acredita-se que, finalizando o termo de seu mandato, retornou a Portugal onde pôde enfim descansar numa merecida aposentadoria.

### **BIBLIOGRAFIA**

AMARAL, Melchior Estácio do. Naufrágio de 1602 no Rio Grande. In: BRITO, Bernardo Gomes. **História trágico-marítima**. Editora Lacerda, 1998. Volume V. NOTA: Originalmente no português em data desconhecida (primeira década de 1600s).

CAMARÃO, Antônio Felipe. Depoimento sobre o julgamento de Manuel Moraes. In: TORRE DO TOMBO, inquisição de Lisboa, Processo nº 4847, folhas 151-155. NOTA: Originalmente escrita no português em 1647.

CAMARÃO, Antônio Filipe. Mi padre fue autor de las paces tan deseadas. In: FILO, Olavo de Medeiros. **Aconteceu na capitania do Rio Grande**

Departamento Estadual de Imprensa. Natal, 1997. 206 p. NOTA: Originalmente escrita no espanhol em 1632.

HOMEM, Manuel Mascarenhas. Carta de Sesmaria a João Rodrigues Colaço. Alvará de Provimento de João Rodrigues Colaço. In: FILHO, Olavo de Medeiros. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991. NOTA: Originalmente de 9 de janeiro de 1600.

MORAES, Padre Manuel. Depoimento de 23 de maio de 1647, no julgamento pela Santa Inquisição. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro** tomo 70, v. II, 1607. NOTA: Originalmente no português em 1647.

MORENO, Diogo Campos. **Jornada do Maranhão por Ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614**. Editora Ícone, 2002. 186 p. NOTA: Originalmente publicado no português em 1615.

MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá razão ao Estado do Brasil**. Editora Local, 1955. 220 p. NOTA: Originalmente publicado no português em 1612.

MORENO, Diogo Campos. Relação das Praças Fortes do Brasil. In: **Revista do Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, Recife, n. LVII, p. 285-247, 1984. NOTA: Originalmente carta escrita no português em 1609.

NASSAU, Maurício; DUSSEN, Adriaen van der. Breve Discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antônio Gonsalves. **Fontes para a História do Brasil Holandês: Volume I: Economia Açucareira**. Recife: CEPE, 2004.

PINTO, Padre Francisco. Carta sobre a pacificação indígena. In: LEITE, Padre Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Editora Civilização Brasileira, 1938. Tomo I e V, p. 514-526. NOTA: Originalmente no Português em 1600.

REI FILIPE II. Alvará de Provimento de João Rodrigues Colaço. In: FILHO, Olavo de Medeiros. **Terra Natalense**. Fundação José Augusto. Natal. 1991. NOTA: Originalmente de 18 de janeiro de 1600.

RODRIGUES, Padre Pero. Carta sobre a Conquista do Rio Grande. In: LEITE, Padre Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Civilização Brasileira. 1938. Tomo I e V, páginas: 514-526. 1938. NOTA: Originalmente carta escrita no português em 1598

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Itataia, 2006. NOTA: Originalmente escrito no português em 1627.

SAMPERES, Padre Gaspar. Descrição dos rios e terras da capitania do Rio Grande. In: LEITE, Padre Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Editora

Civilização Brasileira, 1938. Tomo I. 1938. (Não há confirmação de que seja mesmo do padre Gaspar Samperes, embora as circunstâncias indiquem isso!).  
NOTA: Originalmente no português em 1607.

SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Editora Hedra, 2010. 410 p. NOTA: Originalmente escrito no português em 1587.

TRASLADO DO AUTO DE REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1614. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. VII, n. 1 e 2, 1909. NOTA: Originalmente escrito no português em 1614.

VERDONCK, Adriaen. Relatório de Adriaen Verdonck. In: **Revista do Arquivo Público de Pernambuco**, Recife, n. 6, p. 589-680, 1949. NOTA: Originalmente carta escrita no holandês em 1630.

# EUROPA, BRASIL, RIO GRANDE DO NORTE: UM PEQUENO BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O ABANDONO DE CRIANÇAS RECÉM-NASCIDAS (1960-2005)

*Thiago do Nascimento Torres de Paula*  
(Doutorando em História|UFPR)

*Saul Estevam Fernandes*  
(Doutorando em História|PUC-RS)

O objetivo deste ensaio historiográfico é apresentar a comunidade de pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em suas mais variadas categorias, a história da criança, a história da infância e especificamente a história do abandono de crianças recém-nascidas, que foi uma constante no passado em suas mais diferentes temporalidades e espaços.

Sendo assim, criança, não especificamente a recém-nascida abandonada, tornou-se objeto de estudo na década de 1960, no trabalho do historiador francês Philippe Ariès, que buscava construir uma história da criança e como, a partir da organização da família burguesa e da escola, foi gestando o sentimento de infância.<sup>5</sup> Após as análises investigativas de Ariès, muitas pesquisas sobre a criança surgiram, várias delas contestando as informações do estudioso. Colin Heywood, historiador inglês, é um dos exemplos de contraponto à Ariès, pois defendendo a existência de um sentimento de infância ainda na Idade Média. Afirma ainda, que a infância é a impressão que os adultos têm das crianças, dessa forma, em temporalidades diferentes, havia distintas formas de infância.<sup>6</sup>

No Brasil, ainda na primeira parte do século XX, Gilberto Freyre já fazia menção muito superficialmente aos recém-nascidos abandonados.<sup>7</sup> No desenvolver de sua longa produção intelectual, Freyre voltou a fazer referência aos pequenos expostos na cidade do Recife no século XVIII.<sup>8</sup> Registrou que, apesar de muitas igrejas e conventos, havia um verdadeiro desleixo para com as crianças

<sup>5</sup> ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

<sup>6</sup> HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

<sup>7</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 37. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>8</sup> Exposto era o termo usado para fazer referência aos recém-nascidos abandonados, até a segunda metade do século XIX.



recém-nascidas abandonadas e que a situação era tal que *algumas pobrezinhas eram estraçalhadas pelos bichos imundos, que de noite vagavam pelas ruas.*<sup>9</sup>

Estudos sobre o abandono de crianças no Brasil surgiram como temas secundários em trabalhos sobre a prática de assistência à sociedade. Podemos citar, Tolstoi de Paula Ferreira, que na década de 1940 analisou as ações da Santa Casa da Misericórdia em São Paulo e entre os objetivos da pesquisa estava a atitude do recolhimento dos recém-nascidos enjeitados.<sup>10</sup>

Na década de 1960, Russel-Wood desenvolveu também uma pesquisa sobre as práticas assistenciais na América portuguesa, discutindo os documentos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Lembra que o estudo desse brasilianista só foi publicado no Brasil nos anos 1980.<sup>11</sup> Segundo a historiadora Alcileide Cabral do Nascimento,

O trabalho de Russel-Wood tornou-se um tipo de discurso fundador sobre a assistência aos expostos. Seus temas, seus enfoques, suas teses marcaram as pesquisas posteriores sobre o aparelho assistencial destinado a preservar a vida e amparar as crianças abandonadas. Algumas questões como as motivações do abandono, os altos índices de mortalidade, a origem social das amas e das crianças, os destinos das crianças que seriam depositadas na roda passaram a fazer parte de vários estudos em diferentes regiões e cidades do Brasil.<sup>12</sup>

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, também foi alvo de pesquisa de doutoramento de Laima Mesgravis, que apresentou seus resultados no Brasil na década de 1970.<sup>13</sup> Tal como Russel-Wood, os expostos, ou melhor, o recolhimento e o amparo dos recém-nascidos enjeitados não eram o eixo central

---

9 FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 175.

10 FERREIRA, Tolstoi de Paula. "Subsídios para história da assistência social em São Paulo". **Revista do Arquivo Municipal**, v. LXVII, jun. 1940.

11 RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UNB, 1981.

12 NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). Tese (Doutorado em História) – p. 8. Recife, UFPE, 2005. . 8.

13 MESGRAVIS, Laima. **Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

de seu trabalho. Porém, é ela que cria a tese de que a Roda<sup>14</sup> tinha a função de evitar o infanticídio, garantindo o segredo da identidade de quem abandonava e “a honra” da mulher branca que tinha filhos ilegítimos. Mesgravis inicia uma discussão sobre a relação entre abandono de recém-nascidos e ilegitimidade.

A partir da década de 1980, a criança e a prática de seu abandono e recolhimento tornaram-se objeto de estudo específico no Brasil. Maria Luiza Marcílio, com sólida formação na área de Demografia histórica, organizou na Universidade de São Paulo (USP), o Centro de Estudos de Demografia da América Latina, conhecido como CEDHAL. Marcílio, à frente do centro de pesquisa citado, com ajuda de seus bolsistas, realizou o levantamento de documentos e textos sobre a criança e seu abandono em vários arquivos e bibliotecas do país. Inicia a construção de uma História Social da criança abandonada pelo método da Demografia histórica.

Os esforços de pesquisa realizados por Marcílio e por seus assistentes, que se tornariam posteriormente professores universitários e escritores renomados, como Renato Pinto Venâncio, resultaram na constituição de um livro-síntese que teve sua primeira edição em 1998, onde trabalhou com a longa duração.<sup>15</sup> No primeiro momento, a pesquisadora demonstra como se dava o abandono de recém-nascidos na Europa, da Antiguidade ao século XX, e, na segunda parte, discute o tema na

<sup>14</sup> Sobre a Roda dos expostos comenta-se que era: *Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. A primeira instituída especialmente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informa aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital* (ROOSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775.** p. 233) Por fim, o historiador Emanuel Araújo, em sua obra, apresenta uma definição muito mais íntima no que é relativo à utilização da roda por parte das religiosas que estavam enclausuradas nos recolhimentos, quando comparada à de Russel-Wood. E sendo assim, comenta: *Junto à grade [um certo limite do recolhimento onde algumas pessoas do mundo externo, poderiam chegar com autorização das madres superiores] ficava a roda, espécie de caixa giratória que, por movimentar-se para dentro ou para fora, servia para a troca de mimos entre os enamorados: eleapunha ali bilhetes, poemas, leques, fitas, lenços, relógios, anéis, livros, peças de tecidos e o que mais a imaginação viesse para melhor cortejar, induzir, obsequiar, persuadir; ela o brindava, em troca, com fina merenda de doces, por certo sublinhando que foram feitos especialmente para ele.* ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 261 (Complemento nosso: a roda era um verdadeiro portal de amores e paixões proibidas).

<sup>15</sup> MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

História do Brasil, desde o período colonial, passando pelo Império e chegando a República. Ainda na década de 1970, a mesma estudiosa já dava notícia do abandono de recém-nascidos em São Paulo, a partir do método quantitativo, no entanto este aspecto da população era apenas um tema secundário de sua pesquisa de doutorado.<sup>16</sup>

No final dos anos de 1980, uma segunda geração da Demografia histórica começou a apresentar os resultados de suas pesquisas em arquivos e sistematizadas no CEDHAL. Em 1988, Renato Pinto Venâncio defendeu, na Universidade de São Paulo, uma dissertação em que analisava especificamente o abandono de crianças recém-nascidas na cidade do Rio de Janeiro do século XVIII, tendo por base, principalmente, a documentação da Santa Casa de Misericórdia.<sup>17</sup>

Na última década do século XX, muitas foram as contribuições na produção historiográfica referente à criança e seu abandono. Em 1993, Venâncio defendeu sua tese na Universidade de Paris X, que só foi publicada no Brasil em 1999. No seu trabalho, fundamentado nos métodos da Demografia histórica, o pesquisador construiu uma História Social, comparando a assistência aos recém-nascidos abandonados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador nos séculos XVIII e XIX. Venâncio demonstra como as famílias pobres de ambos espaços faziam diferentes usos da Roda dos expostos, como a única maneira do Estado contribuir na criação de seus filhos.<sup>18</sup>

Ainda nos anos de 1990, a historiadora Mary Del Priore, organizou dois grandes trabalhos sobre a história das crianças, onde reuniu pesquisadores das mais variadas tendências da historiografia. O primeiro foi publicado em 1991<sup>19</sup> e o último em 1999.<sup>20</sup> Outros estudos contribuíram, como a dissertação de João Alfredo dos Anjos, defendida na Universidade Federal de Pernambuco, em 1997. Destaca-se por ser o primeiro trabalho acadêmico sobre a Roda dos expostos da cidade do Recife. Porém, ainda afirmando a relação entre abandono e ilegitimidade, construída por Laima Mesgravis nos anos 1970.<sup>21</sup>

No ano de 2006, Renato Junior Franco defendeu na Universidade Federal Fluminense, sua dissertação em História, contribuindo para o panorama da história dos recém-nascidos abandonados na América portuguesa. Nela, ele estuda como ocorreu a exposição de crianças em Vila Rica nos anos de setecentos, frisando principalmente as atitudes da Câmara diante da existência dos enjeitados.<sup>22</sup>

---

16 MARCILO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população: 1750-1850.** São Paulo: Pioneira, 1973.

17 VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII.** Dissertação (Mestrado em História) – São Paulo, USP, 1988.

18 VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX.** Campinas: Papyrus, 1999.

19 DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

20 DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999.

21 ANJOS, João Alfredo. **A Roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – Recife, UFPE, 1997.

22 FRANCO, Renato Junior. **Desassistidas Minas: a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII.** Dissertação (Mestrado em História) – Niterói, UFF, 2006.

Em uma perspectiva diferente da História Social, galgada na Demografia histórica para o tema em questão, temos alguns poucos trabalhos na linha da História Cultural baseados nas ideias foucaultianas. Um desses estudos é de Henrique Luiz Pereira Oliveira, dissertação defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1990, em que analisa o abandono de recém-nascidos na cidade de Desterro, hoje Florianópolis, no século XIX. O mesmo observou que a ação do Estado no ato de prestar assistência aos expostos seria uma forma de disciplinar os indivíduos e a sociedade.<sup>23</sup>

Ainda no viés foucaultiano, a pesquisa “mais recente” que temos conhecimento é a tese de Alcileide Cabral do Nascimento, apresentada e defendida em 2005, na Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisadora, em vários momentos de seu trabalho, faz uso de elementos da Demografia histórica, mas sua base teórica nitidamente está em Michel Foucault. Ela investiga a institucionalização do acolhimento dos expostos em Recife na transição do século XVIII para o século XIX, na mudança de uma ação caritativa cristã, para uma ação mais racional com um apoio do Estado, que buscava disciplinar a sociedade, tendo em vista que a população de expostos, uma vez livre do infanticídio, seria um risco para coletividade.<sup>24</sup>

Por último, queremos deixar claro que o grupo de historiadores que estuda a criança e especificamente o abandono e a inserção dessas crianças na sociedade, ainda é muito reduzido. Por fim, a produção historiográfica nesse tema é complementada pelos outros artigos que são publicados nas revistas acadêmicas ou em anais de congressos científicos.

No Rio Grande do Norte, no ano de 2002, foi apresentado ao Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó, um monografia com o seguinte título – *Vivências índias, mundo mestiço: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX*. O seu autor, Helder Alexandre Medeiros de Macedo, foi o primeiro historiador a fazer menção à existência de crianças recém-nascidas abandonadas na Capitania do Rio Grande Norte, frisando que esse não era seu objeto de estudo.

Foi somente em 2005 que apresentamos ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Natal, um trabalho monográfico, intitulada, *Filhos da escuridão*, que tinha como objetivo investigar o processo de abandono e recolhimento de recém-nascidos na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação/Paróquia da Cidade do Natal, na segunda metade do século XVIII. Nele, arrolamos um índice relativamente baixo de expostos e uma alta percentagem de filhos bastados.

A escassez dos estudos históricos sobre os expostos no Brasil, fez Carlos de Almeida Prado Bacellar, refletir sobre o abandono de crianças recém-nascidas como objeto de estudo da história: *No Brasil, os poucos trabalhos que se interessaram*

---

23 OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha:** assistência aos expostos e remodelação das condutas em desterro (1828-1887). São Paulo: PUC, 1990. (Dissertação de Mestrado em História)

24 NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados:** o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832).



*pela questão são ainda insuficientes e pontuais, mas ao menos permitem que se esboce um panorama provisório da prática do abandono.*<sup>25</sup>

No entanto, uma pergunta pode ser elaborada: o que leva a que sejam insuficientes e pontuais as pesquisas voltadas para estudar o abandono de recém-nascidos, em outras temporalidades, apesar de, como Diane Valdez afirma, *“a história de crianças abandonadas não é recente. No decorrer da história, o abandono é uma constante, em diferentes sociedades.*<sup>26</sup>

Mediante a indagação feita por nós, e ao contraponto apresentado por Valdez, o próprio Bacellar responde:

A exemplo dos estudos europeus, as análises se concentram na investigação do fenômeno sob dois vieses distintos. Um, mais recorrente, interessado na atuação das Santas Casas de Misericórdia no recolhimento dos pequenos inocentes; outro, preocupado com a intervenção das Câmaras Municipais no controle da recepção e envio dos enjeitados para os cuidados das amas-de-leite. Ambos se dedicaram a entender o funcionamento de instituições que, dentre suas inúmeras atividades, dedicaram-se a remediar o sempre onipresente [...] abandono de crianças.<sup>27</sup>

Por outro lado, tais vertentes de pesquisa encerram duas limitações básicas: a primeira está relacionada aos recortes geográficos admitidos pelos projetos de investigação. Pois os mesmos se restringiram a trabalhar localidades onde houve a atuação de Santas Casas de Misericórdia devidamente instaladas e as raras Câmaras que, marcadas por sua pujança econômica, se preocuparam em cuidar dos expostos. Dessa maneira, esses estudos resumiram-se ao espaço das poucas cidades que apresentavam as características mencionadas. A segunda limitação desse gênero de pesquisa se relaciona aos resultados obtidos, que são definitivamente limitados em sua perspectiva temporal, pois tanto as Santas Casas como as Câmaras documentavam e cuidavam da vida dos enjeitados até sete anos de idade. Deixando na total escuridão as informações sobre sua inserção na sociedade.<sup>28</sup>

Por fim, é claro e evidente a necessidade de investigações em múltiplos espaços, múltiplas temporalidades e em arquivos civis e eclesiásticos, mesmo militares, para que se possa cada vez mais se construir um panorama da História do abandono de crianças, e ao mesmo tempo da própria criança como indivíduo.

---

25 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX”. In: FUKUI, L. (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 15.

26 VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 40.

27 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Op. cit.** p. 15

28 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Op. Cit.**, p. 16.





## A ARTE LITERÁRIA DE VALÉRIO MESQUITA

*Thiago Gonzaga*<sup>29</sup>

A crônica adquiriu, a partir de meados do século passado, um nível de excelência linguística que a fez extrapolar limites e cair no gosto da grande maioria dos leitores. No Rio Grande do Norte, convergiu para isso a produção de uma plêiade de jornalistas e escritores que aliavam ao conhecimento da grande literatura à sensibilidade para captar o registro do cotidiano e reproduzi-lo em textos ricos de lirismo, introspecção e humor. Entre eles estão Newton Navarro, Berilo Wanderley e Dorian Jorge Freire.

Uma das características do gênero crônica é a subjetividade que transparece das histórias e enriquece seus leitores. Entre muitos autores atuantes na crônica potiguar nas décadas de 1980 e 1990, destaca-se também o escritor Valério Mesquita, pelo alcance das impressões manifestadas no texto. Ao valorizar justamente alguns aspectos da vida, do seu chão de origem, e nos fazer refletir sobre os novos sentidos deles, Valério Mesquita confirma a relevância da crônica em sua prosa.

A capacidade de Valério nesse sentido, decorre de uma forma particular de ver e sentir o mundo. A emoção que seus textos nos provoca vem de um escritor que tanto se comove com o que há de belo na vida, quanto se indigna com as injustiças sociais, dentre outros fatores, ao mesmo tempo em que exalta os encantos da sua cidade de nascimento, Macaíba.

Uma de suas mais enaltecidas características é o dom de revelar o grande significado de fatos na aparência irrelevantes. O movimento da feira, um banho de rio, um passeio pelo centro da cidade, um debate político, ou o perfil de um cidadão simples da cidade, são capazes de deflagrar nele o impulso criador, num desejo de relatar algo com lirismo. Existe nas suas crônicas um sentimentalismo que chega até a poeticidade, talvez, influência, da ligação com sua origem, na cidade de Macaíba. Os amigos, os contatos do dia a dia, a vida política, persistem na prosa do escritor. E o leitor mergulha nesse universo particular, e encontra, então, um jogo memorialístico belo e rico de detalhes.

---

<sup>29</sup> Thiago Gonzaga é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Atualmente, é o editor da *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*.

A crônica, todos sabemos, geralmente encontra-se nas páginas dos jornais e revistas, quase sempre voltada para os acontecimentos do cotidiano. No cenário potiguar, distingue-se Valério Mesquita, com seu estilo singular e cativante. Desse modo, considerando-se a crônica, nas categorias poética e lírica.

Tal modalidade – vale salientar – foi muito valorizada, certa época, mas, ultimamente, tem perdido espaço nos jornais. Entretanto, Valério, apresenta, em cada novo livro, nessa vertente, uma nova maneira de escrevê-la. Ao modelo antigo, o autor insere doses de humor, sarcasmo, uso recorrente de figuras de linguagem e críticas ferrenhas à sociedade moderna. Sua linguagem ora é intensa e eloquente, ora desleixada, debochada, utilizando termos do linguajar coloquial. Uma narrativa textual que vira marca registrada do autor. Portanto, a sua escrita não apenas inova, mas, é, também, uma forma de reflexão, um grito pelo despertamento de setores da sociedade.

Sabemos que a escrita não é algo estático, pode-se, perfeitamente, reinventar o gênero crônica. No dizer de Bakhtin, “os gêneros discursivos são tipos relativamente estáveis de enunciados”, isto é, evoluem, assumem novas formas de adaptação. O processo encontrado por Valério Mesquita, em suas crônicas, consistiu em manter a essência poética, todavia sem distanciá-las dos conflitos gerados pela sociedade moderna, adaptando-as à realidade dos fatos cotidianos. Enfim, ficou perceptível a nova roupagem desse tipo de crônica, em solo potiguar, pela criatividade de Mesquita.



## PADRE MOTA, O HOMEM, O RELIGIOSO E O PREFEITO

*Tomislav R. Femenick*

O Padre Mota foi uma das figuras mais emblemáticas da história de Mossoró e, por decorrência, do Rio Grande do Norte. Emblemático, tendo em vista suas várias qualidades: determinação, seriedade, honradez, humildade, probidade, coragem, obediência e grande senso de humor. Determinação, quando resolveu ser padre e se ordenar pelo Colégio Pio Latino-Americano de Roma; para isso aprendeu Latim em somente dois meses. Determinação, ainda, quando tomou a peito a fundação da Diocese de Mossoró. Honradez, por não aceitar o convite do interventor do Estado para continuar à frente da Prefeitura de sua cidade, quando seu mandato, conquistado nas eleições de 1936, foi cassado pelo Estado Novo. Humildade, quando aceitou continuar prefeito, a pedido de seus amigos e do então Bispo de Mossoró, Dom Jaime de Barros Câmara. Probidade, porque sempre soube defender os bens públicos sem deixar manchar, macular ou infamar as suas mãos com o dinheiro do povo. Coragem, ao enfrentar as hordas de Lampião, participando de uma das trincheiras montadas para defender a cidade. Obediência, por renunciar ao cargo de Prefeito, atendendo a um pedido do seu Bispo. Senso de humor, porque sabia que *Deus não é triste*.

Entretanto, a história dessa grande figura humana, desse grande filho de Mossoró, tem sido negligenciada. Poucas, muito poucas mesmo, têm sido as homenagens que sua terra fez em sua memória. Nenhuma delas – o nome de uma via pública sem destaque ou uma escola pública sem nenhuma ligação com a sua biografia – reflete a grandeza e a importância que esse homem teve para a construção da identidade mossoroense. A verdade é que até conspurcaram sua memória. O belo espetáculo público *Chuva de bala no país de Mossoró* tem uma mancha: transformou o Padre Mota em uma figura caricata, grosseira, desbocada e até pornográfica. O Padre corajoso que, de arma em punho, defendeu os mossoroenses é apresentado como um personagem picaresco, burlesco, cômico e ridículo. E isso tudo pago com o dinheiro da Prefeitura de Mossoró, Prefeitura que Luiz Ferreira Cunha da Mota comandou por nove anos, dois meses e

dezessete dias, cuidando para que esse mesmo dinheiro público fosse gasto com inteira e total probidade.

Recordo-me de que foi com ele que aprendi as sutilezas da poesia. Deveria andar pela casa dos nove ou dez anos, quando, mexendo e remexendo nos livros de sua biblioteca, li as primeiras poesias. O contato causou-me espanto. Afinal, que linguagem era aquela, cheia de rodeios, usando palavras incomuns e complicadas, com uma sonoridade e um ritmo diferentes? Um falavam sobre o amor e coisas belas; outras sobre a dor e o desespero e, outras mais, sobre fatos e feitos gloriosos. *Marília de Dirceu*, de Tomás Antonio Gonzaga, *Eu e outras poesias*, de Augusto dos Anjos, e os *Lusiadas*, de Luís de Camões, abriram para mim as portas desse mundo misterioso e envolvente que é a literatura. Foi o Padre Mota quem me explicou a estranheza e a maravilha daquela forma peculiar de escrever; quem chamou a minha atenção para o fato de que somente há poesia, se houver emoções e não apenas fatos, ações e pessoas como objeto da escrita. Se fechar os olhos, ainda serei capaz de ver aquele homem gordo, sentado em sua cadeira de balanço, fumando seu charuto, suando as bicas e ensinando-me o que é poesia. Mostrou-me os clássicos, alguns poetas brasileiros, franceses e ingleses, os estilos barroco, romântico e moderno. Mas não se esqueceu de me chamar à atenção para a poesia popular, a dos cantadores de cordéis.

Já adulto e secretário da Prefeitura – na gestão de Raimundo Soares de Souza – muitas vezes levei, a pedido do prefeito, esboços de projetos de Lei, de Decretos ou de planos administrativos para que o Padre Mota, com a sua longa experiência, desse a sua opinião sobre aqueles assuntos de uma administração que não era sua, mas de um dos seus grandes amigos. Doente, com a vista fraca e um olho atacado pelo glaucoma, o Padre Mota, usando uma forte lupa, lia tudo e fazia suas sugestões com letras pouco estáveis, já indicando o seu frágil estado de saúde.

### **RES PUBLICA**

Luiz Ferreira Cunha da Mota já não era mais o Prefeito de Mossoró há muitos anos, porém, por muito tempo, dois livros permaneceram em cima de sua mesa de trabalho, na sala de visitas de sua casa, na Praça Vigário Antonio Joaquim. Edições antigas, em papel de qualidade inferior já amarelecido pelos anos. As páginas desses livros estavam desgastadas pelo constante manuseio, com as entrelinhas e margens cheias de anotações feitas a lápis, com a letra firme do seu proprietário. Um em italiano; outras em latim, e as mais incisivas em português. Eram edições de *La Repubblica*, de Platão, e *La Política*, de Aristóteles, obras editadas em Torino, na Itália, pela Fratelli Bocca Editori.

Quando questionado pelo autor sobre o porquê da leitura de Platão e Aristóteles, se havia outros autores, muitos mais atualizados, modernos e conhecedores do mundo do século XX, que lhe poderiam ser mais úteis, o Padre Mota respondeu que o fato de estarem em cima de sua mesa somente aqueles dois livros, não revelava serem esses os exclusivos de sua leitura política. Dito isso, levantou-se, com dificuldade, de sua cadeira, e foi a uma das várias estantes que

compunham a sua biblioteca e retornou com um exemplar de *Origen de la Familia e de la Propriedad Privada y del Estado*, de Friedrich Engels, editado na cidade do México pelas Ediciones Frente Cultural, e outro do *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, editado no Rio de Janeiro, em 1931. Ambos com 100 páginas, também, anotadas; em vários idiomas, inclusive alemão.

Indagado se suas leituras pautaram a sua atuação como prefeito, ele assim respondeu, intercalando palavras e frases em italiano, sua segunda língua:

Claro que sim. Na essência, o homem é o resultado do que aprende. O seu lado humano é, podemos dizer, contaminado pelo que ele vê na sua “famiglia” [família], na sua “chiesa” [igreja], na sua “scuola” [escola], no seu “gruppo di amicizia” [grupo de amizade] etc. e principalmente pelo que ele lê, pelo que aprende nos livros. Por isso é que devemos ser bastantes críticos com o que lemos. Não devemos aceitar nada somente porque isso está impresso em uma folha de papel e porque esta folha está encadernada em um livro. Todos os argumentos que embasam qualquer texto têm que ser peneirados, para que o joio seja separado do trigo. Quantos erros já foram cometidos porque isso não foi feito. O fascismo, o nazismo e o comunismo prosperaram somente porque os discursos de seus líderes foram ouvidos e aceitos sem qualquer julgamento de valor.

Ao se referir aos livros *A República*, de Platão, e *A Política*, de Aristóteles, os seus preferidos na condição de prefeito, disse:

Em minha opinião, tanto um como outro são obras quase que idílicas, poéticas, sonhadoras e utópicas, porém são dois dos maiores monumentos do pensamento humano. O que seria do homem sem a sua capacidade de “sognare” [sonhar]? Entretanto, ambos têm uma lógica básica que serve para todo administrador: toda casa deve ser arrumada para poder satisfazer seus moradores. Então, trazendo para o âmbito da cidade, “convém verificar quantas coisas existem sem as quais uma cidade não poderia existir”. Ai, então, se encontrará a parte essencial da cidade. Os meios de subsistência, as finanças, as artes, a igreja etc., pois a cidade não é somente uma “multitudine di gente” [multidão de pessoas]. E também a soma das necessidades de seus habitantes. Esses livros foram muito úteis na minha gestão, pois me fizeram pensar, antes de agir; planejar, antes de executar; lavar de minhas mãos os preconceitos, antes de pôr mãos na massa.



Explicando ao autor como compreendia ser a tarefa de administrar os bens e as finanças públicas, o Padre Mota se deu ao direito de uma das suas tiradas satíricas de alto nível:

“Res publica” é uma expressão que se diz em latim, composta de duas palavras: “res” e “publica”. O substantivo “Res”, rei, tem um significado amplo, pois pode ser entendido como “coisa”, “ofício”, “negócio”, “governo” etc., enquanto a palavra “publica” tanto pode ser um substantivo quanto um adjetivo. Se substantivo “publica, æ”, quer dizer “meretriz”, “prostituta”; se adjetivo de 1ª e 2ª declinação “publicus, publica, publicum” quer dizer “do povo”, pois ela (a palavra publica, do latim moderno) deriva de uma outra, do latim arcaico: “poplicus”, público sempre dita com relação a “populus”; povo. Se assim é, República é a “coisa do povo”, o “governo do povo”, porém, é muito fácil de ser deturpada em seu sentido maior, corrompida em sua finalidade, prostituída em seus propósitos. Ora, se os bens e o “danaro” [dinheiro] da Prefeitura eram do povo e não meu, eu tinha que deles cuidar com muito mais zelo do que cuidava dos meus parques bens e dinheiro. Não queria que, quando eu passasse na rua, fosse apontado como o “meretrice della prefettura” [meretriz da Prefeitura], mas sim como o cuidadoso alcaide do Município.

O Padre Mota era conhecido pelo seu humor fino e pela sua veia satírica, como se evidencia na última frase dessa sua declaração sobre as “coisas públicas”. Ainda hoje, ele é considerado por todos o melhor prefeito da história de Santa Luzia de Mossoró. Isso sem desconsiderar os demais nem desmerecer os seus méritos. É preciso compreender que a análise das administrações públicas deve ser efetuada considerando-se vários fatores, entre eles o contexto político, social e econômico, a ambivalência histórica e as condições concretas para a efetivação dos atos administrativos. Nesse sentido, a administração de Luiz Ferreira Cunha da Mota teve que enfrentar dificuldades em cada um desses aspectos. Havia, na época, uma grave crise institucional no país que se estendia por todas as unidades da Federação que, por sua vez, atingia todos os Municípios. A crise política se juntou a instabilidade econômica da depressão econômica mundial, com seus efeitos perversos sobre a sociedade como um todo, porém, especialmente sobre os mais pobres. Desse modo, o seu governo se iniciou sob o espectro de desequilíbrio político e socioeconômico.

O prefeito Luiz Ferreira da Mota venceu o caráter de interinidade da primeira parte do seu mandato; o golpe militar que cassou seu mandato conquistado nas urnas, e o “contorno jurídico” representado pelo Estado Novo, no período em que permaneceu como prefeito nomeado. Economicamente, garantiu recursos para a municipalidade, enquanto que as obras públicas realizadas pela Prefeitura garantiram emprego e subsistência para uma grande parcela da população da

Município – isso tudo com corte nas despesas, aumento das receitas e sem contrair dívidas.

## AS FINANÇAS PÚBLICAS

Ao se referir às finanças da Prefeitura de Mossoró, durante o tempo em que Padre Mota foi prefeito, Walter Wanderley (1973, p. 193-195) diz que:

Cioso na guarda dos dinheiros públicos, na sua administração não se fez negociatas, cambalachos, não houve aqueles protecionismos conhecidos. [...] Atravessou todos os anos da Ditadura como administrador honesto e criterioso. Quando assumiu a renda do município, salvo engano, era de trezentos contos de réis<sup>30</sup>.

Quando Padre Mota assumiu a Prefeitura, as finanças da administração municipal estavam desbaratas. O orçamento preparado (não tinha esse nome, era apenas uma previsão de despesas, sem a contrapartida das receitas) era uma peça de ficção, escrita em linguagem grandiloquente e laudatória, sem qualquer compromisso com a realidade. Os números eram jogados com um amplo sentido de aproximação e uma ampla margem de impossibilidade. Sequer havia o compromisso de que eles se aproximassem daquilo que se esperava acontecer nos exercícios previstos. Tudo era mandado para Natal, que ajustava os dados de acordo com as conveniências da administração estadual, a grande fonte de recursos dos Municípios.

Assim, na função de previsão orçamentária, as despesas eram medidas com um grau de incerteza absoluta, e as receitas tomadas com base nas expectativas, não do Município, mas dos desejos do interventor. Na fase de execução, tudo era pior. As despesas eram sempre maiores que os custos previstos. Nos cinco primeiros anos, após a Revolução de 1930, elas foram ainda infladas por gastos não próprios do Município, como a alimentação e complementação do soldo de tropas estaduais e federais, o pagamento de diárias de funcionários visitantes da União e do Estado etc.

Por outro lado, as receitas eram sempre comprimidas, naqueles anos, principalmente por dois fatores. Vivia-se a grande depressão, com a retração dos negócios em plano mundial, cujos reflexos na economia local foram acentuados. A diminuição das exportações dos produtos da região, em termos quantitativos e de valor, teve uma correspondente redução no valor dos impostos arrecadados pelo Município e pelo Estado, além de inibir a abertura de novos negócios. Então, o resultado era que o Município arrecadava menos, e o Estado tinha menos

<sup>30</sup> O Padre Sales Cavalcanti eleva essa quantia para trezentos e dezoito contos de réis.

dinheiro para repassar ao Município, além de que o governo do Rio Grande do Norte também se via a braços com novas e inesperadas despesas revolucionárias. Nessa situação, Mossoró, uma das maiores, se não a maior fonte arrecadadora do Estado, deixou de ser destino de verbas para ser fonte supridora de verbas do orçamento estadual. Os piores anos foram os primeiros da década de trinta. Depois a situação apresentou uma melhora progressiva.

Segundo Paulo Pereira dos Santos (2002, p. 163, 164):

Em 1930, com a situação agitada, seca, falta de ordem pública, a receita baixou para 5.742:786\$400. Em 1932 subiu para 9.131:145\$699, em plena seca. [...] De 1933 a 1934 houve o maior incremento da receita, de 10.893:094\$100 passara para 15.117:230\$500. Em 1935, chegava a 19.498:01\$700. [...] A partir de 1935 ela passa a crescer “pelo desenvolvimento e ampliação das áreas algodoeiras e dos cristalizadores saliníferos”. [...] Os anos posteriores retomam um ritmo crescente nas receitas.

A falta de estrutura e a falta de dinheiro não combinam com boa administração, por isso a imposição ao Dr. Rafael Fernandes para o repasse das verbas estaduais atrasadas. Como o orçamento não existia concretamente, o Padre Mota tomou uma medida radical, no começo de sua gestão: somente fazer qualquer gasto, se houvesse “dinheiro no cofre”, e depois de pagar aos funcionários da Prefeitura. Só depois de atendida tal meta é que se poderia pensar em gastar alguma quantia em outra coisa.

Em 1936, a Prefeitura Municipal de Mossoró arrecadou 442:401\$693; em 1938, 654:379\$179 (ROSADO, 1977, p. 4) e em 1945, “*ao que parece, em dois mil contos*” (WANDERLEY, 1973, p. 195).

## O FUNCIONALISMO

O Brasil republicano herdou do Império, que por sua vez herdou do período colonial, um conceito bastante distorcido sobre o funcionalismo público. A visão que se tinha, mesmo depois da República Velha, isso é, mesmo depois da Revolução de 1930, era tão somente a de que o funcionário público seria apenas aquele indivíduo que exerce um emprego, cargo ou função no governo federal, estadual ou municipal, para defender os interesses do governo, e não das pessoas. No entanto, após a redemocratização do país, com a queda da ditadura Vargas, essa concepção imperial foi alterada – embora, atualmente ainda persista tal concepção na mentalidade de muitos governantes. A construção do Brasil como nação, como estado nacional e como sociedade, é um processo contínuo e ininterrupto, mesmo que tenha sofrido paradas como as causadas pela própria Revolução de 30 e pelos golpes de 1936 e de 1964.

Tal fato é explicado pela análise dos três estágios. Primeiro, a forma como se deu a colonização portuguesa, que foi uma colonização empreendida pela

coroa lusitana, eminentemente voltada para os interesses do governo português, e nunca considerando as necessidades dos cidadãos da colônia – uma atitude própria dos governantes absolutistas, em que o governante era investido de poderes sem limite, exercendo, de fato e de direito, os atributos da soberania. Depois, o governo imperial simplesmente reproduziu a maneira de governar dos seus ancestrais, embora que, adotando um sistema de monarquia representativa, somente plenamente consolidada no segundo reinado. Por último, na República Velha e, no primeiro governo de Getúlio Vargas, imperou o mando das oligarquias regionais, apoiada no poder dos coronéis – agora pelos interesses corporativos.

Diante disso, quando assumiu a Prefeitura de Mossoró, Padre Mota encontrou uma situação que era “normal” em todas as esferas de governo. No município, prevalecia a ideia de que os funcionários do poder público eram simplesmente representantes do governante e sua escolha era fruto das ligações pessoais existentes entre este e os “seus” funcionários. Na escolha dos funcionários da municipalidade não eram levados em conta os conceitos de capacidade, eficiência, impessoalidade e racionalidade do trabalho. Muitos lá estavam simplesmente por ocupar “seus” cargos há muito tempo e os intendentess e, depois, os prefeitos não queriam magoá-los, afastando-os ou exigindo trabalho. Havia, também, os simplesmente ineficientes, ou por incapacidade ou omissão. Por outro lado, todos ganhavam pouco e estavam com os seus salários atrasados.

O novo prefeito resolveu essa situação da melhor maneira possível, porém do seu jeito, sem causar traumas, sem litígio, porém sem transigir, segundo suas próprias palavras:

Naquela quadra, tomar uma atitude contra qualquer funcionário era uma situação delicada. Consegui que alguns se afastassem por iniciativa deles mesmos, pois o emprego na Prefeitura era um pequeno ganho se comparado às outras fontes de renda que eles tinham. Havia um deles que não apareceu para trabalhar em nenhum dia das duas primeiras semanas depois que assumi. Soube que estava na Prefeitura a pedido de um grande amigo meu, alto comerciante da cidade, de quem era parente. Fui até o estabelecimento dele e pedi, como um favor pessoal a mim, que ele arranjasse um emprego para uma pessoa que estava “necessitando trabalhar”. O comerciante imediatamente se prontificou a atender o meu pedido. Então, dei o nome do parente dele. Usei todos os meios para ficar somente com um número de funcionários que a Prefeitura precisava e com pessoas competentes. Tive que tomar outras atitudes. Aumentei o salário daqueles que trabalhavam o expediente inteiro e que eram essenciais para o bom governo municipal e, com a primeira verba recebida do Estado, paguei todos os salários atrasados. Tinha funcionários que não recebiam há seis meses.



A administração de Padre Mota contou, em tempos diferentes, com uma equipe de funcionários dedicados e que se empenhavam nas suas funções. Fizeram parte de sua equipe: Augusto da Escóssia Nogueira, Raimundo Calistrato do Nascimento, Lauro da Escóssia, Severino Rosa, Santos Morais, Rufino Evangelista Nogueira, José Genildo Miranda, Manoel Leonardo Nogueira, seu sobrinho Vicente da Mota Neto e outros de igual importância e dedicação. Augusto da Escóssia (Escossinha) era o “tesoureiro do Padre Mota”; Antonio Calistrato do Nascimento (Boboca), o fiscal geral; Lauro da Escóssia, o inspetor de ensino; Severino Rosa, o fiscal de obras; Santos Morais e Rufino Evangelista Nogueira, fiscais e burocratas; Genildo Miranda, o chefe do gabinete e Vicente da Mota Neto, ocupou o cargo de Secretário da Prefeitura.

## A LUTA PELA ÁGUA

Comparada com outras regiões semiáridas do mundo, onde a média anual de precipitação é da ordem de 80 a 250 milímetros por ano, o Nordeste brasileiro tem uma situação bem melhor, pois o quadrilátero da seca registra uma média de 750 milímetros, o que equivalente a 700 bilhões de metros cúbicos de chuva por ano. Na realidade, o que ocorre não é propriamente escassez de água, mas um regime de chuvas irregulares, tanto no que se refere aos períodos de precipitação pluviométrica como a distribuição das chuvas por região. A ação de combate à seca deve, então, ser concentrada no desenvolvimento de projetos voltados para a captação e armazenamento das águas que, via de regra, são absorvidas pelo solo ou simplesmente evaporadas pela ação do sol e dos ventos. Nesse percurso, acabam sendo desperdiçadas. Entretanto, na maioria das vezes, os governos federal e dos Estados, tratam o problema somente como assunto emergencial, isto é, somente dele cuidam para mitigar a carência de água em períodos de seca.

O problema das secas e da falta de água na região do semiárido do Nordeste brasileiro tem sido objeto de estudos e de projetos governamentais desde os tempos coloniais, porém nunca resolvido. No Império, entre os anos de 1859 e 1860, D. Pedro II, fez uma viagem ao Nordeste brasileiro. Ele saiu da corte, no Rio de Janeiro, e veio até a Província da Paraíba, mas se preveniu contra a falta de água. Na Bahia, escreveu em seu diário, reclamando da “*água que é péssima*”, pois “*a de Vichy* <sup>31</sup>, *que vinha na bagagem pela falta de condução*”, tinha ficado para trás.

A grande seca de 1877 motivou a volta do imperador ao Nordeste, ocasião em que ele prometeu vender até a última joia da coroa para resolver o problema. Não vendeu nada, mas criou, entre 1886 a 1889, a Comissão da Seca, formada por técnicos de diversas áreas do conhecimento, brasileiros e estrangeiros. Essa comissão, baseada em experiências e modelos já existentes em outros países.

---

31 **Vichy** é uma estância termal no centro da França, perto de Clermont-Ferrand, na região da Auvergne, no Departamento de Allier, do qual é uma subsele. É famosa por suas fontes termais e por sua água mineral alcalina, reconhecida no mundo todo.



sugeriu a construção de açudes e grandes reservatórios públicos, que deveriam reter as águas das chuvas por um período superior a um ano, atendendo a população nos períodos de estiagem. Tal projeto indicava uma solução mais abrangente e previa o atendimento às grandes e pequenas localidades. A primeira obra, resultante das sugestões da Comissão da Seca, foi a construção do açude Cedro, em Quixadá, no Ceará – iniciada em 1888 e concluída em 1906, já na República.

No novo regime, em 1909, foi criado o Instituto de Obras Contra as Secas-IOCS, através de Decreto editado pelo então presidente, Nilo Peçanha. Entretanto, esse órgão só confeccionava mapas, abria estradas e construía poços. Em 1915, o IOCS foi reestruturado, passando a construir açudes de grande porte, porém ainda sem resolver a problemática de falta de água no Nordeste. Em 1919, o Instituto foi transformado em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS (antes de ter a denominação atual, que lhe foi dada em 1945).

Mas, tais medidas, meramente burocráticas, não resolveram o problema. Pelo contrário, o pesadelo dos nordestinos continuou. O sol que racha o solo seco dos rios, riachos, córregos e açudes, a falta de água reduzia (e ainda reduz) o crescimento das atividades econômicas, provocava o êxodo – internos da população do sertão para as cidades maiores; externos, de toda a região para outras regiões do país, principalmente para o Sudeste –, quando não a morte das pessoas. A taxa de mortalidade infantil (mortes/1.000 nascimentos) no Nordeste sempre foi extremamente alta. Em 1930 era de 193,2; em 1935, 188,0; em 1940, 187,0, e em 1945, 185,0. Sessenta anos depois, em 2005, essa taxa de mortalidade no Uruguai foi de 11,95; na Argentina, 15,18; a média no Brasil, 24,30, e a do Nordeste 36,00; somente inferior a países como o Quirguistão (uma ex-República da União Soviética), Guiana, Indonésia e Egito e alguns outros países<sup>32</sup>.

Vingt-un dizia que, em Mossoró, a batalha da água “*é do tamanho do tempo*”. Henry Koster, em 1810, falou do rio seco onde está Santa Luiza e de uma casa de fazenda abandonada, porque a falta de fontes de água teria desiludido seu proprietário, pois a que se obtinha, cavando o solo, era completamente salobra. Na década de sessenta do século XIX, “*bebia-se água de cacimbas e raras de cisternas que recolhiam as demasias pluviais*”. Na seca de 1877, a cidade foi invadida por retirantes, fato que provocou a criação de uma Comissão de Socorros Públicos que, entre outros serviços, construiu açudes na Serra Mossoró e Baixa. Em 1898, Miguel Faustino do Monte idealizou represar o Rio Mossoró e “*reter aquelas águas que se iriam perder no oceano*”, quando foi realizada a primeira experiência com êxito: uma barragem emergencial, feita com sacos de areia.

Em 1908, foi construída a primeira barragem de pedra e cimento e, nos anos seguintes, se iniciaram a escavação de poços tubulares com a utilização de

32 Fontes: **Censo demográfico 1940-1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/redirects/factbookredirect.html>>. Acesso em: 17 fev. 2007.

perfuratrizes. Anos depois, alguns particulares procuraram estruturar um serviço de abastecimento domiciliar na cidade, pelo menos no que dizia respeito à quantidade, e organizaram a Cia. de Água de Mossoró, que perfurou alguns poços de pequena profundidade, construiu reservatórios e estendeu uma rede de distribuição de relativa dimensão. Todavia, o empreendimento não obteve êxito, pois a água era incerta – dependia da existência de água no leito do rio – e ruim.

O problema exigia uma solução mais ampla. Quando Francisco Vicente Cunha da Mota, o irmão do Padre Mota, foi eleito Prefeito (presidente da Intendência Municipal) de Mossoró, em 1914-1916, perfurou cacimbas na localidade Várzea da Pasta e no Rio Upanema, bem como:

Reconstruiu os moinhos da Praça Ferreira Chaves, Praça Romão Filguiera, como construiu um no Alto da Conceição e outro no Matadouro. Providenciou a abertura de uma cacimba no rio, para abastecer a população. Reconstruiu a barragem da cidade. Anos depois, na Presidência da Associação Comercial de Mossoró, pleiteou às autoridades federais, Inspetor das Secas, Ministério da Viação e do Trabalho a construção do açude Canto da Lagoa. Era em 1931 a 16 de março e sugeria a “conveniência [de] iniciar [a] construção de um] açude, aproveitando [a] barragem [criada com a] passagem [da] rodovia [naquele local], substituindo, assim, o dito aterro”. O Dr. Ávila Lins Prometeu-lhe mandar estudar a possibilidade de início da construção. Mas não chegou a fazê-lo.

Em 1917, já no governo de Jerônimo Rosado, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas enviou a Mossoró o engenheiro Pedro Ciarlini para proceder a reparos e melhoramentos nas barragens submersas no Município (ROSADO, 1967, p. 6, 7, 10, 11, 13, 57, 64 e 65).

Data desse mesmo ano o primeiro estudo, realmente importante, para a solução do problema da água em Mossoró. O engenheiro Guilherme Browne, do Instituto de Obras Contra as Secas, indicou como solução a construção de um reservatório no rio Upanema, no local Tabuleiro Grande, localizado a cerca de dez ou doze quilômetros da sede do Município. Ali deveria ser construída a represa que abasteceria a cidade e a população circunvizinha, inclusive para atividades agrícolas e pecuárias.

É dessa época o trabalho de diversos mossoroenses pela concretização do projeto do reservatório do Tabuleiro Grande, alguns propondo modificações na proposta inicial, mas sempre tendo como base o estudo de Browne. Francisco Vicente Cunha da Mota, Jerônimo Rosado, entre outros, eram batalhadores pela efetivação do projeto. Alguns proprietários teriam suas terras desapropriadas e, como não concordassem com o valor a elas atribuído, ficaram contra o projeto e lutaram pelos seus direitos individuais, muito embora contra os interesses

coletivos. Tempos depois, o projeto foi substituído pelo projeto da construção do açude de Santa Cruz, em local distante a mais de quarenta quilômetros da sede do Município (FEMENICK, mar. 1967).

Quando Padre Mota assumiu a Prefeitura de Mossoró, o problema da água ainda era a maior questão a ser resolvida. A cidade, a maior e principal força econômica do interior potiguar, crescia e absorvia parte dos habitantes de outros Municípios da região, de outras regiões do Estado e até de outros Estados, porém sempre a braços com o grande problema: a falta do "precioso líquido". Enquanto crescia, aumentava ainda mais a demanda pelo produto, o que tornava a sua escassez ainda maior. O desenvolvimento econômico da cidade, o aumento constante do seu perfil demográfico e a industrialização, cada vez maior, exigiam mais e mais água; água que era indisponível.

A situação permanecia a mesma do início do século: nos períodos em que o rio Mossoró recebia as águas das chuvas e estava corrente, a água para abastecimento da cidade era captada diretamente dele, sem nenhum tratamento. Quando passava o período das chuvas, o rio secava. Então, a água era captada de cacimbas cavadas no leito seco do rio e de poços tubulares. Havia, no entanto, dois problemas: a qualidade era insuficiente para atender a demanda da cidade e a quantidade era duvidosa, bastante duvidosa.

O serviço de abastecimento domiciliar, implantado por alguns particulares na primeira década do século, já não funcionava. Se a cidade sofria, se todos sofriam com a falta e com a péssima qualidade da água fornecida em Mossoró, era a população pobre a que mais era afligida. Para os pobres, existiam apenas alguns chafarizes (alguns deles construídos há quase cinquenta anos), algumas cacimbas públicas ou particulares, serviços de bolandeiras e carroças-pipas (estas últimas transportando água do rio, sem tratamento e altamente prejudicial a saúde). Não era outro, o motivo do alto índice de doenças gastrintestinais registrado na cidade.

Se na sede do Município, a falta de água era um problema sério, muito mais grave apresentava-se o panorama rural. Como Mossoró possuía uma rede de açudes muito pequena, os habitantes da zona rural do Município tinham que captar o líquido de poços pouco profundos, que atingiam o lençol freático do subsolo localizado abaixo da placa de calcário. Dentro dessa vivência, era o homem do campo mossoroense um eterno "*homem com sede*". A água que ele conseguia, tinha que ser dividida entre a sua sede pessoal e de sua família, a sede dos trabalhadores da fazenda e de seus familiares, bem como a sede do gado. Ainda existia a problemática dos produtores mais abastados: repartir sua água com os vizinhos.

Nesse período, existiam em Mossoró, sob a administração da Prefeitura, alguns poucos poços públicos instalados em distritos, núcleos, povoados e fazendas. Porém, a água captada desses poços não possuía boa qualidade. Era a chamada "água dura", de aspecto salobro, de gosto ruim e, além de tudo, de quantidade pouco recomendada. O homem e o gado, a gosto ou a contragosto, bebiam esse líquido por falta de opção. No entanto, muitas variedades de plantas a rejeitam, tornando o campo pouco produtivo em épocas de estiagem.

Muito embora tendo conhecimento do problema, de sua gravidade e da importância e urgência para a sua solução, o Padre-Prefeito se deparava com uma barreira que impedia a tomada de qualquer ação que não fosse paliativa: a soma de recursos necessários para superar o problema era indisponível pela municipalidade. Todas as suas tentativas junto à Interventoria do Estado, para conseguir verbas ou para que o próprio governo do Estado solucionasse a questão da água, esbarravam em outro problema: o Rio Grande do Norte também não dispunha de recursos de tal ordem e para esse fim. Mesmo assim, conseguiu perfurar o primeiro poço em um dos lugares mais inóspitos de sua jurisdição, fato esse que terminou por gerar um povoado que, hoje, é a sede do Município de Baraúnas.

Assim, mesmo sem contar com garantia de recursos para a execução das obras de engenharia, em 1940, o Padre Mota contratou os serviços de levantamento topográfico do trecho do rio que banhava o perímetro urbano do Município e alguns outros da zona rural, das obras de construção e aparelhamento da estação de captação de água, bem como o levantamento dos custos respectivos. Ele mandou, ainda, realizar os estudos para assentamento da rede de distribuição pública de água, bem como da rede de recalque de esgotos e construção de uma estação de tratamento e de uma lagoa de decantação e separação de dejetos. Esse projeto preliminar foi realizado pelo engenheiro Pedro Ciarlini (com alguns funcionários da Prefeitura), sem custos para a Municipalidade, a não ser o seu "*trabalho de prancheta*". Em nova tentativa de sensibilizar o governo do Estado, encaminhou todo esse material para o interventor Rafael Fernandes Gurjão, porém novamente não obteve êxito.

Entretanto, foi desse seu trabalho e esforço que resultou o estudo e esboço completo que serviram de base para o Serviço de Água de Mossoró. Em 1943, o novo interventor do Estado, o general Antonio Fernandes Dantas<sup>33</sup>, sugeriu ao Prefeito Luiz Mota um plano para contratação de um serviço de saneamento para a cidade, grande parte dele baseado no projeto que o Padre tinha encaminhado ao governo estadual. O fato era que o interventor desejava solucionar o problema da falta de água em Caicó, sua terra natal, e isso não poderia ser realizado sem que, também, fossem atendidas as reivindicações dos mossoroenses. Outra vez, os altos custos das obras abortaram a solução no nascedouro. O tesouro do Estado não suportava tal despesa, e Mossoró continuou sem ter resolvida a angústia da falta de água.

Só dois anos depois, no dia 6 de fevereiro de 1945, o padre Luiz Mota visualizou a solução para a falta de água. Nesse dia, autorizado pelo general-interventor, assinou com o Escritório Saturnino Brito, do Rio de Janeiro, o contrato para elaboração do projeto definitivo de abastecimento de água e coleta de esgotos de Mossoró. O sistema de fornecimento de água compreenderia várias fases. Primeiro, um sistema de captação, dispondo de poços profundos cavados ao longo do leito do rio e abaixo da camada de calcário, numa base de 150

---

33 O general Antonio Fernandes Dantas nasceu em Caicó e foi interventor na Bahia, de 1937 a 1938, e no Rio Grande do Norte, de 3 de julho de 1943 a 15 de agosto de 1945.



litros por habitantes (com capacidade de atendimento de “*uma vez e meia*” da população então existente, ou seja, prevendo-se o seu crescimento até cinquenta por cento). Depois, a instalação de equipamentos de purificação de água. Em seguida, viriam as obras de adução de água, operação que consistiria em trazer a água desde o ponto de tratamento até a rede de distribuição. Então, seriam construídos os reservatórios e esquema de redes de recalque e de distribuição e, ainda, a projeção de suprimento futuro. A coleta de esgotos contemplava: redes coletoras, delimitação dos bairros atendidos (inclusive prevendo a expansão urbana), técnicas de emissão dos dejetos, locais de centralização da coleta, sistemas de tratamento e descarga (ROSADO, 1967, p. 86, 87; FEMENICK, mar. 1967).

## Urbanização da Cidade

Um homem viajado e, portanto, conhecedor de Natal, a capital do Estado, Recife e o Rio de Janeiro, a capital federal, tendo estudado em Roma e conhecido as cidades italianas de Florença, Nápoles e Capri, bem como Viena, na Áustria, Colônia e Berlim, na Alemanha, Paris e Marselha, na França, e Madrid, Barcelona e Málaga na Espanha, o Padre Mota não podia deixar de comparar a beleza exuberante das cidades europeias com a sua pequena urbe.

Com o documento que o nomeava Prefeito Provisório nas mãos, Padre Mota convidou seu pai, o Cel. Vivente Ferreira da Mota, seu irmão Francisco Vicente Cunha da Mota e seu cunhado José Rodrigues de Lima para, juntos, percorrerem as ruas da cidade. Cinco horas da manhã do dia 20 de janeiro de 1936 – horário escolhido de propósito, para que tivesse poucas pessoas nas ruas. Somente quatro ruas eram pavimentadas com pedras calcárias irregulares. A poeira, levantada pelo vento nordeste, cobria as fachadas das casas com uma camada acinzentada. As águas do rio corriam livremente, formando pequenas barrancas em suas margens, porém, no mais das vezes, adentravam o perímetro urbano. Mais tarde, lá pelas dez horas, quando o sol estava mais alto, um mormaço começou a se levantar do chão seco das ruas limpas de árvores. Havia poucas praças com algumas plantas, **mas** essas eram de pequeno porte, e a maioria apresentava um estado raquítico, atestado da falta de água. Por toda parte, sujeira e lixo, muito lixo. Relembrando essa ocasião, o Padre Mota assim a descreveu:

Falei-lhes das cidades europeias, da sua beleza e limpeza. Disse-lhes de minha responsabilidade como Prefeito Provisório, pois de provisório só admitia o título. Conτεί-lhes da falta de recursos da Prefeitura e fiz-lhe ver que essa situação de indigência urbana não poderia continuar. Mas que eu não sabia por onde começar. Meu pai me incentivou com palavras. Fransquinho [seu irmão Francisco Vicente Cunha da Mota, ex-intendente e ex-prefeito de Mossoró] e Zé Rodrigues [seu cunhado José Rodrigues de Lima] foram mais pragmáticos; se propuseram a fazer um plano para tirar a feiura das ruas, com a retirada do lixo, calçamento



de algumas vias públicas e coisas assim, sem grande alcance. Realmente, eles não entenderam o que eu queria. Tudo tinha que ser mudado, alterado e, principalmente, a mente das pessoas.

A primeira providência tomada foi telegrafar ao interventor do Estado, solicitando urgente a presença de um engenheiro em Mossoró, sem dizer o motivo. Uma semana depois, cedinho, o Padre refez o itinerário daquela outra manhã, dessa vez acompanhado do engenheiro da capital, *“um rapazinho novo, quase sem pelos no rosto”*. Expôs suas ideias: canalização do rio aqui, uma ponte ali, calçamento acolá e, assim, foi desfiando o seu rosário de obras. O engenheiro recém-formado ficou meio sem jeito, mas perguntou de onde o Padre-prefeito iria arranjar tanto dinheiro, para fazer tantas coisas.

Em 1936, Mossoró tinha somente quatro ruas calçadas. Em 1940, já eram 14, *“sem que sejam incluídas várias travessas”*. Em sua gestão, foram assentados quase cinquenta mil metros quadrados de calçamento, feitos com pedras calcárias irregulares. Não optou por fazer com paralelepípedos porque sairia mais caro, e o número de vias beneficiadas seria menor. Nessas artérias, assentou, também, mais de seis mil e quinhentos metros lineares de meio-fio de pedra granítica, fazendo o arremate entre as calçadas e calçamento dos logradouros. Construiu cinco jardins, entre eles, os das praças Vigário Antonio Joaquim, Independência, Rafael Fernandes e Ulrick Graf e reconstruiu os que existiam nas praças Rodolfo Fernandes e Redenção.

Iniciou a canalização do rio Mossoró, no trecho que banha o centro da cidade, construindo uma balaustrada com 643 metros de extensão na sua margem esquerda. Visando a proporcionar condições para que as ruas circunvizinhas do parapeito junto ao rio se transformassem em ponto de entretenimento da população, mandou dotar a balaustrada de 41 postes de cimento armado para iluminação pública, com um detalhe surpreendente para a época: toda a fiação era subterrânea. A sua ideia era que ali fossem instalados hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos do gênero, transformando essa arborizada e larga avenida em um verdadeiro bulevar (ROSADO, 1977, p. 3, 4; CAVALCANTI, 1988, p. 37).

## ECOLOGIA E ESTÉTICA URBANA

Na década de trinta do século passado não era comum, no sertão nordestino, o sentimento ecológico. Nem o termo “ecologia” era conhecido. A palavra ecologia – que quer dizer o estudo do lugar onde se vive; do grego *oikos*, que significa “casa” ou “lugar”, e *logia*, “estudo” ou “reflexão” – foi usada pela primeira vez por Ernst Haeckel, um cientista alemão, em 1869, para designar a parte da biologia que estuda as relações entre os seres vivos e a natureza. Hoje, identifica, também, uma das ciências humanas, aquela que estuda a estrutura e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente, as consequências dessa convivência, os efeitos de novas tecnologias sobre a organização social e os elementos naturais.

Nos anos trinta, nem a palavra ecologia nem a percepção desse conceito eram de conhecimento comum, mas Luiz Ferreira Cunha da Mota também não era um nordestino comum. As suas preocupações para com as coisas da natureza e do ser humano o levaram a pensar em se formar em agronomia, antes de pensar em ser sacerdote. No que diz respeito a essa última, foram as suas inquietações para com as pessoas que o fizeram padre. E suas atitudes e visões para com a sociedade é que o fizeram aceitar o cargo de Prefeito. Além do mais, ele tinha uma refinada sensação de estética, tanto com respeito à beleza sensível como dos fenômenos artísticos. Falando com o autor sobre o conceito artístico e filosófico da *estética* e a situação em que encontrou a cidade, o Padre Mota deu o seguinte depoimento:

A estética é algo intrinsecamente ligado à beleza e à natureza da arte, porém, a partir de Kant, começou a tomar a configuração de conceito filosófico. Ele concebeu que o valor estético de algo resultaria de uma projeção do intelecto e da imaginação, que nada mais seria que o aperfeiçoamento do ser humano em formar conceitos, tendo por base a intuição e a sensibilidade. Hegel foi mais além, pois intuiu que a raiz da estética é o próprio belo artístico criado pelo homem, num processo em que este transforma o mundo enquanto transforma seu próprio espírito. A estética, então, seria tão mais bela quanto mais ela fosse uma expressão humana sobre suas ideias a respeito de Deus. Quando eu morava na Itália, as obras de Benedetto Croce<sup>34</sup> eram muito estudadas, principalmente aquelas que se relacionavam com as artes. Segundo ele, todo trabalho artístico é uma forma de expressão individual do artista, da qual brotaria o lirismo. Para mim, isso tudo é verborragia pura e nada mais. Estética é nada mais nada menos que uma sensação de beleza harmônica, que se sente quando se ver uma determinada coisa, ouve um dado som, sente um determinado fato e, até, quando se sente um certo paladar. Aquelas ruas eram feias, cinzentas, pardacentas, ensolaradas ao excesso, sem vida. Eram feias; não tinham estética.

Segundo Vingt-un Rosado, foi a junção dessas duas características – o apego à estética e a percepção para enxergar feiuras físicas e intelectuais – que levaram o Padre-Prefeito a encher as ruas, praças e avenidas de Mossoró com

<sup>34</sup> **Immanuel Kant** (★1724 e + 1804), filósofo alemão cujo realismo crítico é um marco da filosofia ocidental. **Georg W. Friedrich Hegel**, (★1770 e + 1831), também filósofo alemão, último dos grandes criadores de sistemas filosóficos dos tempos modernos, lançou as bases das principais tendências posteriores. **Benedetto Croce** (★ 1866 e + 1952), filósofo e historiador italiano que se destacou por sua oposição ao fascismo e por seus estudos sobre a estética.

“Ficus Benjamim”. Não era só o ato de plantar, era também cuidar, aguar, tratar contra pragas, proteger contra os animais e contra depredações. As mudas eram plantadas em terra adubada, eram protegidas por engradados e, se vingassem, o dono do imóvel em frente ao qual ela tinha sido plantada recebia um desconto no imposto predial.

O Ficus Benjamim ou “Figueira-benjamini” (*Ficus benjamina*) é uma planta da família da Moraceae Juss. Trata-se de uma árvore exótica, isso é, não natural do Brasil. Na verdade, é originária da Ásia, onde ocorre principalmente da Índia, Tailândia, em Cingapura, Brunei, Indonésia e áreas circunvizinhas. Pode crescer até 15 metros, sua madeira é de grande resistência e da cor branca. É uma das árvores mais difundidas para ornamento, inclusive porque se presta à arte de criar esculturas vegetais. As suas folhas, verdes e lustrosas, fazem do Ficus uma árvore com copa densa e brilhante. Os frutos são comestíveis e dos mais procurados por morcegos e ignorados pelos humanos.

Entre 1936 e 1940, Padre Mota mandou plantar 1.000 árvores; de 1941 a 1945, mais 500. Todas as mudas, que não cresciam por qualquer motivo, eram substituídas por novas. Sempre havia 1.500 pés de “Ficus Benjamim” (ROSADO, 1977, p. 4; CAVALCANTI, 1988, p. 37) em Mossoró. Sua grande copa de folha verde escuro amenizava o calor irradiado do sol, que a cidade recebe constantemente. As ruas, já pavimentadas, com uma ou várias camadas de argila e pedra, já não permitiam que o vento nordeste levantasse a poeira do chão e desse uma cor de cinza às fachadas das residências e casas comerciais. A cidade ficou mais acolhedora e humana. Mesmo nos períodos de secas, o verde da fronde dos ficus permanecia e se destacava do imenso pardavasco em que a região se transformava. Segundo Cascudo (apud BRITO, 1985, p. 208), o “Padre Mestre [...] venceu a poeira empedrando as vias [públicas]. Só não venceu o calor, mas plantou mil [e quinhentos] pés de ficus para cobrir de sombra doce a face candente das ruas”.

Os ficus perduraram por muitos anos, depois que o Padre Mota deixou a Prefeitura. Até que, em 1961, chegaram ao Brasil os “lacerdinhas”<sup>35</sup>, ou “tisanóptero, fleotripídeo” (*gynaikothrips ficorum*). Vieram da Ásia Oriental e aqui se transformaram em praga. É um inseto pequeno, que mede entre dois a 2,5mm de comprimento, de olhos vermelhos e cor preta. Raspam e sugam a seiva das flores, folhas e frutos, põem seus ovos nas folhas do Ficus Benjamim, cobrindo-os com uma espécie de teia semelhantes à das aranhas, fazendo com que as folhas se enrolem e se fechem.

O resultado foi que Mossoró ficou infestada de lacerdinhas que se entranhavam no cabelo das pessoas, entravam nas roupas e nos olhos. Nesse último caso, quando caíam nos olhos, era uma dor infernal e deixavam as pessoas cegas por alguns segundos. Houve até acidentes de trânsito, principalmente com motocicletas e bicicletas. Todos reclamavam, pedindo a erradicação dos insetos. O prefeito da época, final dos anos sessenta, era Raimundo Soares, que apelou

---

35 O nome “lacerdinha” foi colocado no inseto como uma “homenagem” dos inimigos políticos de Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara.

para o setor de erradicação de pragas do departamento de zoonose do Ministério da Agricultura. Ao chegar a Mossoró, os técnicos foram taxativos: só havia uma solução, sacrificar as árvores. Os inseticidas eram ineficientes para o combate a quase todos os tipos de tisanóptero, principalmente àqueles cujos ovos são protegidos por teias que retorcem as folhas, fazendo com que essas se transformem em proteção contra a borrifação. Além do mais, a ordem do governo militar era erradicar todos em pés de Ficus Benjamim.

Mossoró perdeu a sua proteção verde, sonhada e realizada pela estética do seu prefeito, o Padre Mota.

## LIMPEZA PÚBLICA

Uma das coisas que mais incomodava o cidadão Luiz Ferreira Cunha da Mota, em Mossoró do ano de 1935, era a falta de limpeza pública efetiva na cidade. O trabalho era realizado de forma aleatória, desorganizado como tudo o que dizia respeito à Prefeitura Municipal. Além do pó da poeira que se espalhava pela cidade, o lixo das residências, dos estabelecimentos comerciais e industriais era presença constante nas ruas, praças, avenidas, travessas, becos e vielas. Para agravar mais ainda esse quadro desolador, os dejetos dos animais de tração eram encontrados por todos os lados. Nos anos trinta do século passado, na maioria das cidades brasileiras, excetuando muito poucas, o transporte de passageiros e cargas era predominantemente realizado por veículo de tração animal. Nas cidades do interior, mais ainda. Era usual a presença na paisagem nessas urbes de charretes e carroças puxadas por cavalos ou burros e, também, carros de boi.

Para solucionar esse problema, o Padre Mota fez o “Regulamento Municipal de Postura e Limpeza Pública”, estabelecendo algumas regras para a limpeza e higiene da cidade de Mossoró, tratando do recolhimento, transporte e destino final do lixo, bem como as operações de limpeza das artérias da cidade e das regiões rurais próximas. Dividia, pois, o lixo em urbano e rural. O primeiro, por sua vez, era subdividido em doméstico (os que eram recolhidos das habitações) e comercial (recolhido em estabelecimentos comerciais, industriais, hospitais e outros locais que não fossem moradia ou vias públicas). Note-se que o lixo de hospital já era tratado de forma diferente, pelo menos quanto ao aspecto de regulamentação.

Por esse documento, eram estabelecidos alguns procedimentos. Entre eles, destacavam-se: proibição para animais soltos nas ruas e sua apreensão e recolhimento ao curral do Serviço de Ordem Pública da Prefeitura; regras para o transporte do lixo e sua “estocagem”; multas para os responsáveis pelo lixo jogado nas vias públicas (diferente para cada um dos dois tipos e dos dois subtipos de lixo) etc.

Visando a aparelhar o setor de condições concretas para realizar as determinações do Regulamento de Postura e Limpeza, a Prefeitura adquiriu caminhões para fazer a coleta do lixo residencial e comercial, que antes era efetuada por carroças de tração animal. O recolhimento do lixo passou a ser feito em dias certos, sempre em dias alternados da semana para cada rua. Até então,



a varredura das vias públicas da cidade não tinha dias determinados para ser feita. Depois de aparelhado, o setor responsável pelo cuidado do asseio público passou a varrer as ruas pelo menos uma vez por semana, no centro, ou uma vez por quinzena, nas ruas mais periféricas. Para completar a execução do seu planejamento, o Padre-Prefeito criou e adquiriu uniformes para os funcionários da limpeza pública; tanto para os que faziam a coleta do lixo como para os que realizavam a varredura das ruas.

## O ENSINO

Nas primeiras décadas do Brasil republicano, a educação ainda era predominantemente pensada e organizada para atender às elites econômicas nacionais e regionais. Esse posicionamento tinha como causa e efeito o isolamento e a estratificação sociais, aliada à necessidade de manutenção de um esquema que favorecia uma estrutura de poder fundada, principalmente, na autoridade dos donos do poder local. Tal estado de coisa se manteve mesmo nos momentos de maior flexibilidade social, quando vários grupos sociais participavam da hierarquia de mando.

A educação, em Mossoró no século XIX, foi toda ela voltada para a formação dos filhos da elite, das famílias que dispunham de recursos para custear seus estudos em outras localidades, principalmente em Aracati. A pouca estrutura de ensino existente na cidade era formada por escolas particulares, que recebiam subvenções da Intendência, quase todas elas pertencentes a “professores particulares”, frequentadas por alunos pagantes.

O movimento abolicionista que resultou no Trinta de Setembro teve reflexos positivos na formação das escolas públicas municipais. O conceito de igualdade racial estendeu-se ao conceito de igualdade de oportunidade social, quebrando a rigidez da estratificação, até então existente. Foi um processo lento, porém constante. Por isso é que a rede de escolas públicas formada no Município sempre foi uma preocupação das autoridades locais. No tocante às escolas de alfabetização, há que se levar em conta a interação escola-mestre-aluno, estabelecida pelo próprio sistema que, em muitos casos, utilizava a moradia dos professores como sala de aula das escolas públicas, principalmente em zonas periféricas e rurais.

Mas o ensino é um processo no qual uma pessoa, o professor, transmite informações sobre um determinado assunto a outra ou a outras pessoas, o aluno ou alunos. Daí se presume dois elementos essenciais: o professor precisa conhecer o assunto, e os alunos devem estar aptos a assimilar as informações que lhes são dadas. Partindo-se desse ponto de vista, o quadro era desanimador, como era falho, desordenado e empírico quase todo o sistema educacional público do Município, todo ele baseado apenas no fato do mestre saber ler e “cantar a tabuada”. Nada era fundamentado em condições concretas, pois muitos professores (a maioria professoras) eram semianalfabetos e todos mal remunerados. As escolas não tinham lousas e outros materiais escolares, e as aulas eram mais uma tentativa de ensino que ensinamento propriamente dito. Havia uma grande distância entre



o ensino praticado nas escolas regulares da zona urbana e o que era dado nessas outras, de responsabilidade da prefeitura.

No período em que o Padre Mota recebeu a Prefeitura, existiam 42 escolas estaduais administradas pelo Município. O professor Lauro da Escóssia, o inspetor de ensino, recebeu a incumbência de preparar um plano de ensino para todas, levantando, individualmente, as necessidades de cada uma delas. Esse trabalho contou com a colaboração do Dr. Duarte Filho, Walter Wanderley e de Laíre Rosado, amigos pessoais do prefeito. Como era de se esperar, resultou em uma lista de necessidades. Em algumas dessas “salas de aula” mal cabiam cinco crianças, em outras, os mestres não tinham condições de ensinar coisa nenhuma, pois eles mesmos careciam de aprender as coisas mais elementares. Em todas, faltavam condições materiais. Tinha que se fazer uma reformulação geral.

O Padre levou esse relatório para casa, e ele mesmo redigiu o que chamava de “Modelo Educativo para as Escolas Públicas do Primeiro Ensino”<sup>36</sup>. Nele, estavam assentadas algumas das suas ideias básicas sobre o assunto que ele concebia dos mais relevantes para o chefe da edilidade. Considerava que a escola pública, como meio de instrução do povo, deveria ser composta de três fatores que se inter-relacionariam. O ensino e a aprendizagem seriam duas fases do processo de formação e reconstrução do conhecimento. Esse ensino deveria ser instrumento do professor; o aprendizado realizado pelo aluno e a formação do cidadão deveriam ser o conjunto dos conhecimentos adquiridos na escola. Para que isso acontecesse, teria que ser alcançado um estágio mínimo de nivelamento da capacitação dos alunos e um nível máximo da capacidade do mestre. Somente assim é que seria possível integrar o maior número de alunos aos níveis profissionais mais altos da sociedade. Por outro lado, para obter sucesso, o ensino público deveria ser flexível quanto às matérias estudadas, devendo o professor prestar mais atenção aos alunos mais atrasados. Porém, o sucesso das escolas primárias públicas exigiria mais verbas e elas foram alocadas nos gastos da Prefeitura.

O documento, com as devidas recomendações, foi entregue ao professor Lauro da Escóssia, que tomou essa tarefa a peito e o fez. Houve substituição de professores, transferências das aulas para salões paroquiais, igrejas, capelas, e até para templos protestantes, bem como aquisições de quadros, giz, livros, cadernos, lápis e outros materiais escolares. Novas escolas foram abertas, algumas estaduais e outras à custa da própria municipalidade. Em todas, nas antigas e nas novas, houve reformulação das matérias ensinadas, incluindo-se algumas mais voltadas para a realidade local, como formação de hortas, higiene, comportamento cívico etc. Em menos de dez anos, o número de alunos mais que dobrou. Conforme o Padre Sales Cavalcanti (1988, p. 38):

---

<sup>36</sup> Durante a gestão do prefeito Raimundo Soares de Souza, o Padre Mota lhe deu esse documento, que tinha poucas páginas, cerca de vinte. Raimundo Soares mandou encadernar e dizia que era a orientação mestra para seu programa de educação pública, de qualquer nível.

A matrícula escolar chegou, no seu governo, a mais de 6.000 alunos de ambos os sexos. O seu interesse pela instrução levou-o a restaurar a subvenção que já existira anteriormente, ao Ginásio Santa Luzia e o Colégio Sagrado Coração de Maria. Criou, ainda, subvenções para a Escola de Comércio [União Caixeiral].

Durante o seu período de governo, foram criadas 12 escolas municipais, perfeitamente aparelhadas e com professores devidamente habilitados.

## A BANDA

As primeiras bandas de música de Mossoró foram a *Fênix Mossoroense* e a *Charanga de Mossoró*. Elas foram fundadas no mesmo ano, 1907, e eram dirigidas, respectivamente, pelos maestros Alpiniano de Albuquerque e Canuto Bezerra. Mas, poucos anos depois, as duas bandas desapareceram por falta de estímulo. Dez anos mais tarde, em 1917, apareceu o *Grêmio Musical Mossoroense*, fundado pela Sociedade União Caixeiral, sob a direção do maestro Sinhorzinho de Cirilo. No mesmo ano, a nova banda recebeu a primeira subvenção municipal, cuja Intendência era presidida por Jerônimo Rosado. Depois, por um largo tempo, Mossoró ficou sem banda de música, até que o padre Manuel Gadelha criou o *Grêmio Musical de Santa Luzia*. Novamente, o maestro era Sinhorzinho de Cirilo. Esse agrupamento musical teve sua fase de prestígio, até que terminou seus dias de glória, também por falta de recursos, pois os músicos eram pobres e não podiam comprar sequer o fardamento.

Ao chegar à Prefeitura, o Padre Mota encontrou somente uma banda na cidade, que se resumia a um arremedo de conjunto musical: poucos músicos, poucos e envelhecidos instrumentos, faltava fardamento e até partituras. Tomou algumas providências imediatas e encarregou o maestro Artur Paraguai de ressuscitá-la. Após tal iniciativa, a banda de música de Mossoró ganhou um mecenas à altura de suas tradições. O prefeito mudou até o nome do conjunto musical, agora era a Banda de Música Municipal de Mossoró, bem como estruturou o seu quadro com dezoito componentes, nomeou o maestro Artur Paraguai para sua direção, deixou-a apta a participar de qualquer solenidade e não "fazer feio".

As retretas voltaram às quintas-feiras, lúcidas e belas, na Praça da Catedral, a Praça Vigário Antonio Joaquim, com Padre Mota sentado na sua cadeira de balanço em frente a sua residência, acompanhando com o pé e uns breves gestos das mãos os dobrados e marchas (FEMENICK, ago. 1967).

## A "VOZ DA CIDADE"

Quando voltou para o Brasil, no dia 7 de setembro de 1922, recém-sagrado sacerdote, no mesmo dia, o jovem Luiz Mota teve oportunidade de assistir a primeira transmissão de rádio realizada no país. Foi um grande acontecimento

As pessoas impressionáveis e menos cultas ficaram pensando que se tratava de algo sobrenatural. Todavia, aquele acontecimento e o grande poder de comunicação de massa que o rádio representava ficaram no imaginário do Padre.

Daquele dia em diante, as estações de radiodifusão se disseminaram pelas maiores cidades do país. Roquette Pinto e Henry Morize inauguraram a Rádio Sociedade no Rio de Janeiro. Em São Paulo, foi criada a Sociedade Rádio Educadora Paulista. Depois vieram a Rádio Clube do Brasil, a Rádio Educadora e várias outras na Bahia, Pará e Pernambuco, a grande maioria rádios-clubes, porém, os rádios receptores eram caros. Mesmo assim, no início dos anos 30, o Brasil já tinha 29 emissoras de rádio, transmitindo óperas, músicas clássicas e populares e textos instrutivos e informações. Segundo o crítico musical e historiador José Ramos Tinhorão:

Os ouvintes utilizavam-se dos rádios de galena montados em casa, quase sempre por eles mesmos, usando normalmente caixas de charutos. Isso se tornava possível pelo fato dos aparelhos serem compostos por apenas cinco peças (CABRAL, 1990).

Entretanto, o pouco alcance das emissoras transmissoras e dos rádios galenas inviabilizava que, em Mossoró, tivesse receptores dessa modalidade. Só os rádios produzidos pela indústria tinham a força necessária para sintonizar as emissoras localizadas a longas distâncias, como Rio, São Paulo, Recife, Natal e outros lugares.

A década de trinta do século XX marcou o apogeu do rádio como veículo de comunicação de massa, refletindo as mudanças que o país passava. Nesse contexto, é que chegou o primeiro receptor de rádio em Mossoró, em 1931. Tal “*novidade*” foi trazida à cidade pelo industrial Azevedo Cunha. “*Todas as noites a sua residência se enchia de pessoas da melhor classe social, interessadas em ouvir o rádio*”.

Já prefeito, um dia o Padre Mota, como lhe era rotineiro, foi almoçar na casa de sua irmã, Maria da Mota Lima, casada com o industrial José Rodrigues de Lima. Depois do almoço, de tomadas as xícaras de café, os dois cunhados estavam passeando pelo jardim da mansão da Rua Dionísio Filgueira, quando o industrial disse para o Padre-Prefeito que talvez comprasse um rádio, pois queria saber informações do que se passava no Brasil e no Estado. Pena – comentou – era que as emissoras não tivessem notícias de Mossoró.

Essa conversa despreziosa, ocasional, foi o fato gerador da “Amplificadora Mossoroense”, inaugurada no dia 4 de julho de 1938. Era um serviço da Prefeitura, que funcionava diariamente como se fosse uma emissora de rádio, só que com som aberto e com uma programação curta – durava somente três horas. Os equipamentos, os estúdios e a administração eram situados na Praça Vigário Antonio Joaquim, em um prédio que ficava onde hoje fica o Teatro Lauro Monte Filho. O som era gerado por um amplificador de 25 watts e difundido por três alto-falantes; um localizado na frente do seu prédio, outro nas proximidades do prédio da Cadeia Pública, atualmente o Museu Municipal; e um terceiro no

final da Rua Desembargador Dionísio Filgueira, esquina com a antiga Rua 13 de Maio. Sua programação se iniciava às “seis horas da tarde” e se encerrava às “nove horas da noite”, transmitindo música, notícias e curiosidades. Para reduzir os custos, a “Amplificadora Mossoroense, a Voz da Cidade”, como era o seu slogan, também divulgava publicidades comerciais. Duas vezes deixaram sua marca nas transmissões da Amplificadora, Jim Borrvalho Boavista e Genildo Miranda. Manuel Leonardo trabalhava na Amplificadora, no expediente noturno.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Raimundo Soares de. **Legislativo e executivo de Mossoró numa viagem mais que centenária**. Mossoró: Esam/Fundação Guimarães Duque, 1985. (Série “C”, da Coleção Mossoroense. V. 287).

CABRAL, Sérgio. **No tempo de Almirante: uma história do rádio e da MPB**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CAVALCANTI, Francisco de Sales. **Monsenhor Luís Mota: traços biográficos**. Mossoró: ESAM/Fundação Guimarães Duque, 1988. (Coleção Mossoroense, Série “C”, n. 427).

FEMENICK, Tomislav R. Cinquenta anos de banda sem banda e sem música. **Diário de Natal**. Natal, 16 ago. 1967.

\_\_\_\_\_. Mais de cem anos de sede; agora existe esperança. **Diário de Natal**. Natal, 13 mar. 1967.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942. (Coleção Brasileira. V. 221).

ROSADO, Vingt-un. **Alguns apontamentos sobre a batalha da água em Mossoró**. Mossoró: Edição do Autor, 1967. (Coleção Mossoroense, Série “C”, n. 20).

ROSADO, Vingt-un; ROSADO, América. **Alguns subsídios à saga quase centenária da abolição mossoroense**. Mossoró: Edição dos autores, 1977. (Coleção Mossoroense, Série “C”, n. 53).

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI**. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2002.

WANDERLEY, Walter. **Gente da gente: memórias**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. (Coleção Mossoroense, Série “C”, n. 26).





## LAVÔ E OS REUMÁTICOS DO RN

*Valério Mesquita<sup>37</sup>*

*mesquita.valerio@gmail.com*

01) Dos ex-governadores do Rio Grande do Norte nenhum teve tanto apreço por vereador que Lavoisier Maia. Era o seu estilo. O velho Boileau já dizia que «*le style c'est l'homme même*».

O doutor Aluizio Magalhães, saudoso secretário de cultura do MEC e presidente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que Collor destruiu depois, havia visitado a nova passarela do Forte dos Reis Magos. Culto, falava seis idiomas, escritor e intelectual dos mais lúcidos do país, comprometera-se com a restauração da Cadeia Pública de Mossoró, hoje Centro Cultural. Pediu-me para procurá-lo na primeira viagem que fizesse a Brasília, pois, com o projeto já aprovado, liberaria os recursos. Com vinte dias fui a Brasília, então presidente da Fundação José Augusto.

Na sede do IPHAN, pela amizade que fizera com ele, fui logo conduzido ao seu gabinete. Encontrei-o falando fluentemente o francês com três senhores que o visitavam. Para não ficar ouvindo o que não entendia, aproveitei a presença da secretária a fim de me ligar com o governador do Rio

---

<sup>37</sup> Escritor.



Grande do Norte. Queria, na verdade, buscar reforço político instantâneo para a reivindicação que ia fazer, colocando-o em contato com o secretário de cultura do MEC. Miriam, então secretária de Lavô, transferiu a ligação: “Governador, aqui é Valério. Estou em Brasília, no IPHAN-Pró-Memória...” “Tá aonde?”, cortou o governador. “Brasília??”. Admirou-se Lavô e arrematou: “Mas, você viajou e não resolveu o problema do vereador Manoel Ferreira, do PDS!”. “Mas, governador eu estou...”. “Manoel não pode sair do PDS”, interrompe Lavô em tom político-pedagógico. “Governador, quando eu voltar...”. “E volte logo!!”. “Mas eu quero que o senhor fale com o doutor Aluizio Magalhães, é sobre Mossoró, Mossoró!”. Aí ele abrandou. Esqueceu o vereador e lembrou-se da restauração do monumento. Depois, pensei comigo que o vereador Manoel Ferreira quase fazia o que Lampião não conseguiu: “bagunçar a Cadeia Pública de Mossoró”.

2) Preocupado em preencher os meus ócios com a matéria meritória de pesquisar o inusitado, o folclórico e até mesmo o bizarro, pesquisei com uma preciosidade rara em matéria associativa. Pela Lei nº 6.469, de 15 de setembro de 1993, foi reconhecida de Utilidade Pública pela Assembleia Legislativa do RN a Associação dos Doentes da Coluna e Reumatismo de Nova Cruz, referendada pelo ex-governador Vivaldo Costa, com toda certeza, um “colunático” benemérito.

Desejo dizer que nada tenho contra a respeitável e samaritana entidade. Até porque dela podem fazer parte amigos eméritos e queridos como os nova-cruzenses famosos Diógenes da Cunha Lima, Luiz Eduardo Carneiro Costa, Leonardo e Cassiano Arruda Câmara, e tantos outros. Mas, o que me chamou a atenção foi imaginar que numa cidade do interior existam tantos doentes da coluna e do reumatismo que ensejem a reunião de todos em uma colunável corporação.

Daí, eu passei a divagar, caso a moda pegue, no surgimento de inúmeras associações congêneres em defesa do corpo humano, por outro município afora. A “Associação dos Portadores de Chulé e Pé de Atleta”, por exemplo, a “Associação dos Carecas e Portadores e Caspa e Seborreia”, a “Associação dos Deficientes Penianos”, a “Associação dos Loucos de Todo o Gênero”, enfim, somos um país democrático e reivindicatório.

Se os profissionais da medicina se corporatizaram em clínicas, institutos, hospitais, por que não os doentes, os pacientes, em revide, não possam se unificar? Afinal, a nossa constituição é a mais corporativista de todas!

O ex-presidente FHC ainda padece de terríveis dores de coluna. Iguais àquelas sofridas por João Batista Figueiredo, curado em São Paulo por um fisioterapeuta japonês. O saudoso deputado federal Carlos Alberto de Souza,

à época, também recebeu mensagens e mensagens ao lado do ex-presidente, do competente nissei. Por isso, não censuro os reumáticos, os doentes da coluna, de lumbago da altiva Nova Cruz. Eles também são filhos de Deus. E devem servir de exemplo nesses tempos ruins de INSS e de saúde nacional sucateada.

Doentes de todos os quadrantes, uni-vos!





## INÁCIO MAGALHÃES DE SENA: PERFIL E TRAJETÓRIA

*Zelma Bezerra Furtado*

Cinéfilo e ficcionista, Inácio Magalhães de Sena nasceu em Ceará-Mirim, aos 11 de dezembro de 1938. Filho de Cirineu Gomes de Sena e Maria Leonor Magalhães de Sena. Inácio é descendente da família Furtado de Mendonça e Meneses. Sua trisavó Isabel Ferreira Cavalcanti de Albuquerque (genearca da família Furtado) é tia materna do Dr. Adolpho Bezerra de Meneses, considerado o Kardec brasileiro e Pai do Espiritismo no Brasil.

Autodidata, Inácio estudou até o 4º ano primário. Foi sub-sacristão do vigário da

Paróquia de Ceará-Mirim, Padre Rui Miranda, seu parente por parte dos Furtados.

Ingressou no Seminário Menor de Garanhuns, objetivando ser frade, porém desistiu, por não aceitar a rigorosa disciplina imposta no Seminário.

Trabalhou nos Correios e Telégrafos, onde exerceu o cargo de manipulante de tráfego tarefeiro.

Em 1980, pediu demissão do cargo que ocupava nos Correios e passou a trabalhar na Secretaria de Estado da Educação e Cultura do RN. Anos depois,

passou a integrar o quadro funcional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde era responsável pelo arquivo de Audiovisual da TV Universitária, aposentando-se no Cargo de Técnico de Arquivo, em 1992.

O interesse pela literatura surgiu ainda na adolescência, a partir da leitura dos textos dos livros didáticos, das revistas em quadrinho e das histórias de cordel, que eram cantadas na feira livre de Ceará-Mirim.

Transferindo residência para Natal, passou a frequentar o meio intelectual da capital potiguar, enturmando-se nas rodas de conversas do Grande Ponto, Livraria Universitária, liderada pelo livreiro Walter Duarte Pereira, Alvarar Furtado, entre outros.

Publicou os livros: *Agora lábios meus dizei e anunciai* (Natal/RN: Nossa Editora, 1985); *Memórias quase líricas de um vendedor de cavaco chinês* (Natal/RN: Sebo Vermelho Edições, 2000). Tem dois livros inéditos: *Pequeno Dicionário dos Preciosos Nomes da Mãe de Deus* e *Poetástrofe*.

O escritor figura em vários livros: *Bibliotecas Vivas do Rio Grande do Norte*, Natal/RN: Sebo Vermelho Edições, 2005, de autoria de Lívio Oliveira; *Além do Nome*. Natal/RN: Editora UNA/Fundação Cultural Capitania das Artes, 2008, de Marize Castro; *Ficcionistas do Rio Grande do Norte, Informação da Literatura Potiguar*, Natal/RN: Editora Argos, 2001, de Tarcísio Gurgel; *Ficcionistas Potiguares – Biografia e Crítica*, Natal/RN: Offset Gráfica e Editora Ltda., 2010, de Manoel Onofre Júnior; entre outros.

No periódico *Dois Pontos de Natal*, assinou a coluna “*Saco e Gatos*”, sobre assuntos culturais, em 1994.

Tema do documentário em curta-metragem intitulado “*SÊO INÁCIO ou O cinema do imaginário*”, primeira produção cinematográfica potiguar a ser selecionada para o Festival de Gramado, que foi realizado entre 7 e 15 de agosto do ano em curso.

Solteiro, aos 77 anos, vive em sua casa na Cidade da Esperança, rodeado de livros e filmes. De vez em quando, empreende pequenas viagens culturais, embora não seja mais o viajante de outrora.







FUNDAÇÃO  
JOSÉ AUGUSTO



L. E. I.  
CÂMARA  
CASCUDO



GOVERNO DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria da Educação  
e da Cultura - SFC

